



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0897/07	DATA: 21/6/2007
INÍCIO: 9h11min	TÉRMINO: 17h38min	DURAÇÃO: 8h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 7h04min	PÁGINAS: 183	QUARTOS: 85

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES - Diretora de Engenharia da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Discussão sobre roteiro de trabalhos da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Houve exibição de imagens.  
Há palavras ininteligíveis.  
A reunião foi suspensa e reaberta.  
A audiência pública para tomada de depoimento foi transformada, às 14h23min, em reunião interna ordinária.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Declaro aberta a 20ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol (Vôo 1907) e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu assisti ontem a reportagem da *TV Globo*. Não sei em outras emissoras de televisão se isso se repetiu, mas a versão transmitida pelos jornais noturnos da *TV Globo*, ontem, seria de que a CPI constatou no CINDACTA, na nossa visita de ontem, que os controladores estariam provocando, deliberadamente, o caos nos aeroportos, inclusive se utilizando, na minha visão, pelo menos, indevidamente de uma entrevista do Deputado Gustavo Fruet, que não diz isso, mas que acaba servindo de ilustração para a suposta conclusão da CPI em relação a nossa visita ao CINDACTA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Então, eu primeiro gostaria de questionar V.Exa., se V.Exa. ou o Relator deu alguma entrevista nesse tom. E gostaria de registrar o meu total desacordo com essa versão, porque não foi isso que nós vimos lá, e não foi isso que eu senti nas reuniões que nós fizemos, tanto com os oficiais como com os controladores,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem, Deputada. Está bem.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - ...de que a CPI quer ser uma mediadora nesse conflito e que, se a CPI aparecer publicamente como acusadora dos controladores, nós jamais poderíamos cumprir o papel de mediadores que pretendemos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro, sem dúvida.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - ...e que todos acordamos lá que deveríamos cumprir.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. está coberta de razão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Essa é a intenção nossa da CPI, fazer essa intermediação. Agora, eu pediria para nós discutirmos isso em outra oportunidade, porque nós estamos aqui com a pessoa que veio aqui. De certa forma, se nós formos discutir os nossos problemas aqui, seria apenas uma descortesia.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, nossos problemas, não. Sr. Presidente, o Brasil está parado.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nós vamos cumprir aqui o que está estabelecido.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - E depois nós vamos discutir essas questões.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Mas uma manifestação sua para a imprensa que está aqui, Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - ...dizendo que essa não foi a visão da CPI.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Presidente, eu queria lhe fazer o pedido que eu relatasse para imprensa...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Deputado Vic...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ah, desculpas.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu tinha pedido pela ordem.

Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de também manifestar, em meu nome, em nome da minha bancada aqui, do Gustavo Fruet, do PSDB, a mesma linha da



Deputada Luciana Genro, porque nós estivemos lá ontem com espírito de solução do problema. Foi um dia muito produtivo para esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Nós estamos nos apercebendo da falta de coordenação, de interlocução para resolver esse problema, que, por sinal, deveria ter sido feito pelo Governo — não foi feita até agora. Nós nos propusemos ontem a uma solução negociada numa proposta que, por sinal, foi de minha autoria na Comissão, para que nós iniciássemos um processo de entendimento. Eu acho que é possível isso, porque a CPI está em um nível de, em um clima de credibilidade....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É verdade.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - ...não só dos oficiais da Força Aérea Brasileira, mas também dos controladores, dos técnicos. Nós estamos aptos a poder conduzir um processo de entendimento. Então, eu acho que a versão dada pela imprensa ontem, Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu só não quero é demorar com essa discussão aqui.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - ...não foi correta e, portanto, isso pode não nos credenciar mais para essa meta de um entendimento.

Então, eu queria que V.Exa. também explicasse isso, a fim de que se repusesse a verdade do que aconteceu ontem com o nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, apenas... Eu vou ser muito breve. Ontem, para nós, como o Deputado Macris falou, para nós foi a reunião mais importante da nossa Comissão. Eu acho que a gente tem que dar uma satisfação para a sociedade. Hoje os jornais todos aí dizendo que o Brasil está parado, continua aparado. O *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo, hoje, a que eu assisti, pessoas há mais de 9, 10 horas dormindo nos aeroportos. Ontem nós ouvimos, nos reunimos com os controladores, com os técnicos, com os oficiais... O que há realmente, na minha opinião, é falta de autoridade. O Governo tem que entrar nisso. Ontem nós vimos claramente que os equipamentos...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Um minuto. Presidente, mas é muito importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro que é importante.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - ...porque se nós não dermos uma satisfação para a sociedade... Eu acho que agora, neste momento, muito mais importante do que ouvir a Dra. Terezinha é dar uma satisfação para (*ininteligível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O importante é nós cumprirmos aqui...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não. O importante é que....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, de maneira nenhuma.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - ...a metade do Brasil está assistindo à televisão....

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - ...e está cobrando desta Comissão, que é para resolver o apagão aéreo, e nós vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Isso que nós estamos discutindo aqui nós poderemos discutir ao meio-dia. Até meio-dia não vai matar e morrer ninguém.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E os passageiros vão continuar lá.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Os controladores estão fazendo uma operação padrão — está na cara. Ontem disseram claramente isso, que estavam fazendo uma operação padrão. Nós precisamos informar a sociedade disso. O Governo precisa agir nisso. E nós precisamos ouvir do nosso Presidente um relato — a imprensa, a opinião pública — do que aconteceu realmente lá. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Veja bem, acho que já estamos aqui já quase há mais de um mês, e o que se falava em crise, o que se tem reiteradas vezes falado da crise, pelo acúmulo de conhecimento que nós tivemos aqui nesta CPI, apontaria num outro sentido. Acho que o que estão tentando fazer é alargar uma coisa que não existe.

Há problemas setoriais a serem resolvidos, pontuais. Não se pode falar em crise no Brasil. Acho que não podemos dar o tom de problemas pontuais e alargar esse problema pontual como se fosse uma grande crise sistêmica. Isso não é verdade. Isso é faltar com a responsabilidade que nós temos que ter aqui no momento, porque os depoimentos de todos os que estão sendo convidados aqui apontam num sentido diferente. Tanto as empresas de aviação, como os representantes do Governo, como todo o setor apontam problemas setoriais, mas crise sistêmica não há. Agora, a CPI não pode também ser utilizada como instrumento de chantagem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Espera aí um pouquinho.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, eu pedi primeiro...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Só um instante aí.

Primeiro nós vamos ouvir o Deputado André Vargas. Eu peço que nós sejamos breves. Nós temos uma convidada aqui. Eu entendo que é uma descortesia convidá-la para às 9h, e a gente ficar discutindo outros problemas aqui, embora importantes, relevantes — nós sabemos —, deixando-a aqui ao lado.

Em seguida eu vou passar a palavra ao Relator Marco Maia e, depois, ao Deputado Gustavo Fruet, e encerramos.

Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É muito rapidamente, Sr. Presidente.

Na linha de V.Exa., a Comissão tem que ser ponderada. Nós não somos do Poder Executivo; nós não vamos resolver a crise do que está acontecendo agora para a hora do almoço. Isto é também uma veleidade, dizer que daqui a pouco nós



vamos resolver, e disso depende só... Acredito que nós devamos ser não só cortesões, mas seguir a pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Lá pelo meio-dia, meio-dia e pouco, discutirmos essa questão, efetivamente, encaminharmos para que esta CPI possa mediar esse grande conflito que está acontecendo. Acho que tem uma crise sistêmica, sim; eu acho que a crise é de pessoal, de gestão. Nós estamos com um problema grave. Mas, vamos deixar o calor desse debate, a equação dos encaminhamentos para depois, e vamos ouvir a Dra. Eleuza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

Nobre Relator Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu só quero, se o Deputado Gustavo Fruet me permite, dizer que... Primeiro eu quero defender as matérias jornalísticas que saíram, e a que eu assisti, pelo menos de ontem até o dia de hoje. Não vi, em nenhuma dessas matérias, questões que não tenham sido abordadas ou tratadas ontem na visita que nós fizemos ao CINDACTA. Ao mesmo tempo em que não vi nenhum problema em nenhuma das matérias que significasse um desrespeito nosso com os controladores de vôo, ou com o Comando da Aeronáutica, ou com...

Todos os Deputados se preocuparam, na minha avaliação, Sr. Presidente — eu quero expressar isso, porque assisti ontem a várias declarações que foram dadas sobre esse tema, e todas elas muito responsáveis no sentido de identificar os problemas que foram vistos ontem lá, na visita que nós fizemos ao CINDACTA.

Então, eu queria só registrar isso, para não parecer a idéia de que nós saímos de lá dizendo outra coisa diferente daquilo que nós vimos. Quero dizer inclusive que a sua declaração, Deputada Luciana Genro, que eu vi ontem à noite, ela foi uma declaração também equilibrada, falando sobre o tema da crise, igual e semelhante às declarações que outros Deputados falaram sobre a situação.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Ah, bom; mas existe um clima de conflito...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Mas aí tem que falar com o Roberto Marinho.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - É. Existe um clima de conflito, existe um clima de instabilidade, existem diferenças...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Relator está com a palavra. Por favor.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - A segunda questão aqui: eu quero concordar com o Presidente de que, em função da situação que nós temos neste momento, temos uma convidada aqui para falar sobre as questões relacionadas ao tema da INFRAERO, que a gente faça esta oitiva, Sr. Presidente. Mas também quero que a gente possa, logo depois de fazer isso, estabelecer aqui uma conversa, porque me parece que nós precisamos, para a semana que vem, tomar alguns procedimentos talvez diferentes em relação a esta matéria, porque eu acho que todos nós aqui temos consenso em relação a essa questão. Está quase que insuportável esta situação de nós, a cada semana, assistirmos a essa crise vivida nos aeroportos brasileiros.

E como V.Exa. mesmo falou isso durante todo o dia de ontem, mas principalmente ontem à noite, é necessário que esta CPI, pela credibilidade construída e constituída durante esse processo, ajude no processo de superação dessa crise vivida entre o Comando da Aeronáutica e os seus subordinados, principalmente os controladores de voo, com o intuito de contribuir. Nós mesmos ontem tivemos todo o cuidado de afirmar: olha, nós não temos a varinha mágica para resolver esse impasse imediatamente, mas nós podemos ajudar e contribuir.

Então, eu acho que esse é um papel que esta CPI pode cumprir; deve cumprir. Portanto, eu acho que, no final da fala da Dra. Terezinha, nós podemos nos debruçar sobre essa matéria e sobre esse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Gustavo Fruet — e aí encerramos esta parte.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Presidente. Também objetivamente — e até em respeito à nossa convidada —, o que aconteceu ontem não estava previsto, e foi relevante. Nós ficamos pelo menos impressionados com a falta de diálogo e o grau de atrito, a ponto de usar uma expressão, que estamos





verificando que o sistema está à beira de um ataque de nervos, tamanha foi a forma do diálogo que V.Exa. testemunhou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É verdade.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então, é importante até se V.Exa. puder depois fazer um relato, mostrando o que nós vimos e ouvimos ontem, como se paralisou o sistema no prazo de 1 hora, e quais os problemas verificados. Mas o que é mais grave: não há interlocução há 9 meses. E falamos ontem que seria muito cômodo da nossa parte, e como Oposição, colocar lenha nessa fogueira. Mas o Deputado Macris fez uma proposta, nessa linha apresentada pelo Relator agora, de que a CPI pode cumprir um papel importante de intermediação. É muito grave o que nós vimos ontem; continuou.

Então, nós queremos insistir para rever, inclusive, qual será a agenda da próxima semana, que a CPI tem uma oportunidade e um risco: se não der certo, pode até se desacreditar, mas ela tem a oportunidade de contribuir a estabelecer uma interlocução que não existe há 9 meses. É nessa linha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma proposta, se for possível. Por que nós, se houvesse a concordância, não cancelávamos o depoimento da tarde e fazíamos disto debate, porque vai haver obviamente uma superposição e, talvez, não tenha... Remarcar para terça-feira o depoimento da tarde — aí poderíamos debater.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Bom, para retomar essa decisão, nós teríamos que consultar os colegas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É o que eu estou propondo: consultar. Na prática, o que vai acontecer é que não vai existir. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O nosso convidado de hoje à tarde é o Brigadeiro-do-Ar Neimar Diegues Barreiro. Como ele é aqui de Brasília — a minha preocupação era que ele fosse de fora.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Pois é. Por isso que eu sugeri ouvir (*ininteligível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Exato. Se ele é aqui de Brasília, eu acho que, se a Comissão estiver de acordo, nós poderemos entrar em



entendimento com ele, pedir nossas desculpas e dizer que houve um fato superveniente. E nós reservaríamos o horário da tarde para tomar todas essas decisões, que, aliás, nós tínhamos pensado em fazer isso ontem, mas, dados os fatos que aconteceram, não foi possível.

Estão todos de acordo?

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - De cancelar o depoimento de hoje à tarde, do Brigadeiro Neimar, que é Secretário de Finanças da Aeronáutica...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ...e nós fazemos...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E remarcar. V.Exa. remarcaria...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu podia dar uma sugestão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A Dra. Terezinha trabalha em Brasília, salvo engano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É; trabalha em Brasília. Eu acho muito mais relevante, apesar do interesse que nós temos em ouvir a Dra. Terezinha, muito mais relevante, muito mais importante — poderei ser voto vencido — nós tratarmos desse assunto, porque o Brasil está parado, Presidente. Os aeroportos estão todos parados. Se nós não resolvermos e não dermos uma satisfação para a sociedade, nós vamos aqui ficar como bombeiros de meia-tigela, só tentando resolver os problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sim. Qual é a sugestão de V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A sugestão que eu faço é que ela possa vir à tarde, e o outro depoente venha na terça-feira, e agora nós possamos tentar resolver esses problemas. Eu acho que é o mais importante.



Quem participou ontem dessas reuniões... Eu saí abismado, o Relator saiu abismado. Nós tivemos uma reunião com o Presidente da Casa ontem. Não é deselegância com ela, mas é uma questão apenas... E ela vai entender também.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Presidente, eu tenho uma sugestão conciliatória aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu gostaria de ouvir a todos, para a gente tomar a decisão.

Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Nada impede que ouçamos aqui a Dra. Terezinha. Eu sei que tem várias inscrições ali. Se nós formos comedidos no tocante ao depoimento, no tocante às indagações, eu acho que, até às 11 horas, a gente termina isso aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - E a gente já seguiria direto.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Seguiria direto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu estou inscrito e não vou abrir mão da minha...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Presidente... Presidente...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Eu sei, mas reduz o tempo; reduz o tempo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Quero dizer que aí não há consenso, Vic. A proposta do Eduardo Cunha tem consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não havendo consenso, não; não havendo unanimidade, fica o que está estabelecido, não tem o que discutir.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Presidente, fazer malfeito, melhor não fazer. A minha sugestão — eu somo com o Deputado Vic —, a Dra. Eleuza poderia vir na parte da tarde. Na parte da manhã, nós discutiríamos essa questão com mais tempo, sem sermos açodados, porque, dizer que vai terminar às 11 horas, não vai acontecer. Então, a proposta é que nós passemos o depoimento da Sra. Eleuza para a parte da tarde e, agora de manhã, nós façamos esse entendimento. A minha sugestão é essa. Porque aí nós poderemos, pelo menos, fazer bem-feito o interrogatório da Dra. Eleuza.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Deixa eu fazer uma ponderação aqui de ordem prática. A ordem prática é o seguinte: eu não concordaria em passar a Dra. Eleuza para tarde, porque nós vamos ter Extraordinária às 3h da tarde, tem Extraordinária às 11h, vai dar *quorum* ao meio-dia. O que vai acontecer? Vai acabar parando e de tarde não vai voltar. Nós ficamos aqui debatendo não tem nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É verdade.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, eu acho que nós deveríamos ouvir o depoimento dela. Não vai alterar nada a gente discutir às nove e meia, ou meio-dia, ou 1h da tarde. Eu faria o depoimento dela e suspenderia o da tarde. É minha proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não havendo concordância de todos, fica o que está estabelecido. Vamos, então, ouvir a Sra. Eleuza. Então — eu nem comecei a falar ainda —, então:

Ata.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 19ª Reunião.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do nobre Deputado Eduardo Cunha.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Ordem do Dia.

Esta reunião ordinária foi convocada para a tomada de depoimento da Sra. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, Diretora de Engenharia da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — INFRAERO, às 9h, e do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Neimar Diegues Barreiro, Secretário de Finanças da Aeronáutica, às 13h.

Só que eu já vou autorizar aqui a Secretaria a entrar em contato com o Brigadeiro Neimar e pedir nossas desculpas, que marcaremos, oportunamente, sua vinda aqui.



Vou passar a palavra, por 20 minutos, à Sra. Eleuza, para fazer a sua explanação, dizendo, no entanto, que, esses 20 minutos aqui que nós temos utilizado, temos sido bastante flexíveis e tolerantes, conforme a pessoa se sinta atendida no tempo para fazer a sua explanação completa.

Então, Dra. Eleuza, V.Sa. está com a palavra por 20 minutos elásticos, flexíveis, suficientes para que V.Sa. faça sua explanação, que fique clara.

Pois não.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Bom-dia, senhores. Eu vou fazer uma apresentação, vou tentar usar realmente os 20 minutos, mas eu acho que é importante eu fazer uma pequena explanação, para apresentar como a engenharia está incluída nesse sistema todo aeroportuário. Eu só vou pedir licença para ir ali embaixo, que é mais fácil eu olhar a tela e explicar. *(Pausa.) (Segue-se exibição de imagens.)* Como os senhores sabem, os nossos aeroportos, eles estão inseridos num sistema de aviação civil, esse sistema é composto de vários órgãos, onde a INFRAERO tem a missão de dotar os aeroportos de infraestrutura necessária para atender à demanda do tráfego aéreo. É lógico que a INFRAERO recebe uma série de *inputs* desses órgãos todos — do Governo, legislação. Temos aí também os Estados, Municípios e Prefeituras, que interferem nesse sistema; a Aeronáutica, o Ministério da Defesa, a ANAC — que é o nosso órgão regulador —, o CONAC. E temos todo um mercado que são os mercados da empresa ligada ao transporte aéreo. Então, esse é o sistema onde geram todos os nossos movimentos aeroportuários. Por favor, pode passar. Nós administramos 68 aeroportos, onde 34 são internacionais e 80 estações de navegação aérea, neste universo todo que é o nosso País. Pode passar. Eu botei esse histórico aqui que é só para mostrar, porque a gente é muito cobrado da mídia e dos usuários que nós estamos investindo muito em terminais de passageiros. Então, é só para mostrar que, de 2001 a 2006, nós tivemos um crescimento de 38% em passageiros. Então, obviamente os terminais saturaram e nós tivemos que investir em terminais de passageiros. Já no caso de aeronaves, houve um decréscimo. Não quer dizer que não tenhamos investido na área de movimento — a gente investiu —, só que em proporções menores, mas mesmo assim ficou 40% a 50% — a gente não precisou criar novas pistas. E terminal de carga...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Em número de pousos e decolagens?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Em número de pousos e decolagens, está aqui: 1,9 milhões; passageiros são 102 milhões; em 2006 foi 1,9. Houve um decréscimo, se a gente analisar em 2001, que estava 2,1 — estou considerando aqui os 5 anos. E carga aérea também subiu, em 5 anos, em torno de 18%. Então, os nossos investimentos foram maiores em terminais de carga e passageiro por isso. Mas não foi nada de não termos investido em área de pouso e decolagem. A diferença foi 40% a 50%, não mais que isso. Pode passar. Nós temos aqui nesses 102 milhões de passageiros em 68 aeroportos, nós temos concentrados em 20 aeroportos 90% do tráfego. Então, realmente, esses 20 aeroportos são os aeroportos prioritários da malha aeroportuária. Não quer dizer que não tenhamos investido em outros, mas esses são os que representam significativamente o movimento nosso brasileiro. Pode passar. Aí é só uma estrutura organizacional para eu locar a engenharia. A INFRAERO trabalha com uma presidência e 5 diretorias executivas, embora a gente trabalhe de maneira colegiada. Então, nós temos a administração comercial, a engenharia, a financeira e operações. Temos um conselho administrativo, um conselho fiscal, a assembléia e as auditorias. E, abaixo da diretoria, nós temos as superintendências. Tem superintendências na sede, em cada diretoria, e superintendências espalhadas pelo Brasil inteiro. Pode passar. A sede tem uma função de mais planejamento e menos execução; então é na sede que a gente formula as políticas da empresas, que a gente cria o planejamento estratégico, que a gente acompanha os orçamentos e a execução financeira, padroniza normas e procedimentos, fixa os limites de competência de cada área e tem todo um relacionamento institucional. Então a sede é a mais planejadora. Pode passar. E trabalhamos descentralizado. Nós temos 8 superintendências regionais, onde as superintendências regionais têm uma estrutura semelhante à da sede quanto às diretorias. Então cada regional tem uma estrutura administrativa, uma estrutura financeira, uma estrutura de engenharia, uma estrutura de operações; ou seja, ela seria, digamos, uma miniatura da sede. Pode passar. As regionais são mais executivas porque elas estão lá na ponta, elas estão nos aeroportos, propriamente ditos. Então, embora elas planejem, elas planejam mais a



parte dos aeroportos que a elas estão ligados, elas executam mais. Pode passar. Só para ter uma idéia, os nossos investimentos de 2003 para cá, todos os investimentos — aqui eu não estou falando só da área de engenharia; estou falando de engenharia, equipamento, manutenção — foram da ordem de 2,41 bilhões. Nós aumentamos a nossa capacidade instalada — hoje ela está para 118 milhões. Então, se nós temos um movimento de 102, na rede nós temos uma capacidade um pouco superior. É lógico que isto é a média. Se a gente analisar os aeroportos mais movimentados, vai ter aeroporto que está saturado. Temos o movimento aqui de pouso e decolagem e o movimento de carga, que está maior que o outro quadro, porque aqui inclui carga de porão. Essa carga de porão não passa pelos nossos terminais de carga: a companhia que mexe com ela, a gente não recebe nada por ela. Aqui, eu botei uma distribuição de como foram os investimentos nessas regiões. Então, entre 2003 e 2006, nós temos aqui, na Região Sudeste, um investimento significativo, mas é porque na Região Sudeste nós temos o percentual de movimento de 54,45. Então, aqui eu mostrei o percentual de passageiros espalhados pelo País e o percentual de investimento, mas a gente investe em todas as regiões. Pode passar. Aí, entrando na minha área, que é engenharia — aí foi só para dar um geral da empresa. A engenharia tem uma estrutura com 2 superintendências. Eu cuido da área de investimentos, que seriam as obras que os aeroportos precisam para atender à demanda, e também da obra de manutenção, que é o nosso dia-a-dia, ou seja, é manter os aeroportos em operação. Na área de empreendimentos nós temos toda uma estrutura de gerências de projeto, empreendimentos de grandes obras e coordenação desses empreendimentos e um planejamento. Aqui está o apoio que nós damos à empresa quanto ao planejamento anual dos nossos investimentos, a participação em planos diretores, a participação em planos aeroviários, a ligação com os órgãos de controle e com a ANAC. E, na gerência de manutenção, nós temos a manutenção de toda a infra-estrutura dos nossos 68 aeroportos. Pode passar. A superintendência de engenharia, então, aqui, rapidamente, ela planeja em conjunto com as outras áreas da INFRAERO; ou seja, a engenharia é uma atividade-meio, ela não é uma atividade-fim; ela recebe os dados do cliente — operação ou comercial —, do que cada área precisa em seus aeroportos; ela estuda, programa, vê como ela pode resolver isso e, aí, sim,



apresenta em diretoria. Nós temos, no momento, 10 gerências especiais, porque as obras de grande vulto financeiro ou obras dadas como estratégicas para a empresa são fiscalizadas pela equipe da sede. A engenharia de manutenção executa as atividades de manutenção e operação dos equipamentos do subsistema aeroportuário de navegação aérea — são aqueles 80 GNAs que nós descrevemos. Nós tivemos um problema sério em 2001, que o PDIN, a demissão incentivada, afetou muito a nossa área de manutenção, porque normalmente, em aeroportos pequenos, a nossa equipe de manutenção é pequena. Então, onde você tem 2 técnicos de manutenção, e no PDIN os 2 foram embora, nós tivemos a perda de 100% da equipe. Mas nós já estamos reaparelhando essa equipe, até mesmo por determinação do nosso conselho fiscal no ano de 2004. Pode passar. Limites de competência. Aqui é só para mostrar que, obras acima de 50 milhões, nós levamos para o conselho administrativo para eles aprovarem e terem ciência; acima de 15 milhões, é a diretoria executiva que decide. Então a engenharia leva o assunto à diretoria executiva, e a diretoria executiva aprova e prioriza; até 15 milhões, sou eu que aprovo, e até 12 são as superintendências, onde aí é descentralizado para as superintendências fazerem as pequenas obras, médias e reparos. Nós temos aqui as obras especiais, foi o que eu falei, que são grandes vultos, que são as obras que estão no PAC; são obras que já começaram há algum tempo, e nós temos uma estrutura especial para atendê-las. Pode passar, por favor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Por favor. Não é possível ouvir conversas, muitas conversas paralelas.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - O que eu falei aqui é quanto ao quadro de funcionários. Nós tínhamos aqui na engenharia, em janeiro de 2001, algo da ordem de 1.100 funcionários, sendo 63 de nível superior na sede, nas regionais. Com o PDIM, a engenharia sofreu muito, porque os nossos profissionais experientes e que tinham emprego no mercado foram embora. Então, penalizou muito a engenharia. Nós perdemos 305 técnicos, sendo 19 profissionais de nível superior. Isso, se a gente fala, às vezes, pensando no Brasil, acha pouco, mas especialista em projetos aeroportuários nós não temos muito. Então, perder um





engenheiro ou um arquiteto que trabalhou 20 anos em projeto aeroportuário... Não se consegue, a curto prazo, colocar outro com essa mesma capacidade, principalmente na área de manutenção, onde é o dia-a-dia dos aeroportos. Nós então, a partir de dezembro, começamos a aparelhar a engenharia de novo e, em 2007, já estamos com uma equipe melhor. E isso inclusive foi determinação dos nossos conselhos fiscal e administrativo para a gente ter as nossas obras... capacidade de investir o recurso que a INFRAERO gera. *(Segue-se exibição de imagens.)* Aqui, botei mais ou menos o nosso fluxo, como a engenharia trabalha dentro da empresa. Como eu falei, a engenharia é uma função meio, uma atividade meio, não é uma atividade fim. Então, ela parte de um planejamento da empresa, de um planejamento estratégico que é feito por todas as diretorias — necessidade operacional, necessidade comercial, necessidade de Estados, necessidade dos municípios, da União, do que for. A partir desse planejamento, que nós chamamos de planos diretores, planos de desenvolvimento... E aí nós temos o planejamento, que o meu Presidente fala, o Plano Aeroviário Nacional, que tem de ser revisto. E tem mesmo. A partir daí, a gente... Isso faz um estudo conceitual para resolver o que esse planejamento necessita. É feito um estudo de viabilidade pela nossa área financeira. A partir daí, a gente é autorizado a desenvolver projeto básico, licitar obra, executar, entregar e depois operacionalizar. É lógico que, nesse estudo de viabilidade econômica, nós nos deparamos com problemas seriíssimos. Dos nossos 68 aeroportos, temos 30 superavitários. Desses 30, se a gente for analisar uma expansão, tipo a de Vitória, tipo a de Goiânia, supernecessária para os aeroportos que estão saturados, nem sempre o aeroporto é viável. Macapá é um exemplo. Ele não é viável economicamente, mas é viável estrategicamente. Não se chega lá sem ser de avião. Então, tem todo um trabalho social que a INFRAERO faz por ser empresa pública. Ela tem que atender à demanda do transporte aéreo. Então, esse estudo é feito, mas depois, até em reunião, inclusive com o conselho, é que, mesmo o aeroporto não sendo viável economicamente, se analisa a importância dele como estratégia, como necessidade de acesso, o que for. Aqui, eu botei um fluxo da engenharia também para mostrar que a engenharia não é independente. Então, nessa identificação de carências e necessidades, nós ouvimos toda a empresa. A engenharia não define que tem que crescer um aeroporto. Ela não dimensiona o



tamanho desse aeroporto. É a operações que apresenta se o aeroporto está saturado ou não. É a comercial, junto com a operações, que nos diz que área tem que ter esse terminal, em função do tamanho da área comercial, em função das necessidades de órgãos que têm que ter. Se ele é internacional, se é doméstico. Então, toda essa identificação de carência é feita pelos nossos clientes, que nós chamamos. A partir daí, a gente faz toda uma elaboração de programa de investimento, que a gente fazia decenal, depois virou quinquenal; agora nós temos quinquenal, e é revisado anualmente. A partir daí, segue o fluxo da engenharia. Aí, sim, é fazer o empreendimento, contratar o projeto. Nós não fazemos organicamente o projeto, nós contratamos. Nós não temos equipe suficiente para fazer um projeto, porque um projeto básico para um aeroporto é uma coisa muito complexa, precisa de muito sistema e precisa de muita especialidade: engenheiro mecânico, eletricitista, calculista e diversos. Em média, um projeto básico de um aeroporto do tamanho de Goiânia, que são 26 mil metros quadrados, são 2 mil pranchas de projetos. Então, nós contratamos, através de licitação, o projeto. Uma vez o projeto concluído, ele é apresentado a toda a empresa e a todos os nossos clientes. Os nossos clientes aprovam esse projeto quanto a fluxo, quanto a dimensionamento, quanto a partido, quanto a custos, e aí sim a gente parte para a licitação da obra e, depois, contrata a obra e acompanha a obra. Quando acabada, a gente entrega para a operação. Aí é onde entra a manutenção e o resto da empresa. Em 2002, como o ex-Presidente Dr. Perrone falou, começamos a melhorar os nossos procedimentos, porque a gente começou realmente a aumentar o número de investimentos, a nossa capacidade de investir. Então, foi criado um manual de gestão de engenharia. Inicialmente, como diretor — à época, eu não era diretora ainda, eu era superintendente dele; ele era da PETROBRAS —, ele nos trouxe um exemplo da PETROBRAS. A gente deu para adaptar, foi uma vitória, a gente conseguiu criar um manual de gestão, mas só em 2004 é que realmente a gente conseguiu botar esse manual dentro das características ideais de um projeto aeroportuário, de uma obra aeroportuária, de um planejamento aeroportuário. Então, hoje, ele já está no nosso *site* interno, e ele tem toda a sistemática de trabalho para empreendimento e manutenção, e ele já é até seguido pelos nossos órgãos de controle. Então, tanto o TCU quanto o nosso controle interno já seguem todo o nosso procedimento, já perguntam se a gente está



dentro desse procedimento. O fluxo de licitação também é um fluxo que envolve outras áreas da empresa. Então, a partir do momento em que, tanto o projeto ou obra, a engenharia tem o seu termo de referência pronto, ele monta uma minuta de edital, mas quem autoriza o processo, dependendo do limite de competência... se for mais de 15 milhões, é a diretoria executiva; se for mais de 50 milhões, é o conselho. E aí quem elabora o edital é a administração, em conjunto com a nossa controladoria empresarial, auditoria interna e procuradoria jurídica. Então, esse trabalho é feito, a gente revê, e, em conjunto, é aprovado um edital para licitação, que é publicado pela administração; e aí segue o trâmite da Lei nº 8.666. Tem uma comissão mista para se analisar, e só volta para a engenharia depois que a licitação está homologada e que o contrato é minutado pela área jurídica. E aí nós começamos a fiscalizar. No programa quinquenal que falei... Nós vínhamos trabalhando num programa decenal, 1995/2005. Só que, a partir de 2002, nós começamos a trabalhar com um quinquenal, que era mais fácil a atualização. E, obviamente, anualmente, a gente vai atualizando. Então, nós tínhamos, dentro do decenal, essa programação; foi revisada para o nosso quinquenal. Dentro do nosso quinquenal, nós temos essa dotação. Se analisarmos a realização da engenharia, ela veio melhorando, até estar agora numa realização ideal, que é em torno de 96% a 100% do que temos disponível e realizado. Em 2005 e 2006, tivemos necessidade de aporte federal, do Governo. Até 2004, eram recursos próprios provenientes das receitas operacionais e da receita comercial. Em 2005, nós tivemos a necessidade de um aporte de 350 milhões. Em 2006, o aporte foi através de um convênio com o Ministério do Turismo. E agora nós temos esse programa, o PAC, que, para o País, na área de transportes, a meu ver, como profissional da área de transportes, é fundamental, porque realmente já prevê um planejamento até 2010. São 4 anos. Esse ano, o Governo Federal já aprovou algo da ordem de 572 milhões. A INFRAERO vai entrar com 265. Isso só nos aeroportos do PAC. Nós ainda temos mais um investimento no resto das regionais; tem os 50 milhões desse convênio, que é Restos a Pagar. Então, a nossa previsão é aumentar esse investimento de 2006 em 2007, significativamente. Já, já, eu mostro para quanto vai. Isso aqui é só um exemplo de empreendimentos concluídos em 2001 e 2006, que foi da ordem de 1,9. Aqueles dois bilhões e pouco que mostrei anteriormente eram todos os



investimentos da rede; aqui é só na área de engenharia. Então, isso daqui é nos principais aeroportos, naqueles que eu falei que são os de maior movimento. Para 2007, a nossa previsão é investir esse total aqui nesses aeroportos. É lógico, há aeroportos aqui que a obra não vai acabar este ano, tipo Vitória, Goiânia, Macapá, Guarulhos. Então, alguma coisa vai para 2008. Aqui no programa do PAC — para a gente é um programa que realmente é ótimo, porque vai nos dar condição de acompanhar a crescente demanda do transporte aéreo —, a gente vai ter investimento para acompanhar essa demanda. Mas só para mostrar para os senhores: de 2003 a 2006, mesmo a gente tendo participação do Governo, só em 2005 e 2006, nós já aumentamos a nossa participação de investimento em 71%. De 2006 para 2007, a gente já pretende aumentar 41%. Então, nós estamos investindo. Tudo bem, ainda pode ser um pouco aquém da necessidade do crescimento do transporte aéreo, mas a gente está conseguindo aumentar a nossa capacidade de investimento. Pode passar. O PAC aqui, que ele tem dinheiro do Governo e nosso, são 20 aeroportos a que foi dada prioridade. E agora vou parar, porque eu acho que, daqui para frente, é mais assunto do planejamento em si da engenharia; eu acho que vai cansar um pouquinho os senhores, mas eu vou botar esse... Pode ir junto, rapidinho? Então, eu vou rapidinho. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Sr. Presidente, acho ótimo ouvir sobre planejamento.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu acho que eu já usei os meus 20 minutos. Não usarei, agora, mais do que 10 minutos. Então, dentro do planejamento aeroportuário, o que a gente fala é que as nossas obras planejadas desde 2000, o que a gente às vezes vê a mídia falar, não são problema. Muito pelo contrário, elas visam a atender a demanda e a exigência de tráfego aéreo. É lógico que, às vezes, uma obra num aeroporto de grande movimento, momentaneamente, é um problema, mas, quando fica pronta, ela soluciona a necessidade de atender ao tráfego aéreo e evita realmente a gente comprometer a infra-estrutura, que é a nossa missão. Nós temos que dotar os aeroportos de infra-estrutura necessária para atender o tráfego aéreo. Nós tivemos nossos planos diretores todos revisados. O plano diretor tem planejamento para 5, 10, 15, 20 anos. Nós revisamos em 2005. Então, as nossas previsões são para



2025. O que está previsto, em conjunto com a ANAC, com as companhias aéreas, com os Estados e municípios, é que em 2025 a gente esteja movimentando no País cerca de 375 milhões. Hoje, são 102. Em 2015, que está aqui pertinho — a gente fala que 2015 é longe, mas, para a gente que trabalha com aeroporto, é muito pouco —, nós devemos estar movimentando 183 milhões de passageiros. O movimento de aeronave deve crescer. E o principal desafio na área de aeronave não é nem o crescimento do movimento, é a operação de aeronaves tipo A380, que é um avião muito grande. Então, no caso desse avião, sim, vai ser preciso que a gente dê uma readequada na nossa infra-estrutura — largura de pista, largura de pátio, tamanho de salas de embarque —, porque ele prevê 800 passageiros, dentro de uma aeronave. É muita coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vai ter que ter pelo menos um aeroporto no País...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Nós temos 2 em condições, que é Guarulhos e Galeão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Recebe esse aí?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Recebe esse tipo de avião, mas a gente, ao longo dos anos, vai ter que preparar outros, tipo Manaus e Brasília. Mas, hoje, nós já teríamos Guarulhos e Galeão.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E se acredita que vai vingar esta...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A Airbus, no início deste ano, falou que estava prevista para 2008 a operação desse avião, mas a gente acredita que aqui no Brasil ele não vai ser em grande escala ainda, porque é muito passageiro. Então, deve vir o quê, talvez uma frequência ou outra, e aí opera nos nossos 2 principais aeroportos, que seriam Galeão ou Guarulhos. É aqui que tem: a tendência do mercado é haver grande diversidade na aeronáutica. Aqui, a gente mostrou só para se verificar o quanto nós estamos aumentando a capacidade de investimento por passageiro. Na década de 80, eram 4 reais por passageiro; em 90, 5 reais; agora, de 2000 a 2010, a previsão já é de R\$8,25 por passageiro. Mas, é lógico, se a gente considerar o percentual de crescimento, a gente vai ver que a gente ainda está com investimento escasso. Então, a gente não pode parar, a gente não pode desacelerar. Por isso o PAC é fundamental para a



gente, é uma ajuda já certa de investimento. Aí é a dinâmica do planejamento. Eu falo que, na década de 80, nós começamos o planejamento aeroportuário, criando as zonas de proteção do entorno do aeroporto, zona de ruído, planos diretores. Na década de 90, começamos a implantar grandes aeroportos tipo Confins, Guarulhos, Viracopos. Agora, o que aconteceu é que, no momento, nós não estamos tendo a proteção devida do entorno desses aeroportos. Então, por exemplo, nós não tivemos, através do Estado e do município, a interligação terrestre entre 2 aeroportos. Então, não adianta se começar a desenvolver aeroporto um do lado do outro, com distância de 100 quilômetros ou menos de 100 quilômetros, porque não se vai ter demanda. Você tem de investir também na parte do transporte terrestre, transporte de massa. Então, isso não aconteceu, está dando alguns problemas, como deu em Confins, deu em Guarulhos. O planejamento aeroviário nacional foi feito na década de 80. Ele tem que ser revisado. É o que o Presidente J. Carlos fala, a gente tem que rever toda a malha aeroviária. Isso nós estamos fazendo em conjunto com a ANAC. A integração do sistema aeroportuário na liberação de rotas. Há aeroportos em que se tem horários de pico concentrados e horários ociosos. É lógico que ninguém quer chegar em São Paulo ao meio-dia, quer chegar de manhã, mas, às vezes, no caso de quem vai a turismo para um aeroporto tipo Recife, tanto faz o horário que ele chega. Então, é esse tipo de estudo que tem que ter em conjunto com o plano aeroviário. E um plano diretor integrado com aeroportos, municípios e Estados. Isso daqui eu falo que a gente no País regrediu um pouco e que nós temos que voltar agora com o PAC a evoluir. Por quê? Nós temos planos de zona de proteção do entorno do aeroporto, zona de ruído. Só que, se o município e o Estado não fizerem plano de desenvolvimento da região de acordo com essa proteção do aeroporto, a gente chega ao que chegamos em Congonhas — está no meio da malha urbana —, ao que chegamos em Pampulha. Isso aqui é o que hoje a gente tem de incentivar. Aí estão alguns exemplos. Isso aqui era Congonhas em 1939. Se a gente olhar como era o entorno de Congonhas, a gente vê que ele foi — como é que se diz? — sacrificado pela malha urbana. Alguém não protegeu o aeroporto. É isso que eu digo, se a gente fizer isso, a gente perde a capacidade de esse aeroporto operar sem restrições. Então, foi por isso que, no final da década de 70, em que ele era o principal aeroporto de São Paulo, planejou-se Guarulhos, para



ser o principal aeroporto de São Paulo. Guarulhos foi inaugurado em 1985, funcionou como principal aeroporto de São Paulo até 1995, e, aqui, só ponte aérea. Só que, a partir de 1995, como faltou planejamento integrado com o Estado e com o município, não houve a implantação de um transporte de massa para o aeroporto de Guarulhos. A pessoa, para ir para o aeroporto de Guarulhos, tem que passar pela marginal Tietê, pega engarrafamento; em dia de chuva, não chega. Aí o mercado começou a forçar e voltar a operar em Congonhas, que foi o que eu mostrei aos senhores na segunda-feira. Chegamos em 2002 com um movimento insustentável e tivemos que voltar a ampliar Congonhas. Aí são só uns exemplos. O outro é Pampulha. Pampulha é de 1934. Se a gente analisar aqui também quando ele foi criado, ele tinha toda uma condição de se expandir. Só que depois também o crescimento urbano chega, porque o aeroporto traz emprego, o aeroporto traz infraestrutura, traz água, traz luz e aí traz todo o interesse do pessoal de se instalar próximo ao aeroporto. E como aí nós não temos uma ação junto ao Estado e ao município que impeça isso daqui, embora nós tenhamos legislação de planos de proteção, plano diretor, aí acontece isso: restringe o aeroporto. Quando isso acontece, nós temos que construir um novo aeroporto, que foi o que aconteceu com Confins. Então, Confins foi construído porque saturou... Pampulha não tinha como ser mais desenvolvido. E em 1984 Confins processou 1,5 milhão. Mas Confins foi semelhante a Guarulhos. Ele ficou um tempo sendo o principal aeroporto de Minas, mas não teve o apoio de vias, de transporte de massa, aí a pressão para voltar para Pampulha aconteceu, e Pampulha saturou de novo. Só que agora nós conseguimos em Pampulha e no Santos Dumont distribuir: Pampulha com Confins e Santos Dumont com o Galeão. Não conseguimos ainda em Congonhas, mas estamos trabalhando junto com a ANAC, junto com o mercado, para dividir Congonhas com Campinas e com Guarulhos. O Galeão também foi inaugurado em 1977, o primeiro terminal, e em 1999 o segundo terminal. Ele é também para ser o principal aeroporto do Rio; Santos Dumont é para ser só a ponte aérea. Santos Dumont chegou em 2003 e saturou. E aí nós conseguimos, junto com o DAC, à época, transferir vôos para o Galeão. E hoje nós estamos fazendo obra no Santos Dumont, mas só para atender a ponte aérea. Aqui está Galeão, um aeroporto que tem condição de atender o A380. Aí é o que eu falo: dinâmica do planejamento aeroportuário.



Brasília, a gente ainda tem uma situação privilegiada, mas se a gente junto ao GDF não preservar esse entorno, daqui a pouco nós não vamos ter. Essa pista aqui já foi um pouco penalizada, porque tem o Park Way, então a gente teve que ter uma cabeceira recuada. Campinas, nós temos um planejamento desde 1979, e ele tem condição de vir a ser também o segundo grande aeroporto de São Paulo. Só que, como a desapropriação para a segunda pista paralela demorou a acontecer, houve invasões. Mas mesmo assim esse problema a gente já contornou. Nós já mudamos um pouco a posição da segunda pista, para esse impacto de desapropriação menor. Mas tem que começar a mexer, preservar os sítios, senão daqui a pouco ele também não é mais possível. Guarulhos também tem condições. É lógico que precisa alguma desapropriação para a terceira pista, mas ainda é mais barato que construir um novo aeroporto em algum outro lugar em São Paulo. Manaus também tem que crescer. Ou seja, nós temos que trabalhar com toda a rede aeroportuária. E aqui, aí sim — isso eu não vou apresentar, porque aí eu posso responder; é só para dar uma idéia —, esses 6 aeroportos que hoje estão em obras, que são as nossas maiores obras, que estão no PAC — vou dar um exemplo, o de Vitória —, eles demoraram... Só para mostrar o quanto os nossos processos são demorados, o projeto começou a licitação em 2001, e nós começamos a obra em 2004. E a previsão é acabar em 2008. Então, se a gente analisar desde o projeto até o final da obra, a gente leva 7 anos para ter um terminal tipo Vitória, que é um novo complexo do outro lado, pronto. Então, se a gente prevê, quando faz o projeto, para atender a uma capacidade de 10 anos, a gente só vai ter uma folguinha de 3 anos quando ele ficar pronto. Então, este planejamento conta com esse processo todo. Não tem como hoje a licitação de uma obra ser menor que esse tempo, porque tem uma série de impugnações, uma série de recursos e é assim mesmo. Bom, eu acabei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Nós agradecemos à Sra. Eleuza pela explanação. Vamos passar à parte dos questionamentos. Concedo a palavra, pelo tempo que julgar necessário, ao nosso Relator, Deputado Marco Maia. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Bom-dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, bom-dia a todos e a todas. Bom-dia, Sra. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, que comparece a esta CPI na condição de Diretora de





Engenharia da Empresa de Infra-estrutura Aeroportuária — INFRAERO. Antes de mais nada, agradeço a presença de V.Sa. nesta CPI, constituída com o propósito de investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro.

Inicialmente, assim como tenho feito em todas as oitivas dessa CPI, gostaria de tecer algumas considerações sobre o trabalho que estamos desenvolvendo. Primeiro, tenho a certeza de que o depoimento de V.Sa. será de fundamental importância para esta CPI, pois o seu conhecimento como engenheira responsável pelo conjunto das obras civis da INFRAERO certamente nos será precioso, tendo em vista o papel importantíssimo desta na estruturação do serviço de transporte aéreo nacional, que vive um momento muito delicado, fato que ninguém pode negar.

Assim, o depoimento de V.Sa., mais do que nos auxiliar a identificar alguns aspectos que colaboram para esta crise, poderá nos fornecer muitas pistas para que possamos propor os ajustes necessários, a fim de adequar o setor às demandas atuais do mercado, bem como apontar melhorias para os serviços prestados pela própria INFRAERO.

Queria lhe informar também que esta CPI teve acesso ao relatório produzido no final do ano passado pelo Tribunal de Contas da União, que traz uma avaliação preliminar da situação do sistema de controle do tráfego aéreo brasileiro, documento assim denominado por aquele órgão, bem como outras informações, seja através da imprensa, seja através dos depoimentos e documentos aqui apresentados que abordam os temas relacionados à infra-estrutura aeroportuária brasileira. Assim, não me furtarei em abordar V.Sa. sobre alguns apontamentos e críticas que são feitas à aplicação dos recursos financeiros da INFRAERO.

É claro que o objetivo deste Relator não é o de constrangê-la, até porque, tenho certeza, V.Sa., assim como todos aqui, tem o propósito de nos auxiliar a enfrentar os problemas que hoje afligem os aeroportos do Brasil.

Passamos, então, aos nossos questionamentos. Aliás, Sr. Presidente, esta semana é a semana das mulheres nesta CPI. Estamos, hoje, fazendo a oitiva da terceira mulher nesta CPI.

Vou fazer algumas perguntas, divididas em blocos, e gostaria que, a cada pergunta que fôssemos realizando, V.Sa. pudesse ir respondendo de imediato.



Há quanto tempo V.Sa. trabalha na INFRAERO e desde quando ocupa o cargo de diretora de engenharia? Com quais presidentes V.Sa. trabalhou e qual a experiência profissional de V.Sa. antes de assumir o cargo que agora ocupa?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu trouxe aqui um histórico. Eu comecei a trabalhar em planejamento aeroportuário em 1980. Primeiro, eu queria só corrigir, eu sou arquiteta, eu não sou engenheira. Eu me...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - É aqui dentro, que nós vamos fazer um *upgrade* no som.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu sou arquiteta. Eu me formei no final de 1978 — não vale fazer conta, gente. Eu me formei no Rio de Janeiro. Eu comecei a trabalhar no DAC em 1980, na área de planejamento aeroportuário. Até então, trabalhei na Prefeitura de Niterói, como comissionada. Em 1980, começaram a fazer uma seleção de profissionais, porque estava se iniciando uma comissão para planejamento aeroportuário — até então não tinha. Eu fui lá, fiz uma entrevista e fui chamada. Então, a partir de 1980 — março de 1980 —, comecei a trabalhar em planejamento aeroportuário. Eu trabalhei de 1980 a 1985 na área de planejamento. Em 1985, eu entrei na ARSA, que era a comissão que foi criada para implantar o Aeroporto do Galeão; continuei no Rio. E, em 1987, a ARSA foi absorvida pela INFRAERO. Então, virei arquiteta da INFRAERO. E, em 1989, fui convidada para trabalhar na regional de São Paulo. Então, a partir de 1989, eu me transferi do Rio para São Paulo e comecei a trabalhar lá na regional São Paulo. E aí que eu comecei a trabalhar mais especificamente com projeto e obras, porque até então era mais planejamento. Então, eu ocupei em São Paulo alguns cargos. O meu primeiro cargo de confiança foi em 1990, quando eu fui convidada para assumir a chefia de uma seção de programação e orçamentação, que era realmente coletar as necessidades de obras, programá-las e fazer o programa anual e plurianual da Diretoria de Engenharia e Manutenção. Em 1991, essa seção mudou de Seção de Programação e Orçamentação para Planejamento Técnico. Em 1993, fui convidada para assumir a chefia de Divisão de Planejamento e Controle dentro da regional São Paulo, onde eu fiquei até 1996. E em 1996 eu fui convidada para assumir a gerência de engenharia da regional São Paulo, onde eu fiquei até 2001. Em 2001, eu fui convidada pelo presidente à época, Dr. Perrone, e pelo diretor à



época, Dr. Justi, para vir para Brasília para assumir uma superintendência de empreendimentos. Fiquei nessa superintendência de 2001 a início de 2003, quando então o Deputado Carlos Wilson foi nomeado presidente da INFRAERO e me chamou para ser diretora de engenharia. Então, eu estou no cargo de diretora de engenharia desde janeiro de 2003. Então, só para simplificar, dentro do organograma da empresa — eu vou deixar esse meu histórico com os senhores —, eu fui subindo, ou seja, fui chefe de seção, chefe de divisão, gerente de engenharia, superintendente de engenharia e cheguei ao cargo de diretoria de engenharia nesses anos todos que trabalho no planejamento aeroportuário, sendo 20 da INFRAERO e 27 na área aeroportuária. Presidentes, que você me perguntou. Aí eu vou ter que contar nos dedos. Eu comecei com o Brigadeiro Menezes. Depois do Brigadeiro Menezes, quem assumiu foi o Brigadeiro Teodósio. Depois do Brigadeiro Teodósio teve o Brigadeiro Lobo, por um tempinho pequeno. Depois teve o Brigadeiro Nascimento, depois teve o Brigadeiro Adyr, depois teve o Brigadeiro Pettengill, Dr. Perrone, Carlos Wilson e atualmente o Brigadeiro J. Carlos. Então, eu passei por 9 presidentes, contando com o atual. A terceira pergunta qual foi?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Qual a experiência profissional de V.Sa. antes de assumir o cargo que agora ocupa. Mas já respondeu.

V.Sa. também já, em alguma medida, colocou na sua explanação inicial, mas eu gostaria que V.Sa. nos descrevesse, de forma sucinta, suas funções, responsabilidades e atribuições na INFRAERO, atualmente. Porque V.Sa. colocou no organograma qual era o seu cargo, que é diretora de engenharia. Mas quais são as atribuições? Se V.Sa. participa das discussões que definem prioridades quanto às obras a serem projetadas e executadas pela INFRAERO.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Sim, eu participo. As minhas atribuições são realmente coordenar toda essa necessidade de dotar a infra-estrutura aeroportuária de capacidade para atender à demanda, acompanhar os projetos, fiscalizar as obras, obviamente em conjunto com toda uma equipe. Eu não fiscalizo diretamente, mas eu coordeno toda essa fiscalização. E participo em todas as reuniões de diretoria onde discutimos o planejamento estratégico da empresa, onde a gente prioriza quais são as obras. Então, a minha missão é essa de realmente atender à infra-estrutura, em função da crescente



demanda de tráfego aéreo, quanto à necessidade de empreendimentos e quanto ao dia-a-dia do aeroporto, ou seja, à manutenção deles.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O.k. Eu vi que está aqui na sua apresentação, mas V.Sa. não abordou, e eu gostaria de fazer essa pergunta: poderia nos apresentar um resumo das principais obras da INFRAERO em andamento e qual a situação atual do cronograma de cada uma delas?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Posso sim. (*Pausa.*) Nós temos... Como eu falei, a sede tem a função mais de planejar do que executar. Mas as obras dadas como estratégicas ou de grande vulto são acompanhadas pela sede. Então, no momento, nós temos 6 grandes obras acompanhadas pela sede, com gerências especiais criadas para acompanhar essas obras. A primeira é Vitória, que foi contratada por 434 milhões. Já foram realizados em torno de 38% dessa obra. Ela foi contratada em início de 2005. Nós temos Goiânia, que foi contratada...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - A previsão de encerramento desta é em 2008?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Em 2008, exatamente. E ela está no PAC. Estas todas que eu vou citar estão no PAC.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - No PAC.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Goiânia foi contratada por 349 milhões, e já foram executados 33%. A ordem de serviço foi dada também em 2005, e a previsão também é 2008. Nós temos Guarulhos, que é uma obra de infra-estrutura -- recapeamento das pistas, construção de pistas de táxi, ampliação de pátios de aeronaves e toda a parte de drenagem. É uma obra que foi contratada por 329,7 milhões. Nós já executamos 35%. Ela foi contratada também no início de 2005, e a previsão é acabar no primeiro semestre de 2008. Temos Macapá, que é uma obra que foi contratada por 132 milhões. Realizamos já 36%. Começou em início de 2005, e a previsão é acabar no início de 2008. Nós temos Santos Dumont, que nós já até entregamos, no início deste mês, para operação assistida, e devemos entregar quase que concluída antes dos Jogos Pan-Americanos, que é dia 13 de julho. Então, dia 12 de julho a gente deve entregar a obra de Santos Dumont, digamos, quase concluída, ficando poucas coisas para o



final do ano. Então, nós contratamos Santos Dumont por 390 milhões; já executamos 86%. Contratamos em final de 2004, e a previsão é entregá-la 95% agora para os Jogos Pan-Americanos e ficam 5% para o segundo semestre de 2007. Em Santos Dumont nós implantamos 8 pontes de embarque -- e ela está muito bonita.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Hum?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É um projeto muito bonito. Não sei se os senhores já passaram por lá. Congonhas. Congonhas nós...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Pois não, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Obrigatoriamente, o nosso Rio de Janeiro. Também, com aquele cenário do Santos Dumont...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não podíamos fazer diferente, não é?

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Só o cenário...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - O terminal novo está ficando pronto.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Nós, inclusive... Eu queria explicar. Nós entregamos ele para operação assistida, porque para a gente mexer no terminal antigo nós tínhamos que transferir o movimento para o terminal novo, senão a gente não conseguiria fazer. Por isso é que ele está hoje meio conturbado. Mas a idéia é, dia 12 de julho, antes dos Jogos Pan-Americanos, ele estar basicamente concluído. Congonhas. Nós dividimos Congonhas em 2 etapas. Eu apresentei para os senhores até na segunda-feira. A primeira etapa, onde foram implantadas 8 pontes, nós concluímos em agosto de 2004; a segunda etapa começamos em final de 2004 e vamos acabar agora no segundo semestre de 2007. Foi uma obra contratada por 209 milhões; já executamos 88%. Essa obra conteve a ampliação do terminal e o recapeamento da pista auxiliar. Estamos fazendo agora a pista principal, que é uma obra orçada em 20 milhões. A obra deve durar 135 dias, começou dia 14 de maio. Foi feito em Congonhas, também, um edifício-garagem, através de uma concessão. Essa concessão foi assinada em



1998, mas a obra só começou em 2003, porque o entorno de Congonhas embargou essa obra. Para fazer qualquer obra em Congonhas era muito difícil. Agora que a gente tem todo um relacionamento com a Prefeitura, facilitou o nosso trabalho. E basicamente são essas as obras principais em andamento. Temos o TPS-3, que está em licitação, mas no momento está suspenso, porque nós estamos ainda negociando com o TCU a parte de preços. Temos Florianópolis, que foi um concurso público, que também está em licitação. E tem uma série de outras obras que estão no PAC, que nós já estamos com o projeto concluído, que seria a recuperação das pistas do Galeão; que seria a ampliação e recuperação das pistas de Curitiba; que seria o terminal de cargas de Porto Alegre; e tem uma série de outras obras. No âmbito total das... Só para vocês terem uma idéia, no Brasil inteiro, nós temos obras... Se eu pegar por limite de competência, as obras acima de 50 milhões que vão ao Conselho são 11; as obras que vão de 15 milhões a 50 milhões, que é a diretoria, são 10; as obras que vão até 15 milhões são só 4; e as obras que vão até 12 milhões, que são descentralizadas nas 8 regionais do País, nós temos em andamento 199. Aí são obras menores.

**O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS** - Relator, permite-me uma pergunta dentro do que V.Exa. está indagando à depoente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS** - É relativo ao Aeroporto Santos Dumont. Chegou-me uma informação de que naqueles túneis de acesso do passageiro aos aviões houve um erro de projeto que inviabilizaria ou dificultaria o seu uso após a sua inauguração. É fato isso? A senhora tem conhecimento?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Tenho conhecimento. Não é fato, não. O que aconteceu foi que quando a gente -- aquilo que eu falei -- começa a fazer um projeto -- e esse projeto começou lá em 2001 --, nos é passado um *mix* de aeronave onde a gente determina as características do pátio. E naquela época não nos passaram o 737-800 como sendo a principal aeronave da Gol. Então, nós pensamos no Airbus 319, 320, 737-400, 500, 700. Conforme a gente começou a obra, apareceu o 800. Então, nós fizemos uma revisão. Mas ele pára. Não tem erro de projeto. Foi uma adequação só da sinalização de pátio. Então, ele consegue parar, sim, nas pontes de embarque.



**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Não envolveu os *fingers*, o tamanho dos *fingers*?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não. Não envolveu o tamanho dos *fingers*. Foi só a questão de sinalização de pátio.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Continuando, agora eu vou fazer alguns questionamentos sobre os apontamentos do Tribunal de Contas da União.

Uma questão citada aqui nesta CPI pelo atual presidente da INFRAERO, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Carlos Pereira, e por 2 ex-Presidentes da empresa, o Major-Brigadeiro Eduardo Pettengill e Fernando Perrone, foi quanto à necessidade da criação de um índice de preços específicos para obras aeroportuárias, diferente daquele utilizado, por exemplo, pela Caixa Econômica Federal para imóveis.

V.Sa. sabe há quanto tempo existem divergências sobre as avaliações e medições das obras e serviços da INFRAERO com o Tribunal de Contas da União?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Essa divergência começou a acontecer acentuadamente a partir do final de 2005. Até então a INFRAERO fazia as suas obras, tinha as suas auditorias do TCU, mas não eram auditorias constantes, porque nós não fazíamos parte da Lei de Diretrizes de Orçamento da União, porque nós trabalhamos com recursos próprios. Então, o TCU fazia auditorias por amostragem, como fez em Salvador, que teve o Governo do Estado. Não era tão constante. A partir de 2005, onde entrou um aporte federal, o TCU, realmente, resolveu definir com o Governo Federal de a INFRAERO entrar na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A partir daí, como o volume de obras cresceu -- se o senhor lembra, a maioria das obras que eu citei aqui nós começamos em 2005 --, o TCU começou a fazer auditorias em nossas obras e começou a apontar um sobrepreço em todas elas. Não tinha nenhuma que estava dentro do preço normal. Aí nós estranhamos, porque nós trabalhamos com um padrão aeroportuário há 30 anos. A gente sempre seguiu a PINI, cotação de mercado. As nossas obras, se comparadas com as obras anteriores, não têm evoluções de custos significativos, a não ser em equipamentos, em função de dólar e essa coisa. Nós sentamos com o TCU e começamos a discutir o porquê desse sobrepreço. Aí foi que nós verificamos que a equipe técnica do TCU estava comparando as nossas obras com o SICRO e com o SINAPI. E a própria legislação, os próprios Ministros do TCU, quando



analisavam também isso, viam que ela não é completa para esse tipo de instalação, que é bem mais complexa. Têm textos, inclusive, de Ministros mostrando que o SICRO e o SINAPI são uma referência para obras rodoviárias e para prédios mais populares. Então, nós, juntos com o TCU, começamos a fazer um trabalho de criar um SINAPI aeroportuário, porque a gente viu que o próprio TCU não tinha uma planilha nacional para comparar as nossas obras. Então, de final de 2005 para cá, nós fizemos, inclusive, um convênio com a Caixa Econômica, para nós criarmos um SINAPI aeroportuário para a gente ter uma planilha nacional para os nossos tipos de obra. Então, isso está há 1 ano e meio. Agora é que realmente, eu acho, a gente conseguiu sensibilizar o TCU, em função do PAC -- é por isso que eu sou muito, como é que se diz, fã do PAC. Em função do PAC, o TCU viu que também não é só aeroporto que eles não têm uma planilha aeroportuária. Qualquer grande obra, seja de saneamento, seja de hidrovias, seja o que for, o SICRO e o SINAPI estão muito aquém de ser uma planilha nacional. Então, o TCU, realmente, junto com os técnicos da SECOB estão analisando o trabalho que nós fizemos junto à Caixa Econômica para ver se realmente esse trabalho pode ser o nosso SINAPI aeroportuário e vir a ser uma referência daqui para frente. E se isso acontecer, realmente, todas essas auditorias desses aeroportos que nós estamos ainda em relatório preliminares, nenhuma foi conclusiva, nós já verificamos que todas vão estar enquadradas dentro desse SINAPI aeroportuário e não vai haver o sobrepreço. Então, nós estamos ainda num trabalho, digamos, evolutivo com o TCU, de integração, e com Caixa Econômica. Agora, como o PAC é responsabilidade da Casa Civil, a gente está tendo uma ajuda grande, para realmente ter até talvez um intermediador entre TCU, INFRAERO e Caixa Econômica — talvez uma Fundação Getúlio Vargas, eu não sei —, para realmente a gente convalidar esses preços nacionais e aumentar o banco de dados da Caixa Econômica.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O.k. V.Sa. tem conhecimento de apontamentos ou decisões do Tribunal de Contas da União quanto a obras da INFRAERO no período anterior à sua gestão? E poderia nos citar em qual ou em quais obras houve problemas?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A que eu conheço foi Salvador, embora eu não tenha participado do planejamento e da





licitação em Salvador. Quando eu vim para Brasília, Salvador estava sendo executado. Então, eu tomei conhecimento, todos os senhores sabem, o próprio Brigadeiro Pettengill falou, o Brigadeiro Perrone...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O Volume do som, gente.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É basicamente Salvador, porque nós tivemos auditoria em Recife, foi sem problema; em Maceió; Natal eu conheço — também não participei, porque não é da minha época —, nós defendemos. Então, anterior à minha gestão, eu conheço essas.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - V.Sa. está respondendo por algum ato já julgado irregular pelo TCU enquanto gestora de engenharia da INFRAERO? Qual ou quais?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Como eu falei, os relatório do TCU da minha gestão...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Ou V.Sa. acredita que cometeu algum ato temerário na gestão financeira de obras da INFRAERO, visando assegurar a continuidade de alguma obra?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Vou responder primeiro à temerária. Quanto a ter feito uma gestão temerária, eu tenho certeza de que não. É lógico que a gente num cargo de diretora você está lá para decidir. Mas todas as decisões eu tomei com toda a minha equipe de engenharia e nenhum ato foi temerário. As obras estão dentro da necessidade, dentro do dimensionamento, dentro do custo que a gente pratica. Então, na minha visão, eu não tive nenhuma decisão temerária. Quanto ao TCU, nenhum dos processos que eu estou acompanhando, que estão no TCU, nenhum deles foi conclusivo ainda, em função disso, porque eles começaram com muitos questionamentos, questionando técnica e preço, e a gente foi respondendo e um a um a gente foi resolvendo com o TCU. O único que ficou ainda foi o sobrepreço, porque falta planilha nacional. Mas eu tenho inclusive um atestado, que eu vou deixar também aqui, que eu peguei ontem até junto ao TCU, que ainda não tem nada conclusivo, na minha gestão, onde o TCU realmente dê como um ato de improbidade, qualquer coisa.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O.k.



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Junto ao TCU, não é?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Certo. Em entrevista divulgada pela revista *ISTOÉ*, a empresária Silvia Pfeiffer fez acusações contra ex-presidentes da INFRAERO, contra V.Sa. e contra diretores da INFRAERO. Alguns questionamentos. V.Sa. conhece a empresária Silvia Pfeiffer? E o que tem a dizer sobre essas denúncias?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Essa empresária... Eu realmente já procurei na minha agenda. Eu não tenho relacionamento profissional nem pessoal com essa empresária. Eu nem lembro se a conheço. Mas, evidentemente, eu lido com muita gente. Eu vou aos aeroportos, me apresentam empresas de material de construção, me apresentam projetistas. Então, eu não lembro de ter conhecido essa Silvia Pfeiffer. Mas como ela cita uma reunião em Curitiba, e eu fui a Curitiba — eu peguei nos meus históricos de agenda que eu tenho; eu fui em 2002, que eu nem era diretora ainda, eu era superintendente de empreendimentos —, e ela cita um escritório de arquitetura, que é o escritório Ricardo Amaral, eu levantei nos meus apontamentos: eu estive 2 vezes em 2002. Não lembro de ela estar em reunião nenhuma, porque a reunião foi técnica. Uma reunião foi no aeroporto, com o superintendente da época, que até já faleceu. Ele me chamou lá para eu ver com ele uma necessidade de uma readequação física do terminal. Ele estava ampliando o desembarque e ele queria também ampliar o embarque, fazendo uma readequação da área comercial, passando a área comercial para um terceiro pavimento. Então, ele me chamou como superintendente de empreendimentos para a gente discutir o assunto. E, numa segunda vez, eu fui lá, onde eu fui numa reunião no escritório do Ricardo Amaral, porque ele tinha sido contratado, através de uma licitação pública, para desenvolver um estudo, um projeto básico do edifício-garagem de Curitiba, onde ele me apresentou... E eu falei que esse assunto teria que ir a reunião de diretoria, porque, à época, nós tínhamos orientações de que edifício-garagem era concessão, mas que nós tínhamos que levar esse assunto a reunião de diretoria. Isso foi em 2002. Esse assunto do edifício-garagem só foi concluído em 2003, aí eu já era diretora. Não voltei a Curitiba para esse assunto, mas o edifício-garagem foi levado em reunião de diretoria, foi feito um



estudo de viabilidade, onde a diretoria concluiu que o melhor era nós construirmos o edifício-garagem e fazermos uma licitação só para explorar, que nós teríamos mais vantagem. Nesse contato com esse escritório que ela cita... foi esse e eu não lembro de tê-la conhecido. Fui, em 2003, num encontro de engenharia que nós programamos, no segundo semestre de 2003, e nesse, com certeza, ela não estava, porque só tinha técnicos da engenharia. Não tinha ninguém de fora. E num intervalo desse seminário eu recebi esse arquiteto Ricardo Amaral, porque ele estava fazendo também um projeto do TCA de Porto Alegre, que ele ganhou através de uma licitação pública. E essas licitações que ele trabalhou, projetos que ele trabalhou, nenhum foi pela sede, foi tudo pela regional Porto Alegre. Então, eu não sei de onde ela me conhece e me cita com tanta propriedade, sinceramente. Mas a reportagem... Como ela falou de várias pessoas, a INFRAERO entrou com um pedido de explicações. Ela já até apresentou... Eu estou aqui... Eu posso também deixar com os senhores, aonde eu, com os diretores, estamos agora analisando o que a gente vai fazer. Porque, realmente, quanto a minha pessoa, ela não provou nada. Ela fala coisas no ar e não mostra nenhum comprovante, nem que me conhece. Então, a gente agora vai ver, em diretoria, o que nós vamos fazer. Quanto às outras reportagens da *ISTOÉ*, deixe eu só responder. Eu fiz toda uma explanação de todas as minhas atividades e todas as atividades da minha equipe e deixei no *site* da INFRAERO durante 45 dias. E tenho todos esses documentos, se os senhores quiserem também, aonde eu rebato todas as notícias que saíram a meu respeito e a respeito da minha equipe.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O.k. A segunda pergunta que eu ia fazer é se V.Sa. adotou alguma providência jurídica contra a empresária — queixa-crime por calúnia, difamação ou injúria, ou ação por danos morais, etc. Mas V.Sa...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A empresa que tomou, porque ela falou da empresa como um todo. Então, está aqui. E as explicações nós já recebemos esta semana e agora nós vamos, em reunião de diretoria, que é na próxima semana, discutir o que fazer.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O.k. V.Sa. trabalhou, trabalha ou é parente de algum dos diretores mencionados pela empresária?



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, parente eu não sou de nenhum dos diretores. O Fernando Brendaglia, quando eu entrei para diretora de engenharia, na gestão do presidente Carlos Wilson, em janeiro de 2003, ele foi nomeado diretor comercial. Então, enquanto ele foi diretor comercial, eu não trabalhei com ele, mas trabalhei ao lado dele, como diretora.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - E ele é quem?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Ele era o diretor comercial, Fernando Brendaglia.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Que é um dos diretores que ela cita?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É. Dr. Tércio, também. Esse foi diretor comercial; ela também cita, se não me engano.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Isso.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Ele foi diretor comercial e ele foi superintendente da regional de São Paulo, em 2001, que foi na época que eu fui convidada para vir para Brasília. Então, eu nem cheguei a trabalhar com ele lá. Mas conheço. Trabalhei ao lado. É colega meu profissional, é funcionário de carreira.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - A empresária Silvia Pfeiffer, na mesma entrevista, disse: *"Basta quebrar o sigilo das empreiteiras, dos diretores da INFRAERO, dos superintendentes. A AEROMÍDIA fez depósito para alguns diretores"*. Perguntas: V.Sa. recebeu algum depósito, em sua conta corrente, da AEROMÍDIA, empresa da empresária Silvia Pfeiffer?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Nenhum depósito, nem da AEROMÍDIA nem de empresa nenhuma. Meu sigilo bancário, se os senhores quiserem, pode ser aberto, pode ser analisado, porque não tem depósito nem dela... Eu nem conheço a AEROMÍDIA, porque era da área comercial. Como eu falei, a engenharia não tem tratamento com essa empresa. Cada diretoria tem a sua função e, na área comercial, a engenharia não tem essa participação. Não tem depósito nem dela nem de ninguém na minha conta bancária, a não ser o meu salário, o do meu marido, que eu transfiro para a minha conta, do meu filho... A gente transfere...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Como sói acontecer...



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só curiosidade. A senhora poderia dizer...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Pelo amor de Deus, não divulgue isto de transferir o salário do marido para a conta da mulher.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Mas ele é piloto. Ele não cuida do salário dele. Eu cuido para ele. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ela é quem cuida.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - V.Sa. aceitaria...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só por curiosidade, Relator. A senhora poderia dizer o seu salário lá na INFRAERO?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Olha, o meu salário da INFRAERO...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Bruto.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Bruto, ele deve ser uns 17 e uns quebrados. Eu não ligo para o bruto, eu ligo para o líquido. Então, o líquido, no momento, ele é 12 mil. Só que eu tirei um empréstimo para ajudar na construção da minha casa, então o líquido, no momento, é 10 mil. Mas o líquido de um diretor é 12 mil reais.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É mais que o nosso salário. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Isso para V.Exa. ver o quanto um Deputado está ganhando pouco. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Isso é um juízo seu, Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - V.Sa. aceitaria disponibilizar para esta CPI, caso fosse necessário, o seu sigilo fiscal e bancário?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Aceitaria, sem problema nenhum.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Temos informação de que V.Sa. está sendo processada, estando inclusive com seus bens bloqueados em razão de determinação judicial. V.Sa. responde ou é parte em quantos ou quais processos envolvendo possíveis atos irregulares desde que assumiu o cargo de diretora de



engenharia da INFRAERO e quais são as acusações contra V.Sa. nesses processos?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu estou respondendo a um processo. É um processo até que causou um espanto, porque foi um processo aberto em outubro do ano passado pelo Ministério Público de São Paulo, por uma procuradora que tentou, através de uma ação, embargar a obra da segunda fase de Congonhas. Nós defendemos, e a obra foi liberada. Então, esse processo público foi aberto em função da licitação. Não é em função nem da gestão da obra. A gente está sendo acusado, eu e mais uma série de pessoas — não sou só eu —, de ter feito uma licitação por técnica e preço, que era ilegal, coisa que o TCU já falou que é legal... Ou seja, o Ministério pegou o relatório preliminar do TCU, de início de 2006, e abriu uma ação civil pública contra os gestores, o Presidente Carlos Wilson, a advogada Josefina, eu, o engenheiro Erivan, que é o meu chefe de projeto, o gerente da obra, que é o Rogério, em função do processo licitatório baseado num relatório preliminar do TCU. Inclusive pediu a nossa quebra do sigilo bancário de meados de 2003 a final de 2004 — eles determinaram qual era o período — e pediram também o bloqueio de bens. O bloqueio de bens foi um pouco postergado, embora, segundo os advogados que estão cuidando da causa, para eu vender qualquer bem, eu tenho que ir ao juiz e pedir autorização. Ele autoriza porque ainda não está bloqueado. Mas esse processo está lá em São Paulo e é sobre a licitação da obra de Congonhas. E não tem... Eles falam que estavam pedindo o nosso sigilo bancário e nosso bloqueio de bens porque teria um indício de ter beneficiado alguém. E aí a gente pega o processo é o relatório preliminar do TCU igualzinho, sem nada de diferente. E se fosse isso o TCU teria paralisado a obra, e não paralisou.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Relator, permita-me, só para consignar.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Só há essa ação civil pública específica em relação à Congonhas? É isso?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Como diretora, só. Como diretora só essa. Eu inclusive não tenho nem sindicância. No



CGU, eu até perguntei, não tem nenhum processo da engenharia. Como diretora eu só estou nesta ação civil pública do Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Em algum momento, desde que assumiu o cargo de diretora de engenharia da INFRAERO, V.Sa. recebeu de algum presidente da empresa orientação explícita ou tácita para interferir em favor de alguma empresa ou consórcio ou mesmo para mudar critérios de algum processo licitatório?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, solicitação nenhuma. A gente, quando monta um edital... É o que eu falei, o trabalho da engenharia é um trabalho em equipe. Senta-se o gerente de projeto, o gerente de obra, o orçamentista, a gente monta um edital com todos os atestados necessários em função daquela obra e define. O que, às vezes, acontece é alguém ir a um presidente e reclamar: isso está muito restritivo ou está muito aberto. Aí o presidente chama, a gente explica e fica tudo resolvido. Eu nunca recebi nenhuma orientação para mudar um edital para beneficiar A, B, C ou D. É isso a sua pergunta, não é? Isso é o que eu entendi.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Isso. Algum outro diretor, mesmo que de outras áreas, lhe fez qualquer comentário sobre a ocorrência de algo do gênero?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não. Nesse tipo de coisa entre os diretores a gente trabalha tanto que a gente não tem nem tempo de um ver a área do outro.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Relator, permite tentar ajudar em relação a essa questão de edital e licitação?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Pois não, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Por que razão Congonhas faz técnica e preço e não só preço? Por que razão a INFRAERO, enfim, não sei que obra, mas por que técnica e preço?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Congonhas é o nosso aeroporto de maior movimento. É o nosso aeroporto de menor sítio, quase que digamos assim, e é o nosso aeroporto mais envolvido pela malha urbana. Então, uma obra em Congonhas é a obra mais difícil que nós temos. Primeiro, que para você ter a chegada de material lá, para você ter a mobilização do



peçoal é só de madrugada, porque você não consegue acessar o aeroporto pela Bandeirantes, por aqueles acessos durante o dia, porque engarrafa tudo. É uma obra que... Como é um aeroporto que na época que nós começamos a obra operava com 12 milhões de passageiros, e tinha capacidade para 6, com passageiro cruzando o pátio, então era uma obra que tinha que ser mais feita à noite, mas tinha que ter obra durante o dia. E tinha que ser uma obra que durante o dia não causasse riscos aos passageiros. Então, teria que ser uma empresa que tivesse técnica suficiente para fazer aquela obra. Então, era uma obra, é uma obra comum, mas muito complexa.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Só Congonhas foi técnica e preço? Só para ficar claro Relator, porque aí são critérios subjetivos de julgamento.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Não adiantou porque morreu uma pessoa lá.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não. A pessoa que morreu foi antes da obra.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Outros aeroportos também foram técnica e preço?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Foram. Todos esses grandes aeroportos que eu citei foram técnicas e preços: Goiânia, Vitória, Macapá, Guarulhos, Santos Dumont, Congonhas, TPS-3, Florianópolis, todos os grandes complexos aeroportos estão sendo técnica e preço. E isso já foi aceito pelo TCU.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só para complementar, Relator.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A pessoa que morreu foi atropelada no pátio, antes das obras, justamente porque tinha muito passageiro andando num pátio de aeronaves com uma série de veículos.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Depois vocês vão ter...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só para complementar. O Relator tem uma reação ali, mas, só para complementar, desde quando vem sendo praticado técnica e preço?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Técnica e preço é uma modalidade realmente nova para a INFRAERO. Ela foi estudada em





2003, na gestão do Presidente Carlos Wilson. Nós passamos o ano inteiro estudando com técnicos, com juristas, porque nós estávamos vendo uma série de problemas anteriores nas obras por menor preço. As obras estavam sendo... O pessoal mergulhava muito na obra, aí ou não acabava a obra ou começava querer alterar o projeto para fazer aditivo ou restringia muito e ficava sempre nas mesmas, e aí não tinha condição de as empresas, outras empresas participarem, e nós estávamos tendo problema. A gente começou a analisar técnica e preço, que foi uma modalidade que o Metrô de São Paulo até nos apresentou. Mas nós levamos um ano internamente para analisar com todos os órgãos da empresa a viabilidade de a gente partir para essa modalidade, que é legal. Então, nós contratamos juristas, os nossos auditores participaram, os nossos engenheiros participaram. Nós contratamos ex-presidente, ex-operadores também para nos ajudar tecnicamente na viabilidade. E aí foi viabilizada, e a gente lançou essas obras por técnica e preço.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Dra. Eleuza, percentual de técnica e de preço.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Sessenta a 40.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Só pela ordem, Sr. Presidente. Nós temos inscritos aí... O Relator está com a palavra. A Deputada Solange tem o nosso respeito, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A palavra está com o Relator, mas gentilmente ele está concedendo essas complementações.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - E acho que ajudamos nos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Eu tenho questões a complementar aqui então...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu acho ótimo até que todos interfiram, porque ajuda o Relator na formação.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Tudo bem, se for o método...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa., Deputado André Vargas, está querendo que o Relator gentilmente não conceda mais os apartes, não é isso?



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não, não é isso. Se esse for o método, Sr. Presidente, eu também tenho questões em relação a técnica e preço para interagir.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Não, mas eu acho que essa prática pode ser até instalada, porque ajuda o Relator e ajuda todos nós a esclarecermos. Quando o Relator faz uma pergunta...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Mas este Relator vai cedendo os apartes até que haja questionamentos. Como houve questionamentos neste momento, não concederei mais nenhum aparte.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Mas há posições divergentes...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Embora esteja concluindo a minha...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Eu me calo.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Embora já esteja concluindo os meus questionamentos.

A última pergunta que eu gostaria de formular a V.Sa. é sobre a gestão aeroportuária. O que V.Sa. acha da idéia de se privatizar o sistema aeroportuário controlado pela INFRAERO?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Essa questão é uma questão difícil de responder porque já há tempo que isso é estudado. O problema da privatização dos aeroportos é a gente achar uma fórmula ideal para não prejudicar os aeroportos não superavitários. Se nós temos 68 aeroportos onde 30 só realmente são atraentes, como é que vai ficar a fórmula dos que não são atraentes? Porque a iniciativa privada vai querer os que dão dinheiro, ela não vai querer investir onde não dá dinheiro. Então, é uma polêmica. Eu acho que tem, sim, que se estudar, arrumar alternativas de investimento, não sei se é privatização, não sei se é parceria. Que a coisa tem que ser discutida, tem. Mas qual é a minha opinião eu sinceramente ainda não tenho opinião, porque eu ainda não achei uma solução. Eu acho que esse trabalho social que a INFRAERO faz em investir em aeroporto rentável e não rentável é fundamental para o País, e é isso que faz com que a nossa malha dê acesso ao Brasil todo, porque, se, por exemplo, investirmos só em aeroportos, tipo Congonhas, Guarulhos, como é que você vai levar o passageiro lá para Macapá, lá para Cruzeiro, lá para Tefé, lá para Tabatinga? E só



vamos investir lá se nós tivermos um mesmo lugar onde a gente junte todos os recursos de aeroportos para a gente poder distribuir, porque senão só vai investir onde dá dinheiro. Então, eu acho que enquanto não achar a fórmula ideal para os aeroportos que não são rentáveis e para eles não serem prejudicados quanto ao seu desenvolvimento, porque eles são fundamentais no País... O nosso País tem lugar em que você só chega de avião. Então, enquanto não resolver, eu acho difícil. Quer dizer, eu ainda não tenho muito opinião. Agora, alternativas de investimento, eu acho que a gente tem que trabalhar, e estamos trabalhando e temos que cada vez evoluir, seja através de parcerias, o que for. Não sei se eu respondi, mas é que eu não tenho ainda uma opinião.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - O.k.

Sr. Presidente, este Relator encerra aqui os seus questionamentos, agradecendo mais uma vez a presença, nesta CPI, à Sra. Eleuza Terezinha, Diretora de Engenharia da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária — INFRAERO, que veio a confirmar a certeza que expressei no início de que o seu depoimento seria de grande importância para os trabalhos desta CPI.

Estes eram, portanto, os questionamentos deste Relator.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Relator, ela não veio de vermelho para lhe provocar, viu?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Oi? Como?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nós vamos passar a palavra à autora do primeiro requerimento....

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Pois não, Sr. Presidente. Para responder, só sente esta dor de ter sido derrotado numa decisão quem está participando da decisão, não é, senhor....

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - O São Paulo não conhece essa dor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Relaxe, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos então passar....

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É que eu sou Internacional, por isso é que eu vim de vermelho.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ...a palavra à nobre Deputada Luciana Genro, que é autora, com o Deputado Ivan Valente, do primeiro requerimento de convocação aprovado. S.Exa. tem 15 minutos.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu já conversei com a Deputada Luciana, ela vai ser a primeira, mas só para deixar claro: o Requerimento nº 186 era da Deputada Solange Amaral e do Deputado Vic Pires. Ele nem sequer foi incluído na pauta. E o requerimento aprovado foi o de nº 293; 186 é antes do 293, muito antes.

Então, só para deixar registrado. O Deputado Vic Pires, eu própria, a Deputada Luciana Genro já entramos em acordo. A Deputada vai iniciar o questionamento, mas só para deixar claro que é exatamente a mesma coisa a convocação, a chamada da Sra. Eleuza Terezinha, 186 e 293. Só para deixar claras as questões regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. tem absoluta razão, Deputada Solange Amaral. Foi um lapso da Secretaria. O Marcos me confessa aqui que, na noite anterior, o Deputado Gustavo Fruet, autor de tudo isso, pediu que incluísse o Requerimento nº 293. E ele, na pressa, à noite, para incluir o requerimento na pauta do dia seguinte, não se deu conta de que antes do 293 havia um requerimento de autoria de V.Exa. e do Deputado Vic Pires, o 186. Sendo assim, a Presidência, com a Secretaria, para se redimir, vai conceder o prazo de 15 minutos à Deputada Luciana Genro e a V.Exa. também.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, não há problema nenhum, mas é importante deixar isso claro e registrado. E há outros requerimentos, por exemplo, que eu apresentei ontem e que não foram incluídos na pauta. Peço um pouquinho de atenção à nossa Secretaria da Comissão, porque é muito importante isso. Isso é o trabalho do Parlamentar. A Deputada Luciana Genro inicia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Deputada Luciana Genro, começando às 10h56, terminando às 11h06.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Obrigada, Sr. Presidente.

Na verdade, acho que o depoimento da senhora, D. Eleuza, seria bastante mais produtivo se antes nós tivéssemos ouvido a Sílvia Pfeiffer. Essa era a minha proposta, pelo menos. O primeiro requerimento que eu apresentei foi justamente



para que esta CPI ouvisse a Silvia Pfeiffer e pudesse esmiuçar as denúncias que ela está fazendo. Coincidentemente, neste momento, ela está depondo lá no Senado. Lamentavelmente nós estamos aqui e não podemos escutar o que ela está dizendo lá. Mas o seu pronunciamento inicial acaba trazendo uma impressão de que existe uma grande perseguição contra a senhora, um grande complô, porque existem, pelo que eu sei, 82 processos no Ministério Público questionando as obras da INFRAERO, existem mais 41 no Ministério Público Federal, 82 no TCU e 41 no Ministério Público Federal. Em todos esses processos que estão sendo questionados, tanto no âmbito do Ministério Público como do TCU, o seu nome aparece como responsável técnica pelos projetos.

Por outro lado, a empresária Silvia faz denúncias que são bastante abrangentes, e não atingem apenas a senhora, mas de um grande esquema de corrupção dentro da INFRAERO, onde ela diz que os empresários que tinham contrato com a INFRAERO repassavam dinheiro para o ex-presidente Carlos Wilson e para os diretores, como a Eleuza, o Eurico Loio, o Fernando Brendaglia e também para os políticos que faziam meio de campo.

Ela diz também que todas essas obras que o próprio Tribunal de Contas está questionando estão superfaturadas. Ele cita a Odebrecht, em Recife, a Andrade Gutierrez, em Curitiba, a OAS, no aeroporto de Salvador. Menciona ainda uma empresa de São Paulo que teria ganho a obra de Brasília, e furou o esquema, porque não seria parte do esquema de corrupção. E eles trataram de tirar a empresa da obra, dizendo que a INFRAERO investiu mais de 3,2 bilhões em obras que estão superfaturadas. E tudo leva a crer que ela tem fundamento no que diz, porque, embora a sua argumentação aqui, que é nova para mim sobre essa questão da planilha de custos, o Tribunal de Contas tem técnicos muito competentes. O fato de haver relatórios preliminares é um indício muito grande, até porque a gente sabe que os conselheiros do Tribunal de Contas são muitas vezes políticos. Inclusive um deles foi citado nesse escândalo da Gautama, coincidentemente conterrâneo meu, o ex-Deputado Nardes, de quem sugeri que quebrasse o seu bancário, fiscal e telefônico, para que não pairassem dúvidas sobre as suas atividades. Mas vários dirigentes da INFRAERO já foram afastados, nesse último período, por suspeitas também de irregularidades: José Wellington Moura, que respondia pela diretoria



comercial; Fernando Brendaglia, antecessor do Moura no cargo e que era superintendente de planejamento e gestão; o Napoleão Lopes Guimarães Neto, assistente da procuradoria jurídica; e a Márcia Gonçalves Chaves, assessora da Presidência da estatal. Além disso já havia sido afastado o diretor financeiro Adenal Figueira Nunes, que também responde a sindicância na CGU.

Então, vários colegas seus de comando da INFRAERO já foram afastados. A senhora parece gozar de uma posição mais forte. Alguns dizem que é pelas suas relações com o PT e com o Presidente Lula, acusação, afirmação que evidentemente não posso fazer porque não tenho evidências disso. Mas a senhora também, como diretora de engenharia, teve o sigilo fiscal e bancário quebrado, a pedido do Ministério Público Federal e é investigada pela participação nessas irregularidades no aeroporto de Congonhas, o mesmo episódio que levou à quebra de sigilo da Josefina Pinha.

Então, eu vejo que existem indícios muito pesados de corrupção, de propina, que são relatados pela empresária Silvia e até o momento corroborados pelas análises, ainda que preliminares, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, e que o próprio atual Presidente da INFRAERO teria dificuldades em removê-la do seu posto, pela força política que a senhora detém ali, pelas suas relações com o ex-Deputado Carlos Wilson.

Vejo também que, além dessas irregularidades, o seu trabalho como planejamento estratégico de aeroportos, planejamento aeroportuário e na coordenação das necessidades dos aeroportos em atender as demandas, ele deixou muito a desejar, porque tivemos um grande volume de obras nos aeroportos, os aeroportos viraram verdadeiros *shopping centers*, mas questões básicas da infra-estrutura não foram resolvidas, como, por exemplo, o fato de que, quando há neblina em aeroportos como os de Porto Alegre e Curitiba, os aviões não podem pousar nem decolar. São questões que dizem respeito a aparelhos que são necessários e há muito tempo precisam ser adquiridos. A pista de Congonhas — e o Deputado Ivan Valente esteve lá — inunda, o que impossibilita o pouso de aeronaves ou a decolagem. Então, quais foram os critérios utilizados para essas obras que deixaram os aeroportos muito bonitos? Como a senhora mesmo disse, a obra está muito bonita, mas não resolveu os problemas concretos da infra-estrutura



dos aeroportos, que estão absolutamente sem condições de receber o fluxo de passageiros e de aeronaves.

Então, meu questionamento vai nestes 2 sentidos: o seu desempenho quanto a planejamento estratégico dos aeroportos e esta sensação de que ou há um complô contra a senhora, que envolve a empresária Silvia, que envolve o Ministério Público e que envolve o Tribunal de Contas, ou existem realmente irregularidades muito graves na INFRAERO, que envolvem não só a senhora mais outros dirigentes que, inclusive, já foram afastados.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu vou responder a primeira parte: eu acho que não há complô nenhum. O que há realmente são vários contratos de obras onde sou diretora já há 4 anos e meio. Evidentemente, os processos passaram por mim de alguma maneira. Então, meu nome é conhecido, não vou dizer que não seja. Agora, quanto aos processos do TCU, a informação que eu tenho, é que nós temos na INFRAERO 115 processos, e desses 115, 20 são ligados à Engenharia, só 20, não são 80. E, desses 20, nem em todos eles eu estou envolvida, mas como é ligado à Engenharia, eu acabo me envolvendo, porque faz parte do meu trabalho. Quanto à CGU, não estou fazendo parte de sindicância nenhuma. E, quanto ao Ministério Público, eu tenho conhecimento desse, como diretora, de que eu falei, de Congonhas, e tem um de quando eu era Gerente de Engenharia, em São Paulo, foi na época de 2001, sobre um aditivo, que nem tem quebra, não tem pedido, nada, ele está em andamento ainda. Eu só conheço esses. Agora, quanto às afirmações da Sra. Silvia Pfeiffer, se ela tem comprovação que há uma corrupção, que comprove. Quanto a mim, com certeza, ela não tem nenhuma, senão eu também já teria sido afastada, e mesmo os meus colegas que foram afastados, eles foram afastados porque ainda paira alguma dúvida, e a CGU está analisando. Eu não recebi nada dela e não recebi nada de ninguém. E não participei de nenhuma corrupção. Quanto a eu ter força política, eu não tenho força política nenhuma, eu nem sou filiada a partido político. Agora, eu tenho sim, uma bagagem profissional grande, todos me respeitam na minha área profissional, e talvez eu seja forte, porque eu tenho a característica de não criar problema, e, sim, de resolvê-los. Eu tenho de decidir, tenho de fazer a coisa andar, e eu não cobro para fazer isso, eu ganho só o meu salário. Talvez seja por isso que eu



tenha maior força, e não seja por outra coisa. Então, eu acho que há uma grande falta de respeito atualmente em nosso País, que todo mundo denuncia todo mundo e não se prova. A partir do momento em que ela provar algo contra mim, aí, sim, eu posso ser incluída no rol. Enquanto ela não provar — e não conseguiu provar —, não participei de nada, e não participei mesmo. Quanto ao Presidente J. Carlos dizer que tem dificuldade em me tirar, a gente tem um relacionamento ótimo, ele nunca chegou para mim e falou: “Eleuza, eu quero te tirar do cargo de Engenharia”. O cargo de Engenharia está à disposição do Presidente da empresa, ele pode sentar com o Ministro da Defesa, ele pode sentar com o Presidente da República e dizer que quer me tirar. Mesmo porque, tem um tempo, toda função de confiança tem um tempo. Eu não sou diretora. Eu estou diretora. Eu sou arquiteta. Então, acho que aí há uma grande confusão, agora, é lógico, meu nome entra em tudo, lógico, estou coordenando as obras todas do País.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Só um complemento aqui do Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sra. Eleuza, eu quero fazer uma única pergunta. É o seguinte: quando a gente recebe uma acusação como essa, que vai parar numa revista de circulação nacional, eu acho que ela merece uma indignação. Merece de quem é acusado, e é acusado injustamente, uma reação forte. Eu não entendo como as pessoas... A senhora falou, respondendo ao Relator, que a INFRAERO está tomando providências legais contra essa entrevista da empresária. Agora, eu pergunto à senhora o seguinte: a senhora não se sente indignada, então? Uma pessoa fazer uma acusação frontal como essa, e a senhora não a está processando? Por que a senhora não a está processando?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu não estou processando porque, primeiro, a INFRAERO entrou com essa representação, e nós estávamos esperando as respostas dela. Agora, com a resposta dela, é que a gente realmente vai resolver o que fazer. Agora, quanto à revista *ISTOÉ*, que teve uma primeira entrevista, em que citou o meu nome, contra ela, eu entrei com uma ação, sim, porque eu fiquei indignada. Eu sou uma profissional de vinte e tantos anos na área aeroportuária e nunca tive processo nenhum. A partir do momento em que eu ocupei um cargo de diretora e há uma série de obras em andamento, eu virei





desonesta?! O que é isso?! Não é por aí. Então, quanto à primeira reportagem da *ISTOÉ*, eu entrei com uma ação. Quanto à Sílvia Pfeiffer, como ela falou da empresa como um todo, nós, diretores...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não. Ela não falou da empresa com um todo, ela falou de 4 diretores.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - E um, inclusive, já foi afastado.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Ela falou da Comercial, ela falou da Financeira...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - O Brendaglia já caiu.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** -... ela falou da Administração, ela falou da Engenharia. Mas o Wellington estava lá, e ela falou também. Então ela falou da empresa como um todo. Ela falou em todas as áreas da empresa, embora ela seja ligada só à área comercial. Então, a empresa achou melhor entrar com uma ação conjunta. Agora, a partir do conhecimento do que ela respondeu, é que nós, diretores, vamos tomar as providências.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - V.Sa. já tem a resposta que ela formulou aí, que ela respondeu?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu tenho. Eu tenho os depoimentos aqui, sim, e eu posso depois passar.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu queria que a senhora nos passasse a resposta.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Tem tempo ainda, Presidente, para ela responder...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Agora, deixa eu só responder a do planejamento.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - ... a segunda parte?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Exatamente.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Isso.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Do planejamento, eu vou discordar um pouquinho da senhora. É lógico que ninguém é dono da verdade. Eu não vou dizer que a gente fez tudo ótimo, tudo maravilhoso,



nós fizemos o que a gente conseguiu fazer. Nós cuidamos, sim. Não fizemos só aeroportos bonitos e só *shoppings centers*. Não foi nada disso! O fato de a gente ter incentivado mais a área comercial foi uma estratégia da empresa tomada anterior à minha gestão, onde se estudou a viabilidade de aumentar a receita comercial. Então, a Engenharia recebeu como *input* das áreas comerciais aumentar os espaços comerciais, para ter realmente toda uma concessão comercial e aumentar a receita. E isso aconteceu. Agora, nos terminais de passageiros, nós investimos em aeroportos saturados que a gente vinha analisando já desde o final da década de 90. E, na parte de pistas, como eu falei, nós investimos 40%, 50%, em função do movimento, em função da necessidade. A gente faz todo um trabalho coordenado. A pista de Congonhas não foi feita antes, porque ela só entrou em estado de degradação em que fosse necessária uma intervenção, como nós detectamos em trabalho com a USP, em meados de 2005. A partir daí, você tem que sentar com o órgão regulador, você tem que sentar com as companhias, porque ela precisa de uma interdição. Então, quer dizer, nós fomos fazendo dentro do que a gente podia fazer.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Uma última questõezinha sobre a obra de Macapá que a senhora citou na sua exposição. Nós, inclusive, tivemos de excluir de uma medida provisória que estava transferindo recursos para a INFRAERO, essa obra de Macapá, porque o Tribunal de Contas mandou suspender essa obra.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Isso. Foi. Essa obra foi... O Aeroporto de Macapá é um aeroporto que está supersaturado, tem um terminal micro lá que atende a 300 passageiros; o movimento lá hoje já é 700; é uma região importante para lá, por isso nós estamos fazendo um aeroporto lá. Foi um processo, uma licitação também por técnica e preço, e os vencedores foram a Better e a Gautama. Até então, não tinha processo nenhum contra esse aeroporto. Inclusive o TCU não mandou parar a obra quando fez auditoria, não aplicou cautelar, não fez nada. Depois dessa Operação Navalha — e nem estava na lista o aeroporto —, é que, por cautela, o TCU pediu para a gente não pagar. E está sendo decidido amanhã na Casa Civil como a gente vai continuar com a obra de Macapá, que faz



parte do PAC; se fica com a outra construtora que era do consórcio ou não. A gente ainda nem decidiu isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem. Vamos passar, então, ao outro autor do requerimento, a nobre Deputada Solange Amaral, começando às 11h13 e terminando às 11h28.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, até...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, eu vou...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - É só para informar que, inclusive, chegou ontem a resposta de um recurso a que eu havia dado entrada, com relação ao procedimento do Presidente da Câmara, reforçando a decisão já adotada por V.Exa. Então, só para registrar, com relação aos procedimentos adotados em relação ao primeiro requerimento ter prioridade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Sr. Presidente, vou usar uma parte do meu tempo, depois, vou entregar para o Deputado Vic Pires.

Dra. Eleuza, a senhora tem um pouco de razão: no Brasil, está muito fácil sair acusando, acusando, acusando, e, depois, o ônus é do acusado, que tem de provar. Não gostaria de deixar de fazer esse registro.

O *Correio Braziliense*, em maio, disse que há parentes da senhora no Aeroporto de São José dos Campos e no Aeroporto de Campinas. Isso procede? Qual é a razão? Eu queria ouvi-la. Não vou dar os nomes das pessoas físicas, enfim, mas eu queria ouvi-la. A senhora indicou? A senhora colocou? O que eles fazem lá? Isso é importante para a senhora?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É. Não fui eu quem indicou. Eu tenho 2 parentes, um é meu irmão. Ele é militar da reserva e é superintendente do Aeroporto de São José dos Campos. Por que ele está em São José dos Campos? Em 2003, nós tínhamos um civil administrando o Aeroporto de São José dos Campos, e o Presidente Carlos Wilson, em conjunto com o Diretor de Operações, que era o Brigadeiro Veiga, na época, verificou que, como São José dos Campos é compartilhado o uso militar e civil, o melhor seria ter um superintendente militar no aeroporto, um superintendente da reserva militar, para fazer essa integração com os militares. Em reunião de diretoria, ficou de se escolher, o



Brigadeiro Veiga ficou de escolher uma pessoa, um militar para assumir a Superintendência. Em conversa com ele, eu comentei que meu irmão era major da reserva, mas que ele estava empregado, na época, numa empresa de carga, porque ele é piloto. Ele estava numa empresa de carga, que eu não lembro o nome. Mas eu comentei, eu falei: *“Olha, ele mora em São José dos Campos, talvez ele conheça alguém, ele pode lhe indicar”*. Aí, o Veiga: *“Ah, eu o conheço, ele fez comigo um curso na EMBRAER; nós trabalhamos juntos, também, na EMBRAER, eu conheço, o Major Manzoni. Será que ele não aceitaria?”* Eu falei: *“Veiga, eu não sei, ele está empregado, ele é piloto, você teria de conversar com ele”*. Então, não foi indicação minha. Foi o Brigadeiro Veiga, Diretor de Operações à época, quem fez contato com ele, que ofereceu o cargo, e ele aceitou. Então, ele é superintendente do aeroporto de São José dos Campos. A outra parente é uma cunhada, que trabalha aqui, em Brasília. Ela trabalha...

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Não é no Aeroporto de Campinas?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não. É no aeroporto de Brasília. Ela trabalha como coordenadora da parte de limpeza do aeroporto, não é ligada à área de Engenharia. Ela veio para cá também e não foi a meu pedido; foi na época em que o atual diretor administrativo, Dr. Marco Antônio, estava na Superintendência de Brasília. Ele foi muito amigo de meu pai — e eu falo que foi, porque meu pai já faleceu. Eles trabalharam juntos no Galeão. Meu pai foi superior dele, até, no Aeroporto do Galeão. E o meu pai veio aqui, quando ele era Superintendente do Aeroporto e pediu para ajudá-la, porque, como eu estava em Brasília, e meu pai já estava doente, estava vindo para morar comigo, e ele queria trazer meu irmão e minha cunhada. O meu irmão é aposentado por saúde, o marido dela, e meu pai foi ao Marco Antônio. Como ela tinha experiência em Campinas, ela trabalhou em terceirizadas, no Aeroporto de Campinas, na parte de limpeza, o Marco Antônio, atual Superintendente do aeroporto, trouxe ela para cá. Ela é assistente, não é nem assessora. Ela é assistente 3. E, pelo que o pessoal do aeroporto... Até quando saiu essa reportagem, eu me senti no dever de ir lá, falar com o atual superintendente, ver se ela é boa, se ela trabalha, dizer que eu, por mim, não tem nenhuma obrigação. Ele falou que não, que eles dependem muito



dela, que o tempo que ela ficou afastada, por um ano, por licença, aquilo ficou muito sujo. Então, eu tenho só esses 2 parentes.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - São só esses 2 parentes.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - E na Engenharia eu não tenho parente nenhum.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Dra. Eleuza, quantos funcionários ou ocupantes de cargos comissionados da INFRAERO estão afastados pela auditoria, a sindicância da CGU? Quantos são? A senhora sabe melhor?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Hoje, eu não sei responder, não. Não sei.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Pelos jornais, eram 3 ou 4. Tem mais? Quem da Engenharia?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Da Engenharia não tem nenhum. Da Engenharia não tem nenhum, não é? Não tem nenhum; da Engenharia, não tem nenhum.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Nenhum da Engenharia está, enfim, afastado por...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, não está nenhum. É como eu falei, na CGU, não tem nenhuma sindicância da Engenharia, não tem nenhum processo de sindicância. E esses foram afastados por processo de sindicância na CGU. Como não tem nenhum da Engenharia, não tem nenhum da minha área.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - A senhora é diretora, desculpe, a senhora já disse, mas eu não registrei, a senhora é Diretora de Engenharia desde...?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Janeiro de 2003.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Janeiro de 2003. Obrigada. O Deputado Vic Pires, que assinou o requerimento comigo também, vai prosseguir.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Obrigado, Sr. Relator, desde que fique mantida a minha inscrição na relação.

Sra. Eleuza, eu quero parabenizar a senhora pela segurança das suas respostas. E quero falar sobre uma delas.



A Deputada Luciana Genro falou dessas denúncias que, na minha opinião, podem ser ou não calúnias, até agora, dessa Sra. Silvia Pfeiffer. A senhora poderia, como cidadã, entrar com uma representação, uma notícia crime para que ela, em juízo, confirmasse ou não que é a exceção da verdade. Ela confirmando, abre-se um processo. Ela não confirmando, ela seria condenada, o que seria bom para limpar a honra de todos, da senhora, de qualquer... Com certeza a senhora fará isso aí. Enquanto isso, a senhora disse que a INFRAERO entrou já com uma representação contra ela?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É, e quanto ao que ela já confirmou, a INFRAERO já abriu uma sindicância.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E ela confirmou alguma coisa na sua área?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, na minha área, não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não. Está bem. A senhora respondeu a uma pergunta do Relator sobre o parque do estacionamento do Aeroporto de Congonhas, e, nessa sua resposta, a senhora disse que agora, somente agora — a senhora pode me corrigir —, é que a INFRAERO conseguiu fazer, que era desde 98, não é isso? Agora, a INFRAERO conseguiu fazer essas obras, entregar essa obra, por conta da relação que há hoje muito boa com a Prefeitura. Não havia antes?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, não havia, não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Quem era o Prefeito na época?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - O problema de São Paulo não é nem...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não. Só para eu lembrar, quem era o Prefeito?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Olha, em 98...



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Era a Prefeita Marta Suplicy, não?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, em 98, não. A Marta Suplicy foi depois, foi em 2002, não é?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, mas em 98 começou a licitação, não?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Acho que era o Pitta, em 98.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sim, mas de 2000, a senhora disse que foi só agora com essa Administração. Só queria...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, mas o que aconteceu foi o seguinte, não foi só a Prefeitura. Nos grandes centros, a gente sempre tem um pouco de dificuldade com a Prefeitura em função dos moradores da vizinhança. Então, o que acontece do relacionamento com a Prefeitura de São Paulo não é nem por culpa da Prefeitura, é o Movimento Defenda São Paulo, que é um movimento muito grande, que, em 98, quando nós, quando nós, não, quando a INFRAERO homologou a concessão do edifício garagem para Congonhas, eles entraram com uma ação contra e embargaram a obra.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ah, tá.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Aí, nós, junto à Prefeitura, tentamos desembargar, só que a Prefeitura, ela ouviu o Movimento Defenda São Paulo, e o movimento falava que isso só iria atrapalhar, que ia incentivar o aumento de passageiros. E nós explicamos que não (risos), e a Prefeitura ficava (risos) naquele meio termo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É porque ficou a dúvida aqui, porque a Administração atual, depois da Prefeita Marta Suplicy, deu a entender que é essa Administração que estaria agora ajudando e, com certeza, está, e com certeza a Ministra Marta Suplicy, na época, não iria. Eu só queria esclarecer.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, em 2000... Não, ela ajudou, como depois o Serra ajudou, como o Kassab agora está ajudando.



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Claro, pois então, eu só queria esclarecer, porque a senhora disse que a relação boa era agora, então fica, fica esclarecido até para ajudar o partido.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - O melhor é agora, porque as obras estão ficando prontas. (Risos.)

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Com certeza. A senhora respondeu que a modalidade técnica, a modalidade técnica e preço começou agora, em dois mil e...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - E três.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - ... e três. A senhora acha que isso aumentou o custo das obras em relação às obras passadas? Houve algum aumento?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, não houve, não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Houve, sim, uma, como é que se diz, houve uma tranqüilidade maior para o gestor público, porque nós conseguimos agora contratar consórcios, ou seja, são 2 e 3 empresas. Então, há menos risco de uma empresa só não conseguir fazer a obra, parar e dar algum problema, porque é um transtorno. Imagine uma empresa não conseguir fazer a obra de Congonhas. Então, isso nos deu uma garantia maior. Quanto a custo, nós já analisamos — a gente fica sempre analisando isso —, não aumentou, porque, embora a gente tenha feito técnica e preço, nós contratamos a melhor técnica pelo melhor preço, porque a solução é quase...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Entendi. Eu faço essa pergunta para a senhora, porque o Aeroporto de Belém, que é da sua época, foi construído quando a senhora já era da INFRAERO, não sei se diretora — diretora, acho que não, mas já era da INFRAERO —, mas a senhora lembra do aeroporto, não é? O Aeroporto de Belém é um aeroporto que custou entre 60 e 70 milhões. Ele foi construído antes de 98, e o Aeroporto de Macapá — a senhora poderia só repetir hoje? Porque ele é a metade do Aeroporto de Belém. A senhora pode me corrigir, fique à vontade. A capacidade do Aeroporto de Macapá, ela é a metade da do





Aeroporto de Belém, em termos de tamanho, em termos de infra-estrutura. E hoje ele custou — se eu não me engano, a senhora falou ainda há pouco — 140 ou...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Cento e trinta.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Cento e trinta milhões.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Deixa eu só falar, o problema de...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Dá para aumentar o som? Ou a senhora podia falar um pouquinho mais alto?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - O problema de comparação de preço, por exemplo, já de Macapá para Belém há uma diferença. Macapá é um novo terminal, é um novo pátio, é um novo estacionamento de veículos, então, o conjunto da obra, embora o terminal de passageiros tenha uma capacidade menor, ele é maior. No caso de Belém, foi só um novo terminal, o pátio já estava lá, o estacionamento já estava lá; então, já tem essa característica.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É verdade.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Agora, quanto a Belém, eu tinha aqui uma tabelinha de comparação de preços, e a gente sempre fica comparando, e o metro quadrado do terminal é que a gente vai acompanhando, ele não muda.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E foi feito em conjunto com o Governo do Estado, na época, o Aeroporto de Belém. Foi 50%, 50%.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Foi, foi 50%, 50%. Mas não teve disparate, porque a gente faz esse tipo de análise.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, não estou dizendo isso, apenas eu quis fazer essa comparação, mas a senhora fez a boa lembrança de que foi só o terminal.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A parte de pista já existia.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - E foi em 2 fases também.



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A senhora já tratou pessoalmente ou por telefone com o Sr. Zuleido Veras, proprietário da Empresa Gautama, que está construindo o aeroporto?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Já. O Sr. Zuleido já foi a uma reunião no meu gabinete, porque eu tenho a característica de, quando eu faço reunião com os consórcios das obras, eu normalmente chamo os líderes dos consórcios à minha sala, sento com todos e dou um recado único, porque senão as construtoras, uma fica dizendo que eu falei diferente para a outra. E quando eu chamo os líderes do consórcio, eu normalmente chamo quem assina o contrato, de preferência o responsável maior, para a gente dar o recado realmente certo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Nesse consórcio, ele, a Empresa Gautama era a responsável maior?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A líder do contrato, exatamente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Porque tem a Better também.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Tem a Better também.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A senhora também reuniu com a Better?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. dispõe de 2 minutos.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É isso o que eu estou falando: nas reuniões dos concessionários, eu normalmente chamo os líderes do consórcio, porque em 6 obras, nós temos 14 construtoras, se eu for chamar as 14, não cabe para eu fazer uma reunião. Então, normalmente eu faço com o líder do consórcio, na minha sala — e são 6 líderes — e dou todos os recados de procedimento depois. E o Sr. Zuleido foi uma vez, porque normalmente quem ia era um gerente dele.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Foi só uma vez?



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Ele foi uma vez à minha sala, sim, mas eu já falei por telefone, porque ele tem um contrato comigo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Dentro da INFRAERO, na sua área, a única obra que a Empresa Gautama tem é no Aeroporto de Macapá?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Da minha gestão, é só Macapá.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Da sua gestão. A senhora poderia fazer uma análise para mim, rápida, já que o Presidente já me orientou que eu só tenho 2 minutos, da Empresa ATP Engenharia?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A ATP, ela é uma empresa de fiscalização.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É da sua área? Trabalha na sua área?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É, na minha gestão ela foi contratada para fiscalizar obras. Ela fiscalizou a obra de Recife e está fiscalizando a obra de Goiânia.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A senhora tem o valor desse contrato?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Tenho.  
(Pausa.)

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Enquanto a senhora procura, pergunto: a senhora já tratou também com o proprietário da empresa? Já tratou também com o proprietário dessa empresa no seu gabinete ou pelo telefone?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não sei se é o proprietário. Eu tratei com o Teodósio, que é o coordenador da contratação e quem assinou o contrato comigo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Teodósio?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não sei se ele é o dono da empresa.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A senhora sabe quem é o proprietário da empresa?



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Normalmente, eu não ligo para o proprietário. Eu ligo para quem assina comigo o contrato. E o Teodósio foi um dos que assinou. Então, eu já liguei para ele.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A senhora não sabe, então, quem é o proprietário ou a proprietária? A senhora não sabe, não tem conhecimento de quem é o proprietário da empresa ATP Engenharia?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não. O valor da fiscalização de Goiânia foi um contrato de 11 milhões. Em média, as nossas fiscalizações variam em torno de 4% do valor da obra. E essa está nesse valor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - De quanto? Desculpa-me.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - De 4,5% do valor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Do total?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A obra é de 257 milhões, e 11 milhões a fiscalização.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só para encerrar, Sr. Presidente. A senhora conhece a Sra. Mônica Coimbra Loyo?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não. Nunca ouviu falar nesse nome: Mônica Coimbra Loyo?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu já ouvi falar em reportagem, mas não a conheço.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só em reportagem?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Muito obrigado, e gostaria de dar os parabéns à senhora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos ao primeiro inscrito, o nobre Deputado Vanderlei Macris, começando às 11h29min e terminando às 11h39min.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Bom-dia, Sr. Eleuza, muito obrigado pela sua presença para colaborar conosco nas investigações.



A senhora acabou agora de afirmar aqui, na CPI, que abre mão do seu sigilo bancário e fiscal. Eu queria cumprimentá-la por isso. É uma demonstração de desprendimento. E eu queria saber de V.Sa. se também abriria mão do seu sigilo telefônico.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Abriria, sim, sem problema nenhum.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Tem que disponibilizar.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Ela faz um documento.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Então, queria pedir ao Sr. Presidente que providenciasse os termos com o Sr. Secretário, para que ela pudesse assinar isso antes. Fica requerido, portanto, de minha parte, a abertura do sigilo bancário, fiscal e telefônico. É uma autorização pessoal da depoente. Portanto, é apenas a Secretaria providenciar a solicitação. Sr. Presidente, peço apenas que o Secretário providencie o documento, para que ela possa assinar, uma vez que houve iniciativa pessoal da depoente para que esse sigilo fosse quebrado. Então, fica requerido por mim aqui...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não houve iniciativa minha, eu apenas concordei. Perguntaram se eu concordaria, eu concordei. Não foi iniciativa minha.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Muito bem. A senhora, na sua manifestação, tomou a iniciativa de falar que poderia abrir o seu sigilo bancário e fiscal. E eu sugiro o telefônico, com o que a senhora concorda também. Então, peço apenas ao Sr. Presidente que providencie a documentação para que ela possa assinar antes do término do depoimento.

Queria informar à senhora que, neste momento, a Sr. Silvia Pfeiffer está depondo no Senado e fez algumas afirmações que eu queria que a senhora soubesse. Falou de uma licitação para o edifício garagem do Aeroporto de Curitiba, em 2003. Disse agora lá a D. Sílvia que o vencedor da licitação do projeto foi o Sr. Ricardo Amaral. E que, depois que ele venceu a licitação, ele teria cobrado 200 mil reais das seguintes construtoras para passar o projeto antes de entregar à INFRAERO: OAS, Odebrecht e CR Almeida. E disse que a senhora, entre aspas, afirmação dela agora no Senado, que *“a D. Eleuza sabe disso”*. E acusou a senhora



de, juntamente com o Sr. Eurico Loyo, assessor especial do Presidente Carlos Wilson, montarem um esquema, entre aspas, *“para distribuição de obras através de licitação”*. Essa foi uma informação trazida neste momento pela minha assessoria, que está acompanhando a manifestação da Sra. Silvia Pfeiffer no Senado, que fez todas essas acusações à senhora. Está entregando uma série de documentos aos Senadores. Eu queria saber o que a senhora tem a dizer sobre isso.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A licitação para o projeto básico do edifício garagem de Curitiba foi realizada pela Regional Porto Alegre. O arquiteto Ricardo Amaral ganhou a licitação e desenvolveu o projeto. Sobre ele ter cobrado 200 mil da construtora para entregar, desconheço. Não tenho o mínimo conhecimento sobre isso. Inclusive, a informação que dei aos senhores anteriormente, é que a INFRAERO não tinha decidido se seria concessão ou se seria construção com recursos próprios. Então, esse assunto foi levado só em 2004 para a reunião de diretoria, que decidiu que iria fazer por recursos próprios. Então, desconheço esse pagamento de 200 mil. E, quanto a eu, com o Sr. Eurico... Como é a acusação?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - A afirmação da Sra. Sílvia é de que o Sr. Eurico Loyo, assessor especial do Presidente Carlos Wilson, e a Sra. Eleuza montavam os esquemas para distribuição das obras através de licitação.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu desconheço esse esquema. Não montava nada com ele. Ele era o assessor do Presidente. Ele trabalhava ao lado da minha sala. E ele basicamente era um interlocutor entre eu e o Carlos Wilson, porque ele é um engenheiro e conhecia o Carlos Wilson há muito tempo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Era homem de confiança do Sr. Carlos Wilson?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Acredito que sim, era assessor dele. Mas eu...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ele fazia contato com as empresas também?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Ele recebia as empresas, recebia as construtoras, mas eu desconheço qualquer



esquema. Eu não participei de esquema nenhum, hora nenhuma na minha gestão, nem como diretora, nem como gerente de Engenharia, nem como coordenadora de divisão, nada.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sra. Eleuza, a nossa função aqui é esclarecer. Ela está acabando de anunciar a senhora lá no Senado, dizendo todas essas questões, que são muito sérias.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Seríssimas.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu quero saber a sua opinião sobre isso, se ela está delirando, se ela está fazendo afirmações que têm fundamento, se a senhora vai processá-la.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Ah, com certeza!

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Porque é muito sério. Eu, se fosse denunciado dessa maneira, estaria imediatamente processando uma pessoa como essa.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Com certeza, ela será processada, porque ela está fazendo denúncias infundadas. Ela não tem como comprovar. Eu não participei de acordo nenhum. Eu não sei de dinheiro nenhum que o Ricardo Amaral tenha cobrado de empreiteira nenhuma. Essa obra não foi nem para a rua, essa obra não foi nem licitada. Quer dizer, então, realmente, são coisas infundadas. Eu não sei do que ela está falando. Quanto a minha pessoa, com certeza, ela não tem como provar nada.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Muito bem. Em depoimentos a esta CPI, dirigentes da INFRAERO confirmaram divergências sobre valores de referência de serviços e produtos utilizados em obras em aeroportos. O Tribunal de Contas considera que existe sobrepreço em grande parte delas. Existe uma lista de valores de referência na INFRAERO? Essa é uma questão que gostaria de perguntar a V.Sa., se há essa lista de valor de referência que os senhores na INFRAERO levam em conta para definir os preços, e o que pode ser realmente considerado um sobrepreço. É a pergunta que faço neste momento.



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Nós temos, sim, planilha de preços. Como falei, a INFRAERO faz obras já há 30 anos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - A senhora poderia remeter à CPI essa planilha de preço que há na INFRAERO?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A nossa planilha de preço é baseada na *Revista Abinee*. Posso dizer-lhe como fazemos um orçamento, porque na realidade...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sim, mas essa planilha existe? Ela tem lá uma planilha? De repente vai-se fazer uma licitação para definir preço nessa planilha e tem lá um valor referência.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Alguns itens, sim. A gente pode mandar até o último que a gente fechou com o TCU, que foi SINAPI Aeroportuária, com a Caixa Econômica, que é em função do TPS-3. Mas o que estou lhe falando é que a INFRAERO não é quem faz a orçamentação das obras. Nós contratamos um projeto básico. No projeto básico, é incluída a orçamentação. A projetista nos entrega toda essa planilha, e nós checamos a planilha. Então, não é a INFRAERO que faz a orçamentação das obras. Mas é lógico que, para ela checar essa planilha, ela tem de ter parâmetros. E nós usamos os parâmetros nacionais, as cotações de mercado, a *Revista Abinee*. E, agora, a partir do momento que a gente fechou uma planilha com a Caixa Econômica para o SINAPI Aeroportuário é o que a gente usa. E podemos mandar, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. ainda dispõe de 2 minutos, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só queria perguntar o seguinte à D. Eleuza. Em 2001 e 2003, houve crescimento de 38,3% no aumento de passageiros no sistema, e São Paulo passa por um problema sério de congestionamento no sistema. A senhora não acha que seria possível um planejamento antecipado para evitar que nós hoje vivêssemos isso no Estado de São Paulo, no aeroporto mais movimentado do País, que é o Aeroporto de Congonhas, e já tivessem sido superadas as dificuldades em relação a ele? Por exemplo, neste pouco tempo em que nós estivemos na CPI, muitas questões aqui foram levantadas. O Campo de Marte, por exemplo, poderia ser, com poucos





investimentos, preparado na questão do seu estacionamento, com poucos equipamentos, para a aviação executiva, que hoje se abriga no Aeroporto de Congonhas. Por exemplo: investimentos, no aeroporto de Guarulhos, na terceira pista; por exemplo; investimentos no Aeroporto de Viracopos, em Campina. E tivemos notícia, esta semana -- e a senhora estava em Congonhas quando dei essa informação —, de que a INFRAERO patrocinou uma reunião, lá em Campinas, dos Deputados e Prefeitos da região, solicitando a interferência dos Deputados — olha só, um órgão do Governo — de Oposição e de Governo e Prefeitos de todos os partidos para que a Casa Civil incluísse no PAC 150 milhões de investimentos para desapropriação e mais 500 milhões de reais para a segunda pista do Aeroporto de Campinas. Com certeza, será Viracopos a grande alternativa para o futuro, no Estado de São Paulo. Não era possível fazer, em função dos picos trazidos aqui pela ANAC e trazidos aqui pelos empresários das empresas aéreas, a previsão, a previsibilidade no setor aeroportuário? E V.Sa., com muita competência, mostrou que existe essa previsibilidade. O que faltou, Dra. Eleuza? Faltou investimento para que nós tivéssemos já uma infra-estrutura aeroportuária em condições, por exemplo, em São Paulo, de resolver esse problema de congestionamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, o seu tempo esgotou.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Faltou a integração entre todos os sistemas, estaduais, municipais e federais, para que isso acontecesse. O planejamento de São Paulo existe desde 1979, quando foi começada a construção do Aeroporto de Guarulhos. Naquele planejamento, como apresentei lá, Congonhas era só ponte aérea, Guarulhos era o principal aeroporto internacional doméstico, Campinas iria dividir o tráfego com Guarulhos, e Marte seria a viação executiva. Só que, para isso acontecer, não depende só da INFRAERO, depende de várias ações, tanto estaduais quanto municipais.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Mas a infra-estrutura aeroportuária necessariamente depende de investimentos da INFRAERO. Essa solicitação de recursos, que não está inserida no PAC, uma obra necessária, prevista já há muito tempo, não está incluída como prioridade de Governo.



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Pois é, por que essa não foi incluída no PAC de Campinas, eu realmente não posso lhe afirmar, porque essas decisões do PAC foram tomadas em nível de Presidente da empresa, com a Ministra Dilma e o Presidente Lula. Nós demos a relação. Por que entrou ou não entrou, Confins também não entrou. Não depende da Engenharia, isso veio já definido. Agora, o planejamento existe, mas para fazer uma terceira pista em Guarulhos tem de desapropriar. Para desapropriar, o Governo tem de fazer um decreto. Não é só o decreto, tem de relocar as famílias. Campinas, a mesma coisa.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - E, para isso, é preciso investimento.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Para isso, precisa investimento.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Agradeço a V.Sa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos passar ao próximo inscrito, o nobre Deputado André Vargas, começando às 11h41 e terminando às 11h51min.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, saudando a depoente, a Dra. Eleuza, primeiro realço que, na história da INFRAERO, a grande maioria dos ocupantes de cargos de diretoria são de carreira. Todos os Deputados tiveram acesso ao currículo da Dra. Eleuza. Hoje, ela tem um nível de responsabilidade que, de fato, a coloca no foco, quando se quer não só desestabilizar, quando se quer privatizar a INFRAERO -- como se quis no passado. E vi agora uma matéria do *Valor Econômico*: *O DEM e o PSDB defendem modelo de concessões para aeroportos*. Concessões para aeroportos! A senhora relatou, agora há pouco, o Programa de Demissão Voluntária. Esteve aqui também o Dr. Perrone, que foi um outro civil que ocupou o cargo, como o Carlos Wilson, um dos civis que ocupou o cargo de Presidente no atual Governo, no Governo Lula — e no Governo Fernando Henrique também se fez isso, teve um civil. Ele preparava a empresa para um processo de privatização. Isso ficou evidente no seu depoimento. Então, eu não queria um posicionamento de V.Sa. a respeito, mas só colocar claramente: neste documento, o DEM diz claramente que é favorável a um processo de concessão dos aeroportos.



Então, existem as questões ideológicas, políticas, e qualquer debate aqui nesta Casa acaba prevalecendo.

E o fato -- é importante dizer; eu já disse no passado, aqui -- é que nós temos de ser moderados. Aqui nós temos uma CPI absolutamente moderada. O depoimento desta cidadã, da Sílvia Pfeiffer, tem de ser cotejado com o seu nível de credibilidade também, e de provas que eventualmente aprove, apresente. Depor, dizer, acusar, esta Casa e a Nação brasileira já tiveram oportunidade. Quantas vezes aqui compareci... eu lá, como Deputado Estadual, assistindo a pessoas dizendo que Fulano fez isso, pegou aquilo, levou para aquilo, e não provaram. E como ficou depois a imagem daquela pessoa acusada sem provas? Então, leviandade não deve fazer parte das eventuais insinuações aqui. Provas devem ser trazidas para esta Casa: Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós somos, ao mesmo tempo, Parlamentares, políticos, mas estamos aqui investidos no papel de julgadores; temos de ser julgadores e não jogadores. Temos de ter prudência.

Os 80 processos do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União... Na última oportunidade em que estivemos debatendo isso, ficou claro que todos os relatórios do Tribunal de Contas da União são provisórios, são iniciais, são passíveis de questionamento. O Aeroporto de Salvador, um dos poucos aeroportos construídos no Governo anterior, no Governo onde estive à frente o PSDB, um dos poucos aeroportos foi questionado; pessoas foram atacadas. Estou falando do Governo anterior. O Tribunal de Contas deu um sobrepreço de 37 milhões de reais. Chegou-se, ao final, à conclusão de 4 milhões ou 3 milhões de reais, numa obra de 200 milhões de reais.

Nós seremos levianos ou seremos moderados? Está em debate, sobre a questão do tráfego aéreo, que tem cada vez mais a sua origem não na questão propriamente aeroportuária, ainda que tenhamos gargalos... Está evidente que temos um problema de gestão de pessoal. Nós estamos em greve; greve de militares. É isso o que está acontecendo agora. Agora, a partir daí, pinçar de uma revista denúncias provavelmente levianas, vindas de uma pessoa que não tem o nível de credibilidade que se quer dar... Vamos verificar as provas, é claro; qualquer pessoa tem esse direito. Mas fazer desse caos em que se vive, da falta eventual de investimento e equipamento, de um problema de gestão de pessoal, para tentar



fazer disso... dizer aqui que a INFRAERO é um foco, que aqui tem denúncias de sobrepreços em todas as obras, e que essas denúncias são absolutas; e querer construir com isso uma imagem, atacando a INFRAERO, no meu entendimento, além dos ataques próprios da política, tem um objetivo subliminar, que é novamente privatizar. É claro que empresas como a PETROBRAS, empresas como a INFRAERO, que são únicas no mercado, têm planilhas peculiares de preço. Por isso é que V.Sa. falava do SINAP Aeroportuário. E eu disse isso naquela oportunidade. O mesmo Lucas Furtado, que diz que a INFRAERO era uma caixa-preta, mandou um expediente a Benjamin Zingler, pedindo a construção de um sistema de preço para aeroportos, dada a peculiaridade de preços. Veja! Mas aí já estava lá no jornal! Aí já estava lá na primeira página do jornal! E aí?

Nós somos Parlamentares, temos imunidade, mas o decoro nos impede de ser levianos. Temos liberdade de expressão, mas não podemos ir às raias da leviandade. É nisso que precisamos ter ponderação. Não se pode calar diante de situações como essa em cometer injustiças.

Está lá, na CPI do Senado, a Silvia Pfeiffer, exatamente porque a CPI do Senado já disse que tinha um culpado pela morte dos 154 passageiros da Gol, que era um controlador de voo, que ficou exposto também.

Só no Brasil! Só no Brasil tem CPI para investigar acidente aéreo e politizar uma situação dessa!

Mas a CPI do Senado já disse, porque tinha pressa de ouvir Silvia Pfeiffer. Começa ali a degradingolada, tenho certeza, daquela CPI. Leviandade. Pessoa que não se sustenta. Vamos às provas, é claro! Qualquer cidadão, mesmo que tenha um passivo judicial, jurídico, criminal, tem direito a apresentar denúncias aqui, é lógico. E vamos observá-las, mas com prudência e moderação.

Queria que V.Sa. comentasse a questão do SINAP Aeroportuário, esses procedimentos; a questão dos investimentos em Cumbica — se é possível a terceira pista.

Mas eu queria fazer esse posicionamento para que ficasse claro que aqui tem gente serena e madura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. ainda dispõe de 2 minutos, nobre Deputado.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Agora, a Dra. Eleuza. Por mais do que 2 minutos, talvez 3, né?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Bom, quanto ao SINAP Aeroportuário, é um trabalho que a gente já fez junto à Caixa Econômica e junto ao TCU. E o TCU agora está analisando. Realmente, a representação do Ministério Público junto ao TCU, do Lucas Furtado, do Ministro, é para decidir e realmente aplicar esse SINAP Aeroportuário. Quanto a Cumbica, tem condição, sim. Nós temos um projeto da terceira pista pronto; tem um decreto de utilidade pública já, do Estado, para desapropriar a área da terceira pista. Realmente, o que tem de ter agora é uma vontade de integração, porque não adianta só o investimento da INFRAERO para desapropriar. Desapropriação é um processo social. Você tem de levar aquelas famílias para algum lugar, e não é a INFRAERO que pode levar. Então, a gente depende do Estado e do Município, além do investimento. Mas que tem condições, tem. E, com certeza, é mais barato do que se construir, talvez, um quarto aeroporto na cidade de São Paulo. Então, nós estamos trabalhando para isso. Queria só aproveitar, Presidente, se o senhor me permite, já que ele me deixou 2 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Fique à vontade.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - O outro Sr. Deputado, ali, já saiu, mas, quando ele falou das obras, eu esqueci de questionar. Ele falou que a Sra. Sílvia estaria acusando lá, até me acusando, em obras de que não teria nem como eu ter participado. Curitiba, a obra foi feita em 96 — eu estava na Regional São Paulo; Salvador, a licitação começou em 2000 — eu estava lá em São Paulo. Até mesmo no processo, que foi em 2002, eu não fui nem envolvida como Superintendente. A obra de Brasília, a Beter, foi licitada em 99 — eu também estava em São Paulo. Então, eu não sei de onde saem essas acusações, se nos 3 processos que ela citou as construtoras, nem em Brasília eu estava. Então, realmente é triste isso. Mas a gente vai ter de entrar com uma ação contra ela.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Fica evidente, portanto, Sr. Presidente, até por essas contestações; fica evidente que há uma dose, ainda que possam ser 100%, uma dose de leviandade nesses ataques. Mais que isso! Ela cita, a Sílvia Pfeiffer cita que o — entre aspas — “mensalão da INFRAERO”, que



supostamente existiria, começou no Governo anterior, abasteceu o caixa, o caixa 2 da campanha de Cassio Taniguchi — e acho que ela está sendo leviana; não estou dizendo que é verdade —, cujo Vice era o Prefeito Beto Richa, dizendo que, no Governo FHC... Inclusive é esse o título da matéria! Poderíamos nós aqui, do PT, que estamos aqui, dizer: “*Olha aí!*” Mas não é por aí, minha gente! Não é por aí. Não vamos aproveitar a denúncia de alguém que tenha lá seus problemas, seus interesses contestados, para fazer disso um instrumento de luta política. Acho que a CPI tem coisa muito mais séria para fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos ao próximo inscrito, o nobre Deputado Gustavo Fruet, começando às 11h52min e terminando às 12h02min.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Sr. Presidente.

E começo dizendo que não aceito a provocação do Deputado André Vargas. Nós estamos procurando tomar com muita seriedade os trabalhos. Em momento algum, uma disputa provinciana, local e sem nenhuma...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não! Pela ordem, Sr. Presidente. Fui citado. Eu não estou fazendo provocação, Gustavo. Desculpe-me. Mas estou dizendo que existe isso, e não estamos fazendo disso instrumento de luta política. Só isso.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Mas, como o assunto foi trazido a público, da nossa parte, total investigação. Não tenho procuração do Prefeito de Curitiba, mas, em nome dele, se for necessário ele abre toda a disposição para investigação, para que não haja dúvida, porque isto aqui não é uma compensação, não é jogo de brincadeira e muito menos disputa regional. Então, eu insisto que não aceito a provocação, e vamos à depoente.

Duas observações. A primeira, até pela segurança do seu depoimento e pela responsável função que a depoente ocupa, ressalvo que é um risco para o administrador público, para o gestor, ser questionado e ser investigado. Se a senhora, evidentemente, está sendo investigada, vários outros gestores, em todos os níveis, também passam por essa situação. Como não haverá tempo, vou sugerir ao Relator, e peço que conste do relatório, a análise de fatos que estão sendo investigados. E insisto: não se trata de prejulgamento. Mas, pela brevidade, Relator,



com relação às denúncias — depois lhe encaminho — referentes aos Aeroportos de Macapá, Goiânia, Vitória, Congonhas, Fortaleza, Santos Dumont, Guarulhos e o Aeroporto Internacional de Brasília. Já temos parte desse material, de algumas auditorias, mas para que se estabeleça em contraponto, não necessariamente envolvendo a Diretora de Engenharia, mas uma manifestação da INFRAERO para que conste ao final. Da mesma forma, com relação às pontes de embarque usadas no Aeroporto de Congonhas, com relação aos custos estabelecidos.

E aproveito o nosso tempo para os seguintes questionamentos, também com relação às denúncias. O primeiro é se procede a afirmação de que as empresas Planway e Planorcon são as que fazem os projetos básicos das obras da INFRAERO e, quando elas não ganham as licitações, são subcontratadas pelas empresas vencedoras.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - As nossas contratações para projeto básico, semelhante à obra, são licitações. Nós temos várias empresas: a THEMAG faz projeto básico para a gente; a Figueiredo Ferraz faz projeto básico para a gente; a Aeroservice; a ENGEVIX; a Planorcon; a Planway; a Ricardo Amaral. Não são só essas duas. Nós temos um leque de projetistas que trabalham para a gente.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então, não procede essa denúncia?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Tá. A senhora sabe o nome dos proprietários dessas empresas, Planway e Planorcon?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É o que falei; eu não sei nome de proprietário de empresa (*risos*) porque eu trabalho com quem assina o contrato. Eu conheço pessoas dessas empresas; eu conheço da empresa Planorcon, com quem lido: é o arquiteto Sérgio Jardim, que é o responsável pelo Projeto Santos Dumont; a Planway, é o arquiteto Roberto Carlos, que nisso ele está até numa fiscalização, na obra de Congonhas. Mas os proprietários eu realmente não sei. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então, fica o registro.

A senhora tem informação, apesar de já tocado esse tema mas ainda não esclarecido, até porque estamos pedindo que a CPI vote a solicitação dessa



documentação na CGU, por que houve o afastamento do Sr. Fernando Brendaglia, do Sr. Napoleão Lopes Guimarães Neto e o afastamento do Diretor Comercial, José Wellington Moura, e da assessora da presidência, Márcia Chaves?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - O que me foi passado pelo presidente, porque eu não participei da reunião do Conselho onde foi solicitado esse afastamento, é que foi um afastamento cautelar para ser feita a sindicância. Então, ainda não foi um afastamento definitivo.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Mas isso é usual na empresa? Historicamente, pelo que a senhora conhece, pela experiência que a senhora tem na empresa, sempre acontece isso?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Olha, nesse tempo aqui de Brasília eu não vi. Em São Paulo, eu não tinha muita ligação em...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - É a primeira vez, então, que a senhora tem registro disso ter acontecido?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Quem é Joservalto Reis e qual o papel dele na empresa?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Joservalto Reis é assessor; ele é o assessor do presidente da empresa, hoje; é o assessor especial do presidente.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Eu lhe perguntei, aquela hora, da ação civil pública porque recebi, estou com uma cópia, uma ação civil pública proposta agora no dia 20 de abril, em Campinas, pelo Ministério Público Federal. Portanto, é documento público. É evidente: pelo que a senhora falou, desconhece e não deve ter sido a...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, essa é quando eu era Gerente de Engenharia. Foi o que falei: como Diretora, eu só tenho uma, de Congonhas. Mas eu tenho uma ação do Ministério Público, onde não pediram sigilo, quebra... Não sei se é essa. Mas eu tenho uma quando trabalhei





como Gerente de Engenharia, e eles me questionam na aprovação de um termo aditivo.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Diz respeito a um contrato “celebrado com a empresa TALUDE, decorrentes da prática de (...) procedimentos”, segundo a denúncia...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - ... “procedimentos irregulares tanto por parte (...) da INFRAERO responsáveis pela administração, gestão e gerência desse contrato quanto da própria empreiteira-ré, por intermédio de seus representantes (...)”.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É, esse é um processo longo, ele começou em 2002, onde sou citada na elaboração do primeiro aditivo em 2 questionamentos, que eles alegariam que não estariam dentro do escopo, e eu justifiquei que estava. Mas o processo é grande, tem uma série de outras pessoas envolvidas. Mas eu estou nesses 2 itens como Gerente de Engenharia, não como Diretora de Engenharia.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Na sua avaliação, a nomeação de dirigentes civis para a INFRAERO foi um erro? E foi nesse período que se constataram mais irregularidades e denúncias contra a empresa?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, eu acho que não foi um erro; foi uma evolução natural. Os aeroportos, quando começaram a ter um uso mais civil, eram aeroportos provenientes de base área. Então, a INFRAERO foi criada pela Aeronáutica e foi uma evolução normal. Eu acho que, entre civil e militar... Eu sempre me dei muito bem com militares porque o meu pai era militar, o meu irmão é militar, o meu marido é militar da reserva. Então, eu acho que foi uma evolução natural de formação. Primeiro o aeroporto era um ponto estratégico do País para a defesa nacional; depois ele começou a virar um transporte comercial. Aí, naturalmente, ele passou para o civil. Eu não vejo nisso nada de errado.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E o retorno de um Brigadeiro à presidência? Isso é um retrocesso ou não?



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, eu não considero retrocesso porque ele está como Brigadeiro, mas ele é da reserva e atualmente está agindo como se fosse um civil.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Alguma vez a senhora captou recursos para alguma campanha eleitoral?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, nenhuma vez.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Com relação à ANAC, a senhora acha que há uma relação boa com a INFRAERO? A ANAC, na informação que nos apresentaram... Há um indicativo de concentração de aeronaves ou de linhas aéreas nos 3 maiores aeroportos. Houve uma diminuição de pousos e decolagens, aumento de passageiros, mas uma concentração excessiva nos principais aeroportos. Até um dos ex-Presidentes da INFRAERO aqui afirmou.

A senhora acha que a ANAC concedeu linhas além da capacidade de infraestrutura do setor?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A ANAC, a meu ver, está ainda em estruturação, está numa transição. Era DAC, e foi criada a ANAC. Então, ela está se estruturando, com o mesmo pessoal do DAC. E todo período de transição acaba tendo uma dificuldade de relacionamento. Mas a INFRAERO tem tentado, o tempo inteiro, sentar com a ANAC, conversar. A ANAC está tentando fazer audiências públicas. Agora, ela realmente sempre nos consulta sobre a capacidade do espaço físico do aeroporto e ela...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - A sua Diretoria é consultada ou não?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não. É a Operações; é a Diretoria de Operações.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - A senhora acha que a crise no setor deve-se à infra-estrutura dos aeroportos?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, eu acho que não. Eu acho que até a infra-estrutura do aeroporto, por a gente ter aumentado a infra-estrutura, ela até ajudou na crise, porque, se não tivéssemos o que temos em Congonhas hoje, ia ter gente lá na Rubem Berta, nessa crise. *(Risos.)*



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Por fim, também, Sr. Presidente, já foi perguntado com relação a um plano geral das obras para os aeroportos. Também não dará tempo, mas seria importante, se for possível, o envio dessa documentação, desse planejamento, desse plano — não sei se é da sua área — e também uma observação com relação à existência de gargalos. Ou seja, quais são os principais gargalos de infra-estrutura hoje com relação aos aeroportos brasileiros?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Esse trabalho dos principais gargalos é mais junto com a área de operações, mas eu vou tentar ver o que eu posso levantar. Agora, quanto ao planejamento, o que eu tenho e o que eu demonstrei aqui posso entregar tudo.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Eu insisto, Sr. Presidente, para que se vote a solicitação desses documentos à CGU, também do Ministério Público Federal e mais uma vez do Tribunal de Contas da União.

E, por fim, um registro, até agradecendo à depoente: nós não estamos falando hoje aqui em quebra de sigilo, em transferência de sigilo, que seria matéria constitucional a ser votada pela CPI. Nós estamos falando de um ato unilateral, espontâneo, de transferir dados sigilosos para esta Comissão. Mas, se essa não for a posição de V.Exa. e da Mesa... Nós estamos indo contra posições já adotadas em outras Comissões. E, além disso, nós vamos solicitar também os dados telefônicos da INFRAERO e também a relação de entrada de pessoas na empresa e, aí sim, precisamos que o requerimento seja votado na Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Nobre Deputado Gustavo Fruet, nós tínhamos reservado o dia de ontem, à tarde, para fazer uma reunião interna e discutir os novos rumos da nossa CPI. Inclusive, eu passei para o Secretário todos os requerimentos que estão para ser colocados em pauta. Em uns eu coloquei “sim”; em outros eu coloquei “não”; e em outros eu coloquei “polêmicos”. Então, esses requerimentos de que V.Exa. está falando aí estão exatamente nessa categoria de “polêmicos”.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Desde o início da CPI, é verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Por que eu coloquei “polêmicos”? Porque eu quero dividir a responsabilidade com todos. Eu não quero,



sozinho, assumir essa responsabilidade. Então, hoje, à tarde, acho que seria uma boa oportunidade para a gente discutir todos esses requerimentos e definir sobre um coloca, não coloca, que a gente chama, distribuída, democraticamente, aqui, a responsabilidade por todos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Trinta segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Deputado Gabeira.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Apesar de tudo, dos requerimentos, eu acho que hoje à tarde nós devíamos tentar caminhar também para centralizar o nosso trabalho na tentativa de ajudar a superar a crise. Nós estamos com o Pan a menos de 1 mês, e a Comissão precisava designar um grupo para tentar oferecer sugestões e caminhos e tentar conciliações para a gente chegar ao Pan sem uma crise muito aguda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem nenhuma dúvida, Deputado. Inclusive, o depoimento de hoje à tarde nós já suspendemos, e os depoimentos da próxima semana nós não enviamos o ofício ainda, esperando a nossa reunião de hoje à tarde, em que vamos definir tudo isso.

Vamos, agora, ao próximo orador inscrito, nobre Deputado Vic Pires.

Deputado Vic Pires, V.Exa. é o próximo inscrito.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - *(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem. começando às 12h4min, terminando às 12h14min.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu posso ceder meu tempo para o Deputado Gabeira, que não me pediu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Não. Eu agradeço, mas eu não me preparei para fazer perguntas. Eu não me preparei para fazer perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, vamos ao próximo inscrito, o nobre Deputado Mendes Thame. Começando às 12h4min e terminado às 12h14min.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dra. Eleuza, nós, aqui, durante todos esses dias em que



ficamos ouvindo e tentando nos aprofundar no conhecimento das razões que levaram a esse gravíssimo problema, a essa crise no sistema de controle aéreo, controle da aviação no País, nós estamos cada vez mais cientes ou há um certo consenso de que os problemas advêm de uma tríplice ou de uma conjugação de 3 fatores ou de 3 vertentes: problemas na legislação — falta realmente de algumas definições no marco regulatório —, uma falta de investimentos em infra-estrutura e um brutal problema de gestão.

A conjugação desses 3 fatores mostra que nos últimos anos nós não conseguimos acompanhar a evolução da demanda. Um aumento do número de passageiros, uma diminuição do número de decolagens e de aterrissagens, mas uma brutal concentração em alguns, em 3 aeroportos.

Na área de infra-estrutura, a idéia que nós temos é que a responsabilidade é total da INFRAERO e que poderia ser diluída, se ficar caracterizado que os investimentos não ocorreram por um contingenciamento de recursos por parte do Governo Lula. Se isso não ocorreu, a responsabilidade pela falta da infra-estrutura necessária para acompanhar esse aumento da demanda é culpa total da INFRAERO.

Dentro da INFRAERO, é a sua Diretoria a responsável pelos investimentos em infra-estrutura. E está claro para nós que há um descompasso. A infra-estrutura... Está claro. Pode ser até que a senhora nos convença, agora, que não, que está tudo bem, que está tudo correndo bem. Mas a idéia que nós temos é que há um descompasso. Algumas obras já deveriam estar prontas e não estão.

A que a senhora atribui isso? Ou não há esse descompasso? A uma falta de planejamento? A dificuldades na execução? A algo que não foi planejado anos atrás? Ou esse planejamento não cabe à sua divisão, e a senhora só executa alguma coisa que é planejada por outro órgão da INFRAERO?

Essa é a primeira questão que eu tomo a liberdade de solicitar a sua resposta para que a gente possa, depois, aprofundar um pouco mais as indagações.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES -** Realmente, o planejamento não é só responsabilidade da minha Diretoria. Nós temos uma Superintendência de Planejamento, que é quem faz o elo de todas as Diretorias. Nós temos um planejamento financeiro, que é feito pela Diretoria



Financeira, onde se alocam recursos. Em função das possíveis receitas, se alocam recursos para as obras. E aí, sim, a Engenharia define as prioridades, em função dos seus clientes, e a Diretoria concorda ou não. Então, a Engenharia tem uma participação limitada. Ela não faz a obra que ela diz que é necessária. Isso é uma decisão colegiada da Diretoria. E é lógico que tem algumas obras, sim, atrasadas, até mesmo porque, como eu mostrei, um projeto licitatório, onde você contrata um projeto básico em 2001 e você só consegue começar a obra em 2005, 2006, e a obra leva 3, 4 anos, quer dizer, você está levando, em média, 7 anos a 8 anos para você ter uma obra pronta. Então, tem, sim, uma lentidão, mas é uma lentidão dos processos burocráticos necessários para se contratar uma obra, para se contratar um projeto. Agora, a Engenharia, dentro do recurso que lhe é disponível, dentro dos gargalos que lhe são apresentados, ela tem tentado atender, com a rapidez que pode, às dotações da infra-estrutura necessária para a demanda. Até mesmo sugerir, às vezes, em não ampliar, assentar cooperações, mudar um fluxo, fazer alguma ação para melhorar os gargalos. Agora, quanto à falta de recursos para o contingenciamento, só a Diretoria Financeira poderia lhe apresentar isso. Eu, realmente, não poderia lhe falar sobre o assunto.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Dra. Eleuza, em grande parte, os atrasos podem ser previsíveis. É claro, às vezes, é um licenciamento ambiental que demorou 3, 4 vezes mais tempo do que se previa, mas o planejamento de uma obra tem um ritual que já é conhecido. E uma obra planejada para começar em 2001 que começa em 2005, provavelmente, ou quase com toda certeza, essa demora não ocorreu por um fato imprevisível, por um fato fortuito, mas porque houve uma inadequação do edital, alguma falha justamente no processo licitatório, houve interpelações junto ao Tribunal de Contas ou junto ao Judiciário. Esses atrasos não ocorrem por geração espontânea, porque houve uma fagulha e ocorreu; mas porque o processo não ocorreu normalmente.

A senhora acha que a sua Diretoria vem dando conta do recado para atender a essa demanda, a esse acréscimo de demanda de tamanha importância para a segurança das pessoas, para a economia e até para o desenvolvimento do País?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Olha, com a equipe que eu tenho e com a dificuldade que está, hoje, em a gente ser um gestor



público, a gente está tentando adequar da melhor maneira possível, mas não está fácil de trabalhar, hoje, no serviço público. Deixa a gente inseguro, deixa a equipe instável. Nós estamos tentando. É uma equipe pequena, que tem uma carga de trabalho enorme e tem, agora, uma responsabilidade e uma — como é que se diz — exploração do seu trabalho que está realmente deixando o pessoal pouco à vontade. Mas a gente tem tentado, nossa equipe toda, tanto de manutenção quanto de engenharia. Se o senhor for lá, com certeza, o pessoal trabalha bem mais que 8 horas, digamos 10, 12. Temos conversado com todos os órgãos. Às vezes eu mexo que a gente faz até papel de *boy*: a gente põe o processo debaixo do braço, vai indo de setor em setor para a coisa acontecer. A gente está fazendo o possível.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Penúltima pergunta. A INFRAERO, o seu setor, portanto, a senhora fazendo parte do seu setor, a sua Diretoria fazendo parte da INFRAERO, a senhora é fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União, pela ANAC?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Também. Os nossos projetos têm uma legislação própria, que até está sendo revisada agora. Tem projetos que nós temos que mandar para a ANAC, que eles aprovam. Tem obras que antes de a gente entregar para uso público eles têm que homologar. Então, nós temos, sim, uma fiscalização da ANAC também, só quanto a projetos. O TCU é quanto à gestão.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O Diretor da ANAC fez aqui algumas colocações que eu queria conferir com a sua visão do assunto.

A INFRAERO é fiscalizada pela ANAC. Ela pode ser punida pela ANAC ou é uma fiscalização somente no âmbito das intenções, no âmbito das recomendações, de se dar alguns conselhos, assim como um pai dá para um filho?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - O senhor agora aí, realmente, me pegou. Eu não sei nem responder. Eu sei que a ANAC que é um órgão regulador do sistema.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sim. A senhora nunca recebeu uma advertência ou punição, nada, da ANAC? Só é fiscalizada, assim, de uma forma muito...



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não. Tem toda uma legislação. Isso seria mais a área jurídica. Eu realmente não sei. Eu sigo a legislação. Tem que seguir. Então, se eu tenho que mandar o projeto para ANAC, eu mando. Se eles questionarem, a gente senta, faz reunião, corrige...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Quer dizer, eles nunca questionaram?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Questionaram, sim. A gente, às vezes, até altera alguma sinalização, alguma coisa, em função da posição da ANAC e do DAC.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - E em função das suas alterações o assunto ficou resolvido, nunca houve uma questão que, digamos assim, chegou a um ponto de haver necessidade de uma intervenção, de um ato coercitivo da ANAC? Em nenhum momento? Nunca?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, que eu lembre não. Na minha gestão, não.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O que nos permite concluir, que ou a sua Diretoria age absolutamente de acordo com a ANAC, ou a ANAC é profundamente omissa.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, eu acho que a gente tenta agir de acordo com a ANAC, conversando com a ANAC.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Certo.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Eu só fiz esta pergunta porque o Diretor ou Presidente da ANAC esteve aqui — não sei o cargo, lá, de quem preside a ANAC — e disse que fiscalizavam, mas pela legislação nunca poderiam punir a INFRAERO.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu não sei como é.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Achei uma coisa muito estranha. E agora confirma essa atuação com a senhora.





Só para encerrar: na sua visão — a senhora, que tem que ir lá acompanhar a obra, que não é planejada pela sua Diretoria —, há uma falta de planejamento por parte da INFRAERO?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Como assim, acompanhar uma obra que não é planejada pela...? Ela é planejada pela empresa.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Ué! A senhora me disse que o planejamento estratégico não é feito sozinho pela sua Diretoria; a senhora executa.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Sim, é em conjunto. A partir do momento que, por exemplo, o planejamento estratégico define que a prioridade é desenvolver uma obra no aeroporto de Vitória, a gente, a parti daí, a engenharia escuta todos os clientes da empresa — operações, comercial —, licita um projeto, apresenta para aprovação de todas as Diretorias, licita uma obra e fiscaliza. Então, ela não começa a fiscalizar uma obra que ela não conhece.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Mendes Thame o tempo de V.Exa.!

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Vou encerrar. O que eu queria concluir é o seguinte: se a senhora me disser que o planejamento estratégico está correto, está condizente com a demanda, nós estaríamos concluindo que o problema atual por que passam — o problema é real, e todo mundo que vai aos aeroportos sente. Nós vamos sentir daqui a pouco, quando estivermos lá, ou hoje ou amanhã. Esse problema existe. Se a senhora falar que não é problema de infra-estrutura, a infra-estrutura está acompanhado a demanda, nós concluiremos que é um problema de gestão: incapacidade de gestão do atual governo. Ou a senhora diz: “Não. Realmente, nós falhamos no planejamento e não estamos dando conta da demanda”.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu acho que somam as 2 coisas.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Está certo, está muito bem.

Muito obrigado.



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - De nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos ao próximo inscrito, nobre Deputado Ivan Valente, começando às 12h17min e terminando às 12h20min.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Sr. Relator, nossa convidada, D. Eleuza, eu queria primeiro fazer a seguinte pergunta. Nós estamos vivendo uma crise aérea grave. Ela tem várias causas, segundo a minha concepção, e, evidentemente, é possível que a INFRAERO tenha sua parte. Eu queria saber... A senhora já está há algum tempo, aí, responsável pela Divisão de Engenharia, ou seja, pela expansão, infra-estrutura etc., que é do que cuida, efetivamente, de mais importante, a INFRAERO. Qual é a parte que a senhora julga ser responsabilidade da INFRAERO na crise aérea?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Na minha opinião, a crise aérea, no momento, a INFRAERO não tem responsabilidade nenhuma. Acho que coincidiu um acidente aéreo, aonde envolveu um sistema, que são os controladores, e foi dado a eles uma culpa e gerada uma insegurança. Eu acho que esse tipo de atraso de vôo acontece mundialmente, por nevoeiro, essas coisas todas. Eu acho que está aumentando o problema. Eu acho que a INFRAERO, dentro da receita que ela tem, dentro da disponibilidade financeira que ela tem, dentro do programa de Governo que ela tem, ela faz o papel dela de prover a infraestrutura aeroportuária para a demanda crescente. Agora, se a malha aeroviária toda está com um planejamento que tem que ser revisado, isso não depende da INFRAERO. Se as companhias aéreas estão com problemas de vender mais passagens do que podem e isso causar *overbooking* e encher os *check-in*, isso não é causa da INFRAERO. Se dá algum problema em algum equipamento que é controlado pelo CINDACTA e com isso atrasa o intervalo de vôo, não é causa da INFRAERO.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, mas deixa eu colocar, então, algumas coisas. Outro dia, nós estávamos voando para São Paulo e o piloto deu a seguinte informação: "Nós vamos ter que ficar fazendo giros aqui porque não tem pátio de estacionamento em Congonhas". Isso aí é só *overbooking*? Não!

Segunda questão: a pista de Congonhas, a principal, no meio da crise... É evidente que faltou planejamento estratégico para a pista de Congonhas. Nós



tivemos 3 derrapagens no ano passado, ou em 1 ano e meio. Grave! Só não teve um acidente mais grave com 2 aviões Boeing, pelo menos, porque ficou ali pertinho. Entende? Quer dizer, isso, agora, no meio da crise, nós estamos consertando a pista principal de Congonhas, o aeroporto responsável por 18% do tráfego aéreo nacional e talvez o ponto principal de interligação. Isso não faz parte da INFRAERO?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Isso faz. Eu acho que, nesse caso, aí, da INFRAERO... Do pátio, não, porque eu até já participei de vôos em que o piloto dá informações que depois fui checar não eram verdadeiras. Agora, quanto a interditar a pista de pouso, a gente precisava fazer essa obra, e ela tinha de ser interditada.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas por que ela não foi feita antes? Esta é a questão!

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Isso é o que estou dizendo. Ela poderia ter sido feita em 2006? Poderia, mas, em 2006, o sistema aeroportuário, com a ANAC, ou seja, INFRAERO e ANAC — e a definição não foi minha —, não achou que era o melhor momento para fazer e pediu para transferir essa obra, porque ia logo começar o período de chuva e eles tinham receio de não dar tempo de fazer e a obra, atrasar, qualquer coisa. Então, ano passado, foi solicitado para interditar essa pista. O mercado também não fez a pressão dele. Porque não é só também a ANAC e a INFRAERO; as companhias têm peso. Para você interditar uma pista principal de Congonhas não é tranqüilo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, mas é esta a questão. É aí que quero chegar.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Mas aí foi que eu falei que são os 2.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quero dizer que, se a INFRAERO é responsável pela infra-estrutura aeroportuária, então ela é responsável também pela segurança das pistas. Se as empresas aéreas monopolizadas no Brasil fazem *lobby* para que não haja interrupção; se a ANAC, que se subordina a essas empresas, continua dando outros lotes e autorizações, é uma coisa. Agora, se a INFRAERO é responsável pela segurança, ela vai ter de dar o sinal dela. Ela não é pressionada. Ela não pode ser pressionada, me parece, em nome da segurança dos passageiros,



pelas empresas aéreas ou pela ANAC. Ela tem que cumprir o papel dela. Tem que falar: esta pista aqui não está mais em condições. Isso aqui vai ter um colapso. Isso aqui vai causar um problema de segurança. Eu quero saber quem é que vai dizer “não”.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A INFRAERO, se não tivesse segurança, ela teria falado isso. Mas a operação da pista de Congonhas não estava com falta de segurança; senão a própria ANAC já teria interditado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas então por que agora ela...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - As 3 derrapagens... Inclusive eu não posso falar com propriedade porque isso é da área de operações, não é da minha área, mas as 3 derrapagens que foi constada não foi em função da pista; foi em função de problemas do próprio técnico de vôo: um parou depois da zona de toque... Tem todo um levantamento disso. As pistas estavam operando com segurança.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não tem um problema de lâmina d'água em cima e de falta de ranhuras na pista?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Tem. Quando começou a verificar que, a partir do momento, de um certo nível, a pista poderia derrapar, a própria Torre de Controle, que é coordenada pela Aeronáutica, interditava a pista naquele período. Foi aí que a INFRAERO...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pois é, mas eu estou falando que quem é responsável pela obra da pista é a INFRAERO, não é a Aeronáutica. Ela tem que dar essa pista...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A INFRAERO não pode começar obra nenhuma se a ANAC não emitir um NOTAM interditando a pista. É a partir daí que a gente começa a obra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, mas vocês fizeram, vocês acionaram a ANAC?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Acionamos, acionamos.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então nós vamos acionar a ANAC. Você está me dizendo que vocês acionaram a ANAC e falaram: “A pista não está em condições”. E a ANAC, então, não encaminhou. É isso?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - No ano passado nós acionamos a ANAC que nós necessitaríamos de começar a pista em setembro. E a ANAC, em conjunto com o Presidente da INFRAERO — porque aí não é a Engenharia que decide isso —, decidiu. Agora...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Permitam-me, Presidente e Deputado Ivan Valente.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Esta área é mais da área de operação. Eu faço a obra quando a pista está interditada.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - No depoimento do Presidente da ANAC eu fiz a mesma pergunta e foi uma outra resposta. Por isso é bom lembrar que estão todos os depoimentos sob juramento aqui e pedir para o Presidente da ANAC a solicitação e a resposta da INFRAERO. E pedir isso também ao Presidente da INFRAERO. Até agora essas informações não foram solicitadas, e essa resposta é diferente da que foi apresentada pelo Presidente da ANAC.

Portanto, eu insisto para que eles encaminhem essa informação à ANAC e à INFRAERO sobre a autorização da reforma, da obra da pista de Congonhas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Uma outra pergunta que eu queria fazer — obrigado, Deputado Fruet — é a seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. dispõe de 2 minutos mais, nobre Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vou fazer rapidamente, Sr. Presidente. Eu queria uma resposta bem simples, porque meu tempo é muito curto. Peço licença à nossa depoente.

O problema da INFRAERO sobre as denúncias de superfaturamento não é se há... Toda empresa de porte pode ter uma denúncia ou um erro de licitação etc. O problema da INFRAERO é de quantidade. A senhora não acha que tem muitas denúncias sobre sobrefaturamento, no TCU, no Ministério Público Federal? Sim ou não?



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não tem denúncia sobre superfaturamento; é sobrepreço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Licitações, irregularidades, essas coisas todas?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não, eu acho que todas as denúncias a gente está respondendo e está ficando só um item, que é o sobrepreço, que é falta de uma planilha nacional do SINAP aeroportuário.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sobrepreço?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Sobrepreço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Está o.k.

A última pergunta, Sr. Presidente, é a seguinte: eu fiquei impressionado, D. Eleuza Terezinha, com uma coisa. Agora mesmo, lá, essa senhora, Silvia Pfeiffer, continua fazendo duras acusações a toda a Diretoria da INFRAERO, inclusive à senhora. Agora mesmo ela acabou de falar lá, *on-line* aqui, que as concessões de propaganda em Brasília foram concedidas sem licitação e inclusive que haveria um sobrinho do Deputado Carlos Wilson, ex-Presidente da INFRAERO, que ganhou uma dessas, sem licitação.

O que me impressionou muito foi — assim, eu já fiz essa pergunta antes — que eu acho a senhora extremamente calma. Acho a senhora... Parece que tomou um Lexotan, entende, porque, realmente, uma pessoa faz acusações tão graves e vocês não tomam a iniciativa de travar uma luta política na imprensa, responder imediatamente e entrar na Justiça, independente da INFRAERO, como empresa, entrar.

Agora, à pergunta do Relator a senhora respondeu que já está com a resposta dela na Justiça. Mas a senhora já entrou com o processo? (*Pausa.*)

Eu não estou ouvindo.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Todas as denúncias que levaram o meu nome e o da minha equipe, eu imediatamente respondi; eu imediatamente, junto com a nossa equipe de comunicação social, pedi retratação — e às vezes não vem —; eu botei no *site* da INFRAERO ponto por ponto; a *ISTOÉ*, a primeira revista, eu processei particularmente — está em



processo —; e, quanto à Silvia Pfeiffer, foi uma decisão de Diretoria. Como evoluiu a empresa toda, a empresa que tomou a ação. Agora, que nós recebemos... Eu tomei conhecimento do depoimento dela na Polícia federal ontem. Só ontem que eu li o que ela estava falando. É lógico que agora a gente vai sentar na Diretoria e vai tomar alguma ação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ela falou alguma coisa diferente do que ela tinha falado para a *ISTOÉ* já?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Falou. Na *ISTOÉ*...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Ivan Valente, o tempo de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só para concluir, Sr. Presidente, um minuto. Peço a tolerância de V.Exa. Um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Na *ISTOÉ*, ela falou bem mais, como é que se diz, ela respondeu o que o jornalista perguntou, e aqui, nesta declaração dela, ela cita até essas obras que eu falei que eu nem tive participação: a obra de Curitiba, que foi de 96; a obra de Salvador, que foi de 2000; a obra de Brasília, que foi de 99. Então, é o que ela soma. Como é que ela pode me citar, se nem isso eu estava? E basicamente é isso. Agora nós vamos ver que ação vamos tomar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Agora, todas... Eu sou calma, sim, mas todas as matérias que saíram a respeito da minha pessoa e da minha equipe eu fiz — todos conhecem — eu fiz relatórios justificando, botei no *site* da empresa, mandei para a Comunicação Social para pedir uma retratação e apresentei a toda a Diretoria.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nós vamos ao próximo e último...



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - E apresento ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ...desta manhã, para depois suspendermos a sessão e reiniciarmos à tarde.

Nobre Deputado Miguel Martini.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Eleuza, primeiro eu quero fazer aqui este registro. Não é nenhum prejulgamento, apenas uma observação, até a partir do que o nobre colega levantou: apesar da sua serenidade, eu percebo firmeza, eu percebo segurança. As pessoas que devem a gente observa até pelas reações, e aí a senhora manteve a serenidade o tempo inteiro e segurança nas informações.

Então, a característica da senhora ao responder, sem fazer nenhum julgamento, nem a favor, nem contra, apenas isso, está me passando desse modo. É isso que eu queria registrar.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Obrigada.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Em segundo lugar, quero perguntar — eu não sei, tantos perguntaram aqui, mas... — se a senhora conhece essa Sra. Silvia Pfeiffer.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Foi o que eu falei logo no início. Eu não lembro de conhecê-la. Ela não é do meu círculo profissional. Ela não é representante de uma construtora, ou de uma projetista, ou de um equipamento. Na minha sala, no meu escritório, eu nunca a recebi. Mas eu vou a aeroportos. Eu fui a Curitiba em 2002 — nem era Diretora —, eu fui em 2003, eu posso ter sido apresentada para ela. Eu não lembro! Com certeza, da minha relação profissional ela não é.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - A senhora não consegue identificar de onde vem tanta ira e tanta acusação dela?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Não tenho a mínima idéia.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Tipo inveja, ciúme, interesse contrariado, ou até mesmo defendendo interesses de alguém que foi contrariado?





**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Eu não tenho realmente a mínima idéia. Eu acho que uma pessoa assim (*risos*), para mim ela não é uma pessoa a que a gente possa dar credibilidade. Eu não sei por que... E até mesmo o que ela cita. Eu não vejo nem fundamento no que ela cita.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - É, o que eu percebi na fala, enfim, aqui está *on-line*, (*risos*)...

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Em *real time*, vem de lá do Senado, é assim que funciona. Mas, o que a gente está percebendo é que é até bom que esteja acontecendo lá simultâneo a aqui, que tão logo a denúncia está sendo feita ela pode ser aqui contestada. Isso para nós é uma grande ajuda.

E essas informações que a senhora traz de mostrar que essas acusações nem caberiam à senhora, porque não era, na medida em que há 1 ou 2 informações inconsistentes, já se suspeita de todas as outras.

Então, eu não quero entrar muito mais nessa questão, que acho que já foi por demais falada. Eu quero entrar numa outra questão, que é o seguinte: a senhora falou aí que falta integração e da necessidade de previsibilidade.

Já identificamos aqui essa questão de que a transição do modelo militar, concentrado tudo na Aeronáutica, para, vamos dizer assim, essa dispersão, com a ANAC — o DAC foi para a ANAC, uma agência reguladora; a INFRAERO passou a ser civil, não está ligada mais aos militares; e o DECEA continuou com os militares. Quer dizer, essa falta de integração é facilmente percebida pela senhora, pela INFRAERO?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - É facilmente percebida, sim, porque eu digo o seguinte: nós estamos numa evolução do sistema. Na minha visão, como arquiteta, a gente trabalha um período subindo, depois a gente pára um patamar para ajustar a casa e continua subindo. Então, eu acho que estamos num momento que nós estamos ajustando a casa, para continuar subindo. Então, cada vez que algum elo do sistema está sendo adequado, como é o caso da ANAC, da INFRAERO, que virou civil, cria uma certa dificuldade.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Pois é, mas aí entra um problema grave. É que, como a ANAC vai se ajustar, se o antigo DAC está subordinado à



ANAC e a ANAC não se subordina a nada, porque ela é uma agência reguladora? Como fazer essa integração entre INFRAERO, DECEA e ANAC, se não poderá ter um comando único, porque a agência não pode?

Como é que a senhora pode nos ajudar na sugestão?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Mas, na minha opinião, nós temos um comando único. Nós somos todos ligados ao Ministro da Defesa, ao Ministério da Defesa.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - A ANAC, não.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - A ANAC sim. Também.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Não, mas ela não se subordina, porque ela é uma agência reguladora.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Sim, mas ela é um elo do Ministério.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Não, elo é uma outra coisa.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Mas eu acho que os elos todos têm que se juntar para a coisa ficar integrada.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - É isso que nós estamos defendendo. Mas como que uma agência reguladora ... Eu acho que nós vamos ter que separar novamente o DAC, para voltarem os 3 atores a conversarem. Mas é uma questão que nós vamos ter que evoluir, porque, como agência reguladora, ela não se subordina, porque ela não está subordinada ao Executivo.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Senão ela não pode ser agência reguladora, está certo? Ela tem a sua independência, mas ela tem que interagir com a INFRAERO e com o DECEA.

A pergunta outra é a seguinte: nós estamos percebendo que há uma concentração em São Paulo, quer seja em Congonhas, quer seja em Guarulhos, e não sei se há 3 ou 4 anos, talvez a senhora possa me ajudar, havia possibilidade de o *hub* de transporte de cargas ser em Confins. Quando foi projetada a pista de Confins, ela precisava ter 600m a mais para receber o transporte de carga de longa distância. É uma exigência das seguradoras etc., para não encarecer. Isso a



INFRAERO não fez. É bem verdade que o Governo da época de Minas também não se interessou muito por isso. Mas por que não desconcentrar?

É nesse ponto que eu acho que os 3 atores precisam estar juntos, porque isso não é um problema da INFRAERO, mas é um problema da INFRAERO, ou seja, é um problema do DAC — vamos chamar assim —, está certo, ou da ANAC, mas é um problema que tem que interagir, porque a INFRAERO precisa construir os 600m, e o DECEA precisa saber que estrutura. Ele já tem a estrutura para funcionar.

Então, na medida em que eu trago o transporte de carga de longa distância para Confins — e a pista ainda está ociosa e tem espaço para crescer barbaramente em Confins. Inclusive o Governador agora já fez a ligação do aeroporto de Confins à Linha Verde para o centro, o que reduz sensivelmente o tempo. Então, a segunda coisa é a questão dos *hubs*. Por que tem que ser Congonhas, Guarulhos e Brasília, e por que não pode ser Confins?

Só uma medida desconcentradora dessa já resolveria uma parte dos problemas, porque os controladores informam para nós assim: olha, eu tenho que fazer isso. Espera porque não tem pista para pousar. E não tem pista porque tem excesso de tráfego. Então, todos concentrados ali em São Paulo. Como resolver?

A outra questão grave — e aí é uma parte da senhora —, foi dito aqui que Guarulhos foi pensado para 15 anos. Já tem 22 anos. A alternativa, que seria a terceira pista, nem se começou a resolver esse problema. Campinas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. ainda dispõe de 2 minutos, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Obrigado, Presidente.

Campinas que seria o (*ininteligível*). Aí eu entendo a integração que a senhora fala ou seja, o Governo do Estado, as Prefeituras e o próprio Governo Federal, junto com a INFRAERO e os outros precisariam estar atuando no sentido de agilizar, porque isso é para 8, 10 anos!

Eu queria que e senhora falasse sobre isso. Por que não foi feito? Quer dizer, acho que mais importante do que fazer... Como é que se vai fazer uma terceira pista em Guarulhos, se não se faz o transporte de Guarulhos para o centro, para o pessoal, para os passageiros, para as pessoas. Eu vou concentrar mais gente ainda



em Guarulhos e eu tenho que levar esse pessoal para lá. Rodovia não funciona; estrada não funciona mais.

O que está sendo feito nesse sentido, tanto Guarulhos como Campinas?

E o que a senhora acha dessa desconcentração de levar um pouco para Confins? Seiscentos metros de pista são 3 milhões.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Essa parte de desconcentrar é fundamental. É a revisão do Plano Aeroviário Nacional que tem que ser feita para realmente acontecer esse tipo de coisa, começar a dividir entre os aeroportos existentes a demanda, para não concentrar em um só. Isso é um trabalho do Ministério da Defesa.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Só um parêntese para a senhora acrescentar. Porque, para o passageiro que vem do Nordeste, que vai para o Sul, tanto faz ele fazer conexão em Confins, como em Guarulhos, como em Congonhas, é a mesma coisa. Não altera nem para as empresas, nem para os passageiros.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Mesmo quem chega do exterior também. Tanto faz chegar em Guarulhos, como chegar no Rio de Janeiro, se ele for para Recife. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Ou Confins.

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Mas isso depende realmente de um Plano Aeroviário Nacional, que a gente tem que revisar, e ainda não foi, que está começando a ser revisado agora junto ao Ministério da Defesa, à ANAC e tudo. Agora, quanto aos aeroportos de São Paulo, agora, sim, está saindo esse trem expresso, que é do centro de São Paulo para Guarulhos; está-se estudando ligar Congonhas ao metrô, e está-se estudando também uma ligação com Campinas. Mas realmente eu vou ter que concordar com o senhor: é uma coisa que está saindo já com atraso, e eu só posso alegar isso à falta de vontade dos elos todos, seja Estado, município, União e tudo.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Pior do que falta de vontade, eu acho que a estrutura não favorece essa boa vontade, essa comunicação.

Se na CPI, Sr. Presidente, nós não avançarmos nessa questão, quem está na ponta sofrerá muito mais do que está sofrendo, quer sejam os passageiros, quer sejam os aeroviários, quer sejam os controladores de vôo.



**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES** - Quer sejam os gestores públicos. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Quer sejam os gestores públicos também, que vão ser cobrados por inapetência.

Mas está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, recebi uma informação agora de que, dos 711 vôos previstos para hoje, 219 estão com atraso de mais de 1 hora, e 30,8% dos atrasos em Brasília, Rio, São Paulo.

Então, apenas para informar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

Nós vamos suspender a reunião, mas, antes disso, comunicar que nós reiniciaremos às 13h30min. Dá tempo para fazer um lanche rápido.

Agradeço aqui a presença da Sr. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ...que é Diretora de Engenharia da INFRAERO.

Digo a ela, em nome da Comissão, que ela produziu muitas informações importantes aqui para esta Comissão; se expressou de maneira muito clara, demonstrando grande conhecimento da sua área.

Nós a parabenizamos pelo seu currículo invejável. Quer dizer, talvez poucas pessoas no Brasil possam exibir um currículo, uma ficha funcional como ela exibiu aqui, que galgou todas as posições da empresa, chegando à Diretora de Engenharia, começando de baixo, e que, para finalizar, só falta ser agora (*risos*) a Presidente da INFRAERO. Mas...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Parece que tem o voto do Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Mas, diante desse temor, dessa quase aflição que existe hoje, os gestores públicos, eu não sei nem se isso hoje é uma vantagem. Eu tenho um amigo que foi assumir um cargo comissionado no Piauí e aí ele recebeu um telefone do ex-Diretor dessa empresa, que disse:



*“Olha, sei que muita gente está lhe telefonando para lhe dar os parabéns. Eu vou divergir, vou lhe dar os pêsames, porque V.Exa., com certeza, depois vai ser questionado pelo Tribunal de Contas. E vou lhe dar um conselho, aproveitar para lhe dar um conselho: o dinheiro que você vai ganhar nessa empresa não gaste, fique acumulando, porque depois você vai passar o resto da vida respondendo processo e vai ter que ter o dinheiro.” (Risos.)*

Vamos ver o que nós temos aqui de concreto: o Tribunal de Contas questionou todas as obras da INFRAERO. Não foi uma, nem duas, nem três. É isso?

**A SRA. ELEUZA TEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES -**  
*(Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É. Então, todas. Por que todas? Porque é um conflito de tabela. Quer dizer, não há uma tabela específica para obras aeroviárias. E naturalmente não precisa ser engenheiro, não precisa ser um técnico especializado, um psiquiatra para ver perfeitamente que uma obra de um aeroporto é completamente diferente de uma obra de uma estrada, de uma rodovia. Então, naturalmente se precisa de uma tabela específica para isso aí e dirimir de uma vez por todas essas dúvidas, porque isso aí, com certeza, está emperrando o andamento normal das obras aeroportuárias no Brasil.

Então, a outra questão...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A outra questão. Esta CPI tem o poder de quebrar o sigilo bancário, fiscal, telefônico de todas as testemunhas. Para isso nós precisamos de um requerimento, que ele seja apresentado e que seja votado.

A Sra. Eleuza, espontaneamente, disse, questionada aqui pelo Relator, que abriria mão do sigilo bancário dela — falou no sigilo bancário, não falou telefônico, não falou fiscal, falou no sigilo bancário — e que ela abriria com o maior prazer, que não teria nenhuma dúvida, que a conta dela só tem os vencimentos dela e do marido dela, coisa pessoal.

Então, a CPI não pode, não tem como, oficialmente, tornar isso oficial. Qual é a saída? Se a senhora Eleuza, por livre e espontânea vontade, tirar os seus contracheques no banco e apresentar aqui a sua ficha, a sua vida bancária — de



livre e espontânea vontade —, tudo bem. Esse é um direito que cabe a ela. Não estamos sugerindo, não estamos pedindo, não estamos dizendo que haja necessidade disso; antes, pelo contrário, é um gesto espontâneo, se ela quiser fazer da livre vontade dela. Feito isso, há uma outra alternativa: se nós julgássemos necessária a quebra desse sigilo, naturalmente teríamos de seguir o rito normal, regimental, que seria a apresentação de um requerimento, que seria colocado em pauta, que seria discutido e que seria votado, se houvesse essa necessidade. Não sei se há, no meu julgamento...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que V.Exa. pode estar estabelecendo uma posição que pode, a partir de hoje, quebrar o precedente ou estabelecer um precedente na nossa Comissão.

Em CPIs anteriores, nós já levantamos, quando há manifestação de vontade — eu queria, já disse, cumprimentar a D. Eleuza pela proposta, pela disponibilidade de abrir o seu sigilo bancário e fiscal; perguntei a ela sobre sigilo telefônico também, disse que não há problema —, fazemos apenas a formalização para que nós possamos... Como foi feito em CPIs anteriores, quando há manifestação do depoente, há a solicitação da parte da Comissão, Sr. Presidente. Apenas formalização dessa proposta. Não há o que discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu lamento que V.Exa. dê essa interpretação. Quero dizer que não concordo com ela e pretendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei, nós estamos falando...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só para concluir, Sr. Presidente. E pretendo estabelecer um debate nesta CPI — evidente que com a D. Eleuza já não participando mais da reunião —, mas estabelecer um debate, porque não há de minha parte concordância com a decisão de V.Exa., até porque entendo que, como



houve manifestação, a CPI apenas deve tomar a iniciativa de solicitar para os devidos órgãos esse sigilo, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu acho que nós poderíamos tratar isso na primeira reunião que nós tivermos aqui com os Deputados da CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Hoje, 13h30min.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu lhe faço uma pergunta: essa reunião é aberta ou fechada? Deveria ser aberta, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Em princípio aberta. Agora, se houver necessidade para a gente discutir outras coisas...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas... aberta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Em princípio aberta.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, pela ordem

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor nos dá uma hora para almoçar? É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, vamos voltar às 13h30min.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Dou um tempo para engolir alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - É só para dizer que o que eu entendi é que a Sra. Eleuza diz que não tem nada a temer em relação a isso e se houver necessidade de prestar informação, ela fará. Isso é diferente de dizer assim: eu vou abrir meu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro, evidente.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, fica clara aqui a posição da Mesa: num gesto espontâneo, livre, unipessoal, se a depoente quiser apresentar a sua vida bancária, por livre e espontânea vontade — não estamos





solicitando, a CPI não decidiu isso, a CPI não disse que isso é necessário, a CPI não julgou que isso deva ser feito —, se ela quiser fazer isso espontaneamente, é um gesto dela, e se não quiser também, não deixa nada de reparo na CPI, porque a CPI não tratou desse assunto. Se a CPI quiser, apresenta um requerimento, segue o rito normal apresentado, então ela teria o sigilo quebrado. Eu acredito que ninguém vai apresentar um requerimento desse, suponho, nem se aprovaria, porque até agora não há nada que justifique, a não ser que haja no futuro alguma coisa que venha a justificar. Sendo assim, mais uma vez agradecemos à Sra. Eleuza.

Vamos suspender a sessão até 13h30min.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Declaro reabertos os trabalhos.

Esta reunião, hoje a tarde, tem por finalidade... Nós estamos com a reunião sem pauta. Então, nós podemos discutir aqui os mais amplos e variados assuntos que julgarmos...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Evidentemente, ligados à crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro. Evidentemente.

Nós vamos começar por essa questão do conflito que está havendo entre os controladores e as autoridades aeronáuticas e depois nós vamos discutir outros assuntos da CPI, e cada um vai poder puxar e sugerir.

Para os que não foram ontem ao CINDACTA e ao CENIPA, eu gostaria de fazer um resumo. Nós estivemos pela manhã no CENIPA, Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. Nós tivemos lá uma reconstituição do acidente com o avião da Gol junto com o *Legacy*. Ouvimos todas as caixas-pretas em áudio e vimos uma recomposição gráfica de tudo o que aconteceu, que nos deu uma visão muito precisa.

Isso foi feito em caráter reservado, secreto, porque o CENIPA tem sua própria filosofia e é interligado com órgãos internacionais. Por ser um órgão de prevenção de acidentes, não se pode utilizar a sua opinião, a sua pesquisa, os seus dados, as suas informações para criminalizar ninguém, para culpar ninguém. A finalidade única do CENIPA é estudar os acidentes ou os quase acidentes ou os incidentes para



prevenções futuras. Então, isso foi disponibilizado pela Aeronáutica para a Comissão. Estivemos lá em número significativo de membros desta CPI.

Em seguida, nós fomos ao CINDACTA I, porque da outra vez em que nós havíamos ido lá o grupo era muito grande, e houve o entendimento, entre a Aeronáutica e a Comissão, de que seria mais conveniente a gente não entrar no sistema de controle de tráfego aéreo. Dessa vez nós entramos, vimos os controladores atuando, com os seus supervisores, os consoles e tudo o mais.

Em seguida nós fizemos uma reunião com os técnicos da Aeronáutica que dão manutenção nos equipamentos de controle de tráfego aéreo, seja na parte de radar, de comunicações, seja na regulagem dos consoles.

Depois fizemos uma reunião com os controladores de vôo. Depois fizemos uma reunião com as autoridades aeronáuticas.

Nós saímos de lá com uma visão muito próxima da realidade, do que está acontecendo neste momento na crise do tráfego aéreo brasileiro.

Pudemos constatar que havia um conflito muito grande, radicalização muito intensa de parte a parte. Na oportunidade, o Deputado Macris, com a sua percuciência de sempre, sugeriu que nós criássemos uma Comissão — discutíssemos isto na CPI — para que nós pudéssemos fazer uma intermediação, uma interlocução entre as partes, porque nós estamos vendo que não está havendo mais diálogo. As posições estão muito radicalizadas.

Na audiência com os controladores eles dizem: *“Bom, há vários consoles que nós não estamos operando”*. Por que não estão? *“Porque o foco não está preciso”*. Os técnicos que dão manutenção dizem: *“Não, isso não corresponde à realidade. Tem algum problema, mas dá para funcionar; é má vontade”*.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sim, isso de maneira geral. Essa opinião dos técnicos também é respaldada pelas autoridades aeronáuticas.

Então, nós tivemos oportunidade de ver. Por exemplo, eu estive num console. No canto superior esquerdo desse console, as letras, a informação não estava tão nítida quanto nas demais partes. Aí nós chamamos a supervisora, que é engenheira, é técnica, e ela disse: *“Olha, Deputado, mas aqui não tem dificuldade, porque isso*



*aqui dá perfeitamente para ler. Mas se a pessoa disser assim: 'não, tem alguma dificuldade', é só puxar aqui. O sistema permite que você desloque essa informação aqui do canto, aqui mais para o centro, onde tem uma nitidez absoluta".*

Bom, o que nós estamos percebendo? Que os controladores... o Procurador da República... o inquérito da Polícia Federal os denunciou. Não, não denunciou porque não podia, mas o Procurador da República entendeu que podia, os denunciou e inclusive chegou ao ponto de indiciar o João Marcelo por crime doloso.

Eu acho que todos nós aqui estamos de acordo com que foi um exagero. Quer dizer, dolo? Um controlador pode cometer uma imperícia, uma imprudência, mas dizer que a pessoa saiu premeditada, determinada, apertou o botão para dar informação errada é supor até que essa pessoa não está nas suas faculdades normais ou é um psicopata que está lá no meio dos outros para fazer maldades. Isso, entre outras coisas, tem trazido um clima muito tenso.

Nós já estivemos com as esposas dos controladores. Elas se manifestaram para nós aqui. Foram trazidas pela Deputada Luciana Genro, que fez a ligação. E nos sensibilizou muito o momento que eles estão vivendo: a tensão, a emoção, a pressão. Porque eles estão vendo que, do jeito como a coisa está caminhando, os colegas deles de controle vão ser incriminados.

Bom, feita essa panorâmica, nós ficamos muito preocupados. Anteontem houve crise; ontem houve de novo. E vemos que os controladores estão assim, se o console tiver qualquer coisa: "*Não, não serve*". Aí tem de ir para o reparo. Então, eles estão colocando consoles novos. E nos garantiram as autoridades aeronáuticas que, dentro de um prazo máximo de 5 dias, eles vão substituir todos os consoles, que, no entendimento deles, estão funcionando bem. No entendimento dos controladores, não estão funcionando bem. Mas pelo sim e pelo não, eles estão substituindo por consoles novos, agora com tela de cristal líquido, que não tem mais aquele tubo catódico que emite os raios, como aquelas televisões antigas, agora é tudo plano, mesmo sistema. Inclusive já havia um no centro de controle, servindo de demonstração.

Então, esse console já está instalado, e eles vão reproduzir em todos os outros.



Como são 2 consoles, em que trabalham os 2 trabalhadores ao mesmo tempo — um no console da direita, que é o titular, e um no console da esquerda, que é o auxiliar —, eles vão substituir agora os consoles titulares e deixar aqueles consoles que estão em melhores condições, segundo os controladores, para o auxiliar. É de se esperar que brevemente sejam substituídos todos, mas pelo menos os dos titulares eles dizem que, no prazo de 5 dias, vão substituir.

Aí o controlador diz que o áudio não está bom. O supervisor se comunica com o técnico. O técnico faz a verificação e diz que está bom. Mas é o controlador que dá a palavra final, porque é ele o responsável último. Então, não está bom, quer dizer, aquele áudio não pode ser usado.

Portanto, há uma série de situações e nenhum diálogo entre a cúpula, o comando, e os controladores. Essa é a realidade.

Vendo que a situação é emergencial, vendo que a situação tende a se agravar, por sugestão do Deputado Macris, nós admitimos a possibilidade de fazer a interlocução entre as partes.

Então, nós estamos aqui — seria o primeiro item da pauta — para discutir a conveniência ou não, o nosso poder ou não, mas assim num tipo de voluntarismo, como quem diz: *“Está acontecendo um problema, e como é? Nós vamos ficar parados, vamos deixar o negócio pegar fogo? Por quê?”*

Eu entendo que o Deputado Macris fez essa sugestão, porque, graças a Deus, a nossa CPI começou muito desacreditada, mas pelo nosso próprio procedimento — de todos nós aqui — tem, ao longo do tempo, adquirido níveis maiores de credibilidade.

Como nós nunca execramos ninguém — a opinião pública —, como nós nunca fizemos prejulgamentos, pelas manifestações dos próprios controladores, parece que esta CPI goza de credibilidade tanto perante os controladores quanto às autoridades aeronáuticas, e está melhorando o nível de credibilidade, eu acho, perante a imprensa em geral, perante a opinião pública.

Em face disso, nós poderíamos, num sentido patriótico, utilizar a credibilidade que temos no momento para fazer essa intermediação e interlocução e tentar encontrar uma solução. Não há uma solução mágica e imediata. Mas, quem sabe,



nós poderíamos conseguir das partes um armistício, uma bandeira branca enquanto se discute uma solução mais profunda ou mais demorada.

O que não pode é ficar a sociedade brasileira com esse problema crônico, que de vez em quando tem picos de agudeza. Acabei de ver num jornal da televisão uma senhora que desde ontem está no aeroporto, querendo viajar, e não consegue.

Em face disso, queríamos então abertamente, discutir.

Vamos então. Primeiro, o Deputado Vanderlei Macris; depois, o Deputado Rocha Loures; depois, o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Sr. Presidente, pediria que a gente tentasse falar em menos de 5 minutos, entre 3 e 5 minutos, porque a tarde já está quase no final e a gente tem mais a fazer.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Tudo bem. Eu concordo com a proposta do Gabeira e acho que vou falar menos do que 5 minutos.

Sr. Presidente, a iniciativa que tive lá foi uma busca de uma atitude de bom senso da CPI.

Sobre a questão da credibilidade que V.Exa. aborda, eu senti ontem lá que há uma confiança não só dos oficiais da Aeronáutica, mas também dos controladores e dos próprios técnicos, que, pela primeira vez, tiveram contato conosco. Há uma manifestação de vontade em acreditar que a CPI possa ser a alternativa. Não vejo essa mesma situação em relação à CPI do Senado, porque já houve lá problemas em relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei Macris, se V.Exa. me permite, nós fizemos um pacto com o Senado para não nos metermos...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Retiro o que eu disse.

Vamos falar do que eu acho que deva ser a nossa missão neste momento.

Então, Presidente, acho que, muito mais do que jogar lenha na fogueira, eu acho que nós deveríamos tomar uma atitude de bom senso e colaborar com essa situação.

O que eu vi ontem lá? o que eu senti nas 6 horas em que nós estivemos lá, Sr. Presidente? Um clima de tensão, um clima de falta total de diálogo entre controladores e oficiais; um nível de nervosismo, como disse o Deputado Gustavo



Fruet, à flor da pele. E, eu, pela pouca experiência que tenho na vida pública, e já participando de movimentos — talvez o Marco Maia, como sindicalista, tenha mais do que eu —, eu sinto que ali há um processo de radicalização em andamento. E há uma tendência, com essa radicalização, de essa situação piorar ainda mais.

Então, vejo que a CPI pode dar uma contribuição, estabelecendo uma interlocução. Não acho que só mediação resolve. Isso é uma responsabilidade do Governo. O Governo é que tem que achar uma solução para isso. Mas eu acho que a CPI pode alertar o Governo e dizer: *“Olha aqui, ó! essa história lá vai pegar fogo. Vocês têm que agir nessa questão”*. E a gente pode ter a sensibilidade de buscar, cá e lá, pontos que possam, pelo menos nesse primeiro momento, ser parte da bandeira branca de que V.Exa. fala. Ou seja, até uma solução definitiva, que nós sabemos que não é fácil — porque não é por efeito de magia que isso vai acontecer.

Portanto, foi esse o espírito da proposta que fiz. Acho que nós podemos compor aqui uma atitude de bom senso da CPI; ajudar nesse processo.

Eu poderia fazer, exatamente, de maneira diferente, até por questão de ser de um partido de oposição. Mas eu acho que, neste momento, não se fala em questão de partido; é o País que está em jogo. São os usuários que estão nos aeroportos — V.Exa. acaba de dar essa informação. Eu acho que nós temos a obrigação de dar a nossa contribuição. É evidente que a solução não está nas nossas mãos; está nas mãos do Governo. Quer dizer, há um vazio de interlocução aí. Infelizmente, há um vazio na questão da gestão do sistema. E eu acho que nós podemos dar a nossa contribuição.

Acabei de receber um telefonema do Sr .Botelho, que é o Presidente do Sindicato dos Controladores Civis, que leu a respeito dessa notícia, hoje, nos jornais, achou uma excelente idéia e disse que ela está na mesma direção do que ele pensa: que há a possibilidade de uma paz momentânea até a gente achar uma solução e que a gente pode dar essa contribuição, tranquilamente.

Então, era isso o que eu queria dizer. Deixo aqui a minha contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, nobre Deputado Vanderlei Macris.

Fala em seguida a Deputada Luciana Genro, que já estava inscrita.



**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Presidente, primeiro, quero reafirmar o que eu falei pela manhã. Porque eu concordo com V.Exa, quando diz que a nossa CPI ganhou credibilidade, principalmente junto tanto aos controladores quanto ao Comando da Aeronáutica. Acho que a CPI tem assumido uma posição equilibrada, mas não tem tomado lado nesse conflito, embora, evidentemente, nós pessoalmente possamos ter lado. Eu acho que a matéria do *Jornal Nacional* de ontem — a gente sabe da força que têm o *Jornal Nacional* e a Rede Globo — ela colocou em risco essa credibilidade, porque ela passou a imagem, a idéia de que a CPI estava contra os controladores. Quem viu a matéria sentiu isso, embora eles não tenham conseguido nenhuma declaração dos Deputados que corrobore essa tese. Colocaram o Deputado Fruet falando outra coisa e disseram que os Deputados da CPI concluíram que os controladores estavam boicotando o tráfego aéreo. Então eu vejo que nós precisamos dar uma resposta; buscar a Rede Globo e exigir dela que dê espaço hoje para que V.Exa., como Presidente da CPI, diga qual é o sentimento da CPI em relação à situação. Nós estivemos lá, passamos 12 horas quase, 10 horas no CINDACTA, e acho que temos toda a legitimidade para reivindicar que a CPI dê seu parecer a respeito da situação.

O segundo aspecto é a prisão do Presidente da Federação Brasileira dos Controladores de Vôo, por dar entrevistas à imprensa, que foi anunciada ontem à tardinha. Eu acho que essa decisão do Comando da Aeronáutica vai na contramão daquilo sobre que nós estávamos dialogando ontem. Vai justamente no sentido da radicalização. Prender um dos dirigentes da associação, no caso da Federação, por dar entrevista, é algo extremamente provocativo.

Eu não vou dizer o nome do oficial que me disse isso, porque ele não autorizou; mas disse um dos oficiais que nos acompanhavam lá ontem, por mim questionado a respeito de qual é a alternativa de vocês diante dessa situação: a ruptura de relações; os controladores querem a desmilitarização, e a Aeronáutica não aceita. Qual é a alternativa? E ele me respondeu: expulsar os 50 controladores que são os dirigentes da manifestação e que estão incitando os demais a se rebelarem. E os inquéritos policiais que estão em andamento envolvem mais do que 50 controladores. Uma informação que eu tive, já de 2 semanas atrás, era de que justamente os nomes de 50 controladores já foram colocados na mesa do



Comandante Junito Saito para punições, por causa do movimento do dia 30 de março. E ele teria, pela informação recebida na época, escolhido 6 para punir, para remeter para a Justiça Militar. Isso não se confirmou depois. A informação que a gente obteve ontem junto à Assessoria Parlamentar, o Brigadeiro Átila, é de que os inquéritos não terminaram ainda, estão ainda em andamento.

Eu estou muito preocupada com o resultado disso, porque a prisão do dirigente da Federação, os inquéritos em andamento e essa declaração desse oficial dizendo que a solução passaria pela expulsão de 50 controladores pode causar, aí sim, uma verdadeira rebelião e uma crise absoluta nos aeroportos do País.

Então eu vejo que nós temos realmente que cumprir esse papel de mediação e de diálogo.

Conversei agora há pouco, pelo telefone, com o Presidente da Associação, o Sargento Wellington, que esteve aqui, e ele me disse que existe disposição deles de buscarem uma solução negociada, onde ambos os lados cedam e que se possa tranquilizar a situação nos aeroportos. Que eles estão inclusive realizando, na terça-feira, um encontro sul-americano de controladores de voo. E que, antes desse dia, eles estariam dialogando entre eles para encontrar uma proposta de negociação.

Então eu acho que nós temos que buscar juntar essas partes. De um lado, a Associação dos Controladores ou a Federação dos Controladores. Não adianta chamar apenas o Jorge Botelho. Temos que chamá-lo também, mas ele representa um setor minoritário e não tem representatividade junto aos controladores militares. Então, eles têm que estar também nessa mesa de negociação, assim como o Comando da Aeronáutica e acho que também o Ministério da Defesa, que também tem a obrigação de ser parte nesse diálogo, até porque fez a interlocução naquele momento do apagão do dia 30 de março.

Então, minha proposta concreta seria esta: que a CPI chamasse esse encontro numa audiência pública, numa reunião da CPI, como V.Exa. achar mais adequado, mas que nós reuníssemos essas partes para tentar abrir esse diálogo e encontrar uma solução para o problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, Deputada Luciana Genro.





Vamos ao próximo inscrito, nobre Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia passar para o próximo inscrito? Depois eu falo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com imenso prazer.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Até demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Rocha Loures.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Sr. Presidente, eu tenho muita simpatia pela proposta do nobre Deputado Vanderlei Macris, porém, eu queria estabelecer, talvez, o limite desse diálogo, porque a intermediação, ou a interlocução, melhor dizendo, ela existe a partir de um conflito. Nesse conflito, para que nós possamos colaborar e ajudar, tem que haver vontade das partes para que nós participemos dessa interlocução. E tem de haver uma negociação de regras, um aceite das regras estabelecidas e definidas por todas as partes, para que nós não nos transformemos em instrumento, seja de cá, seja de lá, porque não é essa a motivação que nos trouxe a nos reunirmos nesta CPI.

Acho que o tempo que isso vai exigir do nosso trabalho, o esforço humano e emocional que isso vai subtrair das nossas forças têm de ser bem aproveitados, novamente com simpatia pela idéia. Mas lembro que, além dos controladores e dos oficiais, nós temos os passageiros, os usuários do sistema de tráfego aéreo, que são brasileiros e estrangeiros. As informações são desanimadoras também porque elas nos chegam apresentando o declínio ou a baixa, o cancelamento de interesse por parte de turistas que visitam o País ou mesmo se locomovem dentro do território nacional.

Então, eu acho que nós temos que evitar sermos atraídos para um conflito que não foi criado por nós e para o qual estamos aqui para contribuir com soluções, manter a linha de investigação da CPI, que justamente se notabiliza porque ela é técnica, porque ela é competente, porque ela é múltipla. E eu acho que, em havendo o de acordo dessas partes — como disse a Deputada Luciana Genro, não cabe a nós, nós não somos Governo, nós não somos Executivo, esses orçamentos não são da nossa responsabilidade no que diz respeito à sua execução —, fazer principalmente com os passageiros do transporte aéreo brasileiro essa interlocução.



Com eles, sim, a CPI tem que ter interlocução. E acho que aí ela está tendo, e muito bem feita, com o Vic Pires, o Gustavo, o Macris, V.Exa., Sr. Presidente, nosso Relator. E essa interlocução está sendo muito bem-sucedida.

Agora eu tenho um pouco de receio, desde que não haja o estabelecimento das regras e dos limites, do que isso pode significar para a seqüência dos nossos trabalhos, até numa hipótese mais drástica, numa eventual radicalização do processo em que a própria CPI seja acusada de ter tido nesse momento algum papel detonador ou determinante para que isso aconteça.

Acho que é preciso manter a reputação e a condição que foi construída por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e, a partir dela, nós garantirmos justamente essa reserva de segurança emocional, técnica e política, para que a gente não tenha lá para frente revezes outros.

Era essa a minha observação e, portanto, eu aguardo os comentários dos nossos colegas Deputados, para formar uma opinião, que ainda não a tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, Deputado Rocha Loures.

Vamos ao próximo inscrito, o nobre Deputado Fernando Gabeira.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu quero lamentar a ausência em algumas das sessões, mas a situação está difícil, todos sabem; anda muito difícil. Mas quando começou a CPI, eu fiz uma proposta voltada, principalmente, para atenuar a situação do usuário. Naquele momento, eu já tinha o diagnóstico de que a crise não seria resolvida a curto prazo. Diagnóstico confirmado ontem na França pelo nosso Ministro da Defesa. Ele disse: "*Bom, realmente, a crise vai levar 1 ano para ser resolvida*".

Na época, eu propus ao Deputado Marco Maia fazermos um trabalho no sentido de contribuir para atenuar o sofrimento do usuário. Essa notícia que o senhor está dando agora, de que uma mulher ficou de ontem até hoje para viajar, não pode acontecer, não precisa acontecer. Só o desrespeito é que permite isso.

Existe uma preocupação minha muito grande com o mês de julho, porque as férias vão começar e, simultaneamente, nós teremos os Jogos Pan-Americanos no Brasil. Então, nós temos que nos preparar. E já houve, por parte do Presidente da INFRAERO, uma afirmação de que ele teme uma crise durante os Jogos



Pan-Americanos. Eu chamo a atenção para a gravidade do problema, porque nós teremos turistas percorrendo o Brasil — turistas brasileiros; nós teremos estudantes em férias também percorrendo o País; e nós teremos os Jogos Pan-Americanos. Uma crise nessas circunstâncias, além de atingir muita gente, teria uma repercussão internacional muito negativa para nós. Aí esquece o Governo, é o Brasil que está em jogo.

Então, eu estava pensando de nós tentarmos... Eu acho que a proposta do Deputado Vanderlei e a discussão que há aqui estão nesse caminho. É lógico que um armistício entre os controladores e o Governo e entre a Aeronáutica, porque o Governo nem está diretamente no meio, é muito importante. Nós temos que contribuir para isso. Mas nós não somos nem Governo, logo, nós não podemos assumir a responsabilidade de resolver a crise, nem somos controladores, que nós não estamos... Nós não temos problemas, nós não podemos nos identificar com os controladores. Com quem nós nos identificamos? Com as pessoas que viajam.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Exato.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Esse é nossa... em nome delas é que nós vamos falar com os controladores, em nome delas é que nós vamos falar com o Governo. Essa é a proposta...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Exatamente. Então, era interessante...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Defender os passageiros. A gente precisa fazer a interlocução entre os controladores e o Comando.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Mas é isso, mas em nome dos passageiros, em nome daqueles que usam.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Exato, exato. Isso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Que é nossa representatividade.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Exato, porque nós estamos aqui por causa deles. Com todo o respeito pelos controladores, nós estamos aqui por causa deles.

Esse ponto aí... nesse caso, entende, eu acho que já... Eu sempre falei que o acidente é importante, mas eu sempre achei também que jamais uma CPI saberia



mais sobre o acidente do que a Polícia Federal e o CENIPA, porque eles são especializados, estão trabalhando nisso há meses. Ontem, isso ficou mais ou menos claro. Quer dizer, a CPI teve uma visão mais clara do acidente a partir do contato com o CENIPA.

Então, agora, seria a hora de a gente tentar desatar o nó. Ainda que a gente marche com poucos progressos, desatar o nó. E desatar o nó não é só, no meu entender, a gente resolver essa questão entre os... Tem que resolver ainda o problema da assistência às pessoas que viajam. A INFRAERO e a ANAC continuam não dando, não conseguindo das empresas informações adequadas. Quer dizer, ontem eu vi várias entrevistas de gente reclamando, porque não tinha informações adequadas. Nós podíamos fazer uma reunião técnica com eles — nada de audiência pública —, para formular um programa melhor. Continua não havendo assistência... Se eu estivesse no aeroporto? Cada vez que eu estou no aeroporto, Sr. Presidente, eu sento no aeroporto e vem uma pessoa e diz: *"Minha mãe está viajando para tal lugar, nós não sabemos para onde vai o avião. Vão lá comigo, para me ajudar"*. Eu tenho que ir na ANAC, tenho que ir no balcão de informações, para ajudar a pessoa. Não há autoridade no aeroporto. Se você senta no aeroporto, de repente, como eu sento, 2, 3 horas, eu passo a ter que coordenar o que se está passando, porque não há... Na verdade, eu não quero ser crítico, mas não há Governo, não há Governo. (Risos.) E nós podemos contribuir para que o Governo seja muito eficaz nesse campo, dentro dos limites, dentro dos limites. Então, por exemplo, nós não podemos, se houver...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Deputado Gabeira, V.Exa. me permite um aparte...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** -... sobre esse tema das informações? Nós realizamos aqui um trabalho de colher propostas, sugestões. Só está faltando nós discutirmos o assunto aqui e levar para a ANAC, para efetivá-las. Mas eu quero lhe dizer uma percepção que eu tive ontem sobre esse processo, sobre as informações, e que, em alguma medida, se não mudou minha compreensão, fez-me parar para pensar sobre o tema das informações.



Eu lhe diria que nos aeroportos, com o clima estabelecido entre os controladores e o seu comando, não há como dar uma informação precisa sobre os horários dos vôos, numa crise como esta enfrentada no dia de ontem, porque a informação não sai com precisão, não há diálogo, não há conversa que permita estabelecer o seguinte: *"Olha, esse problema está acontecendo porque nós temos tal situação gerada, e os vôos serão tratados desta forma"*. Existe, na minha avaliação, um descontrole sobre este processo. E, portanto, este descontrole não permite que, lá no aeroporto, a INFRAERO, a ANAC, a companhia aérea ou quem quer que seja possa precisar os horários que as aeronaves irão aterrizarem, porque ninguém sabe, ninguém passa essa informação, pelo grau de conflito e de complicação que há na origem de quem controla o sistema de tráfego aéreo no País.

Esta percepção eu tive clara ontem, quando estive lá, dentro do CINDACTA, por aquele período que nós passamos lá, observando e vendo o grau de conflito que existe em relação a esta questão. Eu quero só lhe trazer esta preocupação porque nós não podemos botar assento de controle integrado, juntar a ANAC, a INFRAERO, não sei o quê...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Tudo, tudo. Não adianta.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** -... mas, se não se resolver este problema especificamente, não haverá informação com confiabilidade nos aeroportos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Eu concordo e acho que temos que integrar isso. E temos que integrar outra coisa: nós temos que apertar as empresas, porque grande parte do problema também vem das empresas. Se você tem... Digamos que eu não saiba por qual empresa essa senhora ia viajar, mas, se você não tem previsão daquele vôo, você dá um hotel para ela. Ela não tinha que ficar no aeroporto essa noite. Essas coisas têm que ser vistas o mais rapidamente possível, para podermos, pelo menos, ter uma sensação de que estamos melhorando, senão... Nós não vamos resolver tudo, mas vamos melhorar um pouco, até a situação avançar.

A minha proposta é que a gente já comece a trabalhar paralelamente às audiências, ao processo de investigação, já comece a trabalhar para contribuir com isso, para que julho não seja, realmente, um mês dramático. Nós não queremos que



haja muito sofrimento em julho, quer dizer, nós podemos fazer as coisas melhores. É nossa contribuição.

O Governo depois vai ver. Se o Governo capitalizar, ótimo. Para mim não interessa nada que não seja melhorar a situação das pessoas que viajam. Nesse sentido, a gente podia estabelecer um programa de trabalho, um cronograma, um programa de trabalho paralelo às audiências. Eu estaria disposto a me integrar e a ajudar no que fosse necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, nobre Deputado Gabeira. Só para corroborar com V.Exa. nessa questão da falta de informações, no dia que nós fomos ao Aeroporto de Congonhas fazer a visita lá, na volta, eu estava com o Deputado Miguel Martini. Nós nos dirigimos para o embarque. Nosso cartão estava avisando lá: *"Portão 4. Vôo 1710 — parece-me —, da TAM"*.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Dezesesseis e dez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, o número do vôo, parece-me, era 1710, Portão 4. Eram uns 15 minutos antes do vôo, ou 20 minutos, aproximadamente. Então nós fomos. Chegamos lá, estava lá no painel: *"Vôo 1710, Portão 4"*, confirmado no painel. Nós chegamos lá ao Portão 4, a moça nos atendeu e disse: *"Não, não é aqui. Esse vôo foi transferido para o Portão 15"*. Nós descemos a escada, lá embaixo, fomos para o Portão 15. Quando chegamos ao Portão 15, estavam embarcando, mas estava lá *"TAM"* e o número do vôo, que era outro vôo. Eu ia quase voltando. Eu digo: *"Não, Miguel, não é aqui, não, porque aqui o embarque é desse outro vôo"*. Por precaução, eu resolvi tirar a dúvida com um passageiro que estava entrando: *"Que vôo é esse?" "É o 1710"*. Aí é que eu fui esclarecer. Quer dizer, estavam embarcando num guichê em que estava estampado um número que não tinha nada a ver conosco.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - É preciso usar mais o espaço visual. Quando eles resolverem informar bem em Brasília... Eu fui para Recife quinta-feira. Eles tumultuam tanto com as informações, que você não agüenta ficar no aeroporto. Se ficar uma hora, eles falam tanto, que você não consegue agüentar ficar ali, na sala de espera. Tem que quebrar o contrato com o IG e falar com o IG, de alguma maneira: *"Vamos usar esse espaço visual para informações"*. O próprio



IG vai crescer com isso junto às pessoas que freqüentam os aeroportos. Temos que achar uma saída para usar o espaço visual, porque ele pode orientar muito as pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. O próximo inscrito é o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu queria colocar que estamos vivendo um momento que... Essa questão da crise aérea, ela vem ocupando o centro das atenções, inclusive de manchetes dos jornais e dos *sites* com uma freqüência espantosa. É impressionante! É direto! Então, ela se tornou uma questão política da maior importância. Para questões de ordem política precisamos de soluções políticas.

Eu entendo que a crise se agravou não só porque faltou planejamento estratégico — isso é coisa para 10 anos, não é coisa para 1 ano, são 10 anos de planejamento —, mas também porque há coisas atrás. Vou entrar daqui a pouco nisso, ou seja, por que não se dá outro tipo de respostas à crise, como, por exemplo, o problema da militarização do setor aéreo brasileiro.

Eu queria dizer que, nesse aspecto, quero concordar com a proposta do Deputado Vanderlei Macris, nas seguintes condições: nós estamos vivendo uma crise e o Governo não tem, neste momento, condições e credibilidade de negociar, o Governo não as tem. Eu vou dizer por quê.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Até porque já fez uma negociação que não deu certo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero colocar isso independente de juízo de valor do Governo. Eu quero colocar em cima de fatos, primeiro porque o Governo tinha uma posição a respeito da desmilitarização, que o Ministro da Defesa manifestou publicamente. O Governo chegou a avançar e, de repente, recuou. Segundo, o Governo negociou com os controladores: carreira civil e outro tipo de coisa. Depois, ele recuou. Então, neste momento, o que está acontecendo? O Governo não é interlocutor dos controladores. Isso está, inclusive, em todo noticiário. Não estou julgando. Eles não confiam. Se for alguém do Governo, não confiam.

No caso dos militares, eles bateram na mesa e o Governo recuou. Então, o Governo já tem posição, tanto que... Quero colocar aqui a entrevista do Ministro



Saito, hoje, no *Estadão*. Ele vai fundo: “*Já estamos criando a carreira militar com 7 graduações*”. E fala que o problema que está acontecendo é puramente de indisciplina; não é de equipamentos, não é um problema antigo, não é nada disso; é um problema de indisciplina. E ele aponta soluções radicalizadas, como, por exemplo, o presidente da federação ter sido punido. Eu quero dizer, Deputado Fernando Gabeira, que isso se deu em uma entrevista para uma revista de que eu nunca ouvi falar, no mês de abril. A entrevista foi dada no mês de abril. Ora, mas nós estamos no mês de junho. Então, somente agora ele punido pela entrevista que ele deu em abril? Ou seja, só agora tiveram contato com a revista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A entrevista foi em abril?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Foi em abril.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu pensei que era coisa de agora.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, a entrevista foi dada em abril, entende? Então, vejam o seguinte: não tinha nenhuma importância.

Eu quero chegar a um outro ponto, quero chegar ao seguinte: há uma radicalização, e vou dizer onde está. Nós convocamos para depor aqui uma pessoa que já depôs no Senado — e por isso acho que a CPI tem que andar mais rápido do que ela anda, e no lugar certo —, que é o Procurador do Trabalho, de São Paulo, Fábio Fernandes. O Procurador do Trabalho já depôs no Senado, e S.Exa. tem feito um levantamento enorme, baseado em depoimentos de controladores, medicina do trabalho, psicologia do trabalho e outros setores, etc. E S.Exa. promoveu um seminário em São Paulo em que convida alguns controladores. Ele mandou um *e-mail* para os controladores e esse *e-mail* foi interceptado. Nesse *e-mail*, que está num processo, S.Exa. falava: “*Isso aqui servirá ao nosso bom entendimento ou ao nosso movimento*”. O Comandante da Aeronáutica está processando o Procurador; ele, o Comandante da Aeronáutica. Não é o comandante do DECEA ou de São Paulo, é o Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito. Aliás, quem deveria processá-lo, se fosse o caso, era o Ministro da Defesa, e não o Comandante da Aeronáutica.

Isso mostra uma disposição. Isso ocorreu a partir da interceptação de um *e-mail*. Então, há uma decisão tomada, e é a este ponto que eu quero chegar. Uma coisa é a nossa posição. Quero concordar com o Deputado Macris. Eu acho que a





CPI não tem problemas com essa questão. Eu acho que o Legislativo, que a nossa CPI tem condições de fazer uma negociação no sentido da distensão momentânea. É só isso que podemos fazer, uma distensão momentânea e ponto, porque nós vamos produzir um relatório. Essa é a questão. A CPI vai ter que se posicionar sobre temas espinhosos, doa a quem doer. Isso depende do relatório. A questão está exatamente aqui.

Eu entendo que devemos — não só podemos como devemos — fazer uma interlocução com distensão, porque a CPI, neste momento, pode dialogar com os militares e pode dialogar com os controladores de vôo. Esse é o foco da crise no momento. Não está na INFRAERO nem na ANAC, embora eles sejam responsáveis e, principalmente, por coisas que não são ventiladas, como o monopólio das empresas aéreas, que mandam na ANAC, que mandam na INFRAERO. Então, isso tem que estar no relatório, doa a quem doer.

Agora, há um problema real: o problema dos controladores. Alguém pode dizer: *“Não, mas eles também radicalizaram”*. E é verdade, porque a tensão que existe lá — foi detectada por todos os Deputados da CPI ontem, e nós a detectamos em São Paulo também —, a tensão que existe não vamos resolver de uma hora para a outra. Há uma criminalização. Eu proponho, inclusive, se os Deputados da CPI toparem, que tomemos uma decisão unânime condenando a decisão do promotor de Mato Grosso. Eu acho que a deveríamos assinar, os Deputados de todos os partidos, condenando-a, porque essa é uma medida de radicalização que não serve a nada. Até o Relator do Senado já recuou, porque S.Exa. também ia na mesma direção, mas recuou da sua posição. Então, essa já seria uma primeira medida.

A segunda questão é fazer o Comando da Aeronáutica ver que, neste momento, qualquer tensionamento, como prisão, exigências descabidas, quando na prática se coloca.... É evidente que equipamentos falham. Falhou o CINDACTA de Brasília ontem, falhou o equipamento. Isso foi reconhecido pela Aeronáutica também. Falhou. Então, eles falham, e não falham pouco.

E aí entra a segunda questão, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar: nós não fizemos ainda a análise mais geral dos relatórios de perigo, porque chegaram agora, essa semana. Então, não temos ainda um relatório que diz qual é a base



mínima para se dizer assim: *“Não, não houve um problema localizado aqui e ali, mas um problema globalizante, que mostra deficiência de equipamentos, sucateamento, falta de planejamento estratégico”*.

E volto ao terceiro ponto. Nós estamos tentando falar com o Vinícius Lanzoni, que é técnico do ICEA, que fez o *software* do controle. Trabalhou 2 anos nisso, no ICEA, em São José dos Campos, para fazer um *software* sobre o gerenciamento do fluxo do tráfego aéreo, a pedido da Aeronáutica. Foi feito. Ele foi retirado do projeto, que posteriormente foi passado a uma empresa chamada ATEC. São 7 anos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - É a ESCA.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, a velha ESCA. Faz 7 anos e esse *software* ainda não está funcionando. Nós já pedimos aqui, questionamos vários oficiais da Aeronáutica, que disseram: *“Não, ainda não está completo”*. Então, é algo que seria planejamento estratégico também.

Então, o que quero dizer? Quero dizer que a CPI vai ter 2 momentos — quero finalizar dizendo isso, Sr. Presidente: primeiro, um momento de distensão, que é agora. Usemos essa prerrogativa imediatamente, para negociar, para distensionar, para nos colocar à disposição para o diálogo, porque não temos força política, não temos caneta na mão, nada disso. Segundo, a CPI vai ter que se posicionar sobre a crise. E, na hora em que ela se posicionar, ela vai ter que ter que votar um relatório.

E eu quero dizer uma coisa francamente para vocês: vocês acham que, depois de tudo, independente de a Aeronáutica expulsar ou não 30, 50 controladores de vôos... Não prepararam outros controladores, porque não existe isso preparado, não há controlador civil. Há 3 tipos de controladores. Não há uma carreira, não há nada. Não se forma de um dia para o outro. Eu quero entender o seguinte: por que o Brasil precisa manter a aviação civil sob controle militar? Eu não consigo entender isso. Essa resposta não se coloca.

Eu quero mostrar que é possível, com muito maior velocidade, resolver o problema, não em curto prazo, porque ele não vai ser resolvido em curto prazo em hipótese nenhuma. Sabe, por que explodiram as questões? Não foi de repente, como alguém pode pensar: *“Foi um raio em céu azul”*. Os controladores faziam tudo. Mas agora eles tomaram ciência, de uma forma ou de outra, da seguinte situação: eles trabalhavam fora dos padrões, inclusive de uma forma que rompia com as



normas, porque eram obrigados a monitorar muito mais aviões para fazer o mesmo trabalho. Basta dar um espaçamento maior, pára-se o tráfego, porque o planejamento todo quebra.

Então, o problema é o seguinte, Sr. Presidente: nós temos que começar a trabalhar o nosso futuro, e a CPI não vai durar a vida toda. Então, nesta semana, nós fazemos a distensão. Na semana que vem, acho que temos que começar a indicar o rumo da CPI. O rumo vai falar qual é a responsabilidade da ANAC, da INFRAERO, da falta de equipamento; se é o problema da militarização, se hierarquia funciona para trabalho civil ou não funciona, se já fomos longe demais, se esse trabalho mereceria um outro tipo de qualificação, que já devia ter sido previsto há muito mais tempo, e assim por diante. Então, era o que eu queria dizer. Coloco-me à disposição para que criemos uma comissão — a CPI, com quem quiser — e que façamos essa interlocução.

Finalizando, eu concordo com o que vários Deputados falaram: nós estamos à beira de algum problema. Eu só não quero que seja, Deputado Fernando Gabeira, o seguinte: eu me preocupo com o passageiro, mas não só com o passageiro, porque o passageiro somos nós mesmos aqui, e todos que viajam de aviação. Há os familiares, os passageiros, mas há o problema de segurança, que está acima do problema turístico, acima dos negócios. Há o problema de segurança.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Passageiro também.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, refiro-me à segurança dos outros também, não só a do passageiro, momentânea. Veja o que pode acontecer: imagine se, no meio dessa crise, com essa tensão toda, tenhamos o azar de um acidente! Aí, sim, o negócio desanda.

Nós temos que dar soluções políticas para os problemas. Esta CPI é uma CPI do Parlamento brasileiro, que precisa apontar caminhos políticos. Neste momento, ela tem um papel. Ela tem credibilidade, eu acho, para fazer o papel da distensão, mas depois ela vai ter que botar o dedo na ferida.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Pergunto ao Relator: vai haver algum relatório parcial sobre o acidente ou não? Vai ser tudo junto, não é? Vai haver algum relatório parcial ou não?



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Nós estamos com a assessoria trabalhando em cima de um relatório que trate sobre o acidente, mas dentro do contexto do relatório maior. Pessoalmente, ainda não decidi se apresentarei ou não um relatório parcial especificamente sobre o acidente, até porque um dos temas que nós temos colocado como importante para a definição do relatório é o depoimento dos pilotos. Nós ainda estamos em tratativas com o Itamaraty sobre essa matéria. Mas eu queria inclusive, para esclarecer esse ponto — isso estava aqui na minha ordem de falas —, dizer a V.Exa., Deputado Fernando Gabeira, contrariando um pouco a sua afirmação anterior em relação ao que nós estamos investigando e ao que foi investigado pelo CENIPA, que são 2 investigações, na minha avaliação, completamente diferentes, e que as investigações realizadas pelo CENIPA corroboram para que esta CPI possa ter uma visão acerca do que foi o acidente. Mas eles investigam apenas com a intenção de identificar quais foram os problemas, quais foram os fatos que circundaram todo o acidente, sem a intenção de julgar, é claro, de apontar responsabilidades. Acho que esta CPI não pode furtar-se de apontar as responsabilidades em relação ao tema do acidente, até porque nós nos temos debruçado, em alguma medida, com força nas análises.

Podem ser inclusive, na minha avaliação, contraditórias as investigações que foram realizadas pela Polícia Federal e também pelo Ministério Público. Por que digo que podem ser contraditórias? Porque, no processo de oitivas que nós vivenciamos aqui, muitas questões que foram levantadas foram contraditórias. Elas apresentaram elementos novos que certamente nem a Polícia Federal nem o Ministério Público tiveram a preocupação de tratar.

Com isso, não estou querendo dizer que nós somos os melhores ou que estamos investigando mais ou menos do que a Polícia Federal ou do que a própria União. Nós estamos partindo do processo investigatório que eles realizaram e, com isso, produzindo outras informações, que serão, em alguma medida, importantes para a formação da convicção desta CPI sobre o que foi o acidente.

Então eu diria a V.Exa., Deputado Gabeira, que o fato de nós termos ido ontem ver o vídeo lá do CENIPA, muito mais do que comprovar aquilo que nós já estávamos aqui analisando ou reafirmar as convicções do CENIPA, serviu para



contribuir, para reafirmar as nossas convicções em relação a esse processo e ao trabalho que nós estamos realizando aqui.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Eu perguntei isso porque depois queria fazer uma sugestão específica...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Ainda falando sobre isso...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - ...ao relatório.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sim, ao relatório parcial. Na minha avaliação, se tem uma característica esta CPI, é a seriedade e a forma como ela tem procedido no processo investigatório. E quero levantar isso porque tive o cuidado de verificar quantos dias nós estamos trabalhando nesta CPI. Nós estamos chegando a apenas 40 dias, mais ou menos, de realização dos trabalhos desta CPI, com o grau de complexidade que ela tem.

E nós já vimos muita coisa aqui! Nós já fizemos várias oitivas, diligências, fomos olhar *in loco* situações como essa que nós produzimos no dia de ontem. E essa oitiva, essa diligência do dia de ontem, ela foi extremamente importante para que nós pudéssemos verificar *in loco* a situação vivida no Sistema de Controle do Tráfego Aéreo do País. Eu acho que ninguém teve essa oportunidade que nós tivemos ontem, de estar lá dentro do CINDACTA. Eu recebi hoje centenas de ligações de pessoas, dizendo: "*Vocês estiveram dentro do CINDACTA. Vocês viram como é? Como é a situação de fato lá? O que está acontecendo de fato?*" Então, nós estamos aqui há 40 dias.

Eu vejo que alguns Deputados já estão com aquela pressa: "*Já há um relatório? Quando nós vamos apresentar o relatório e começar a tomar posição sobre determinados temas?*" E nós temos comprovado aqui na CPI que o bom mingau a gente come pelas beiradas. Aquele que vai direto com a colher ao centro e leva-a à boca corre o risco de queimar a boca. Quero ser um Relator que não queime a boca com afirmações que possam ser desmentidas à frente. Portanto, a análise que estamos fazendo, a investigação que nós estamos realizando, o acúmulo que nós estamos produzindo aqui de informação será capaz de produzir um bom relatório sobre toda essa crise aérea que nós estamos vivendo no País e também sobre o acidente envolvendo o avião da Gol. Eu queria só ressaltar isso, porque, pela quantidade de temas que já abordamos aqui, a impressão que se tem é



que já estamos há muito tempo trabalhando. Estamos completando apenas 40 dias de CPI, com feriado no meio, “feriadões” que vieram no meio. Mesmo assim, já produzimos muito aqui durante esse período.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Essa foi uma oportunidade para dar uma explicação geral, mas a minha pergunta era apenas... Eu queria contribuir com uma sugestão para mudar o *software* em relação ao que aconteceu no acidente. O avião veio numa mão única, entrou numa mão dupla, e não havia nada, como existe na estrada, dizendo: “Atenção, mão dupla!” Eu só queria isso, que o *software* tivesse isso, que dissesse “mão dupla”, uma placa, só isso. (*Risos.*) E há fórmulas no *software* de se fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Cuidado! Perigo!

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Animal no céu!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos passar a palavra ao próximo inscrito, nobre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Eu gostaria de iniciar o caminho pelo lado mais difícil, embora quisesse o lado mais fácil. Dentro de uma compreensão que todos nós aqui estamos acumulando, ao longo de toda uma série de depoimentos e de informações, já é possível termos uma noção da complexidade que é o sistema aéreo, o tráfego aéreo, a estrutura aeroportuária brasileira, que não prescinde de soluções fáceis. São soluções de investimento, são soluções de organização e de gestão.

A pergunta que se coloca neste momento é se a situação funcional dos controladores, neste momento, na condição em que eles se encontram hoje — são sargentos, dentro de uma hierarquia militar —, se podemos resolver esse problema com mediação. Na falta de paradigma, tem que cumprir-se a lei. Há uma lei existente, existe uma ordem vigente, que tem que ser cumprida. Se alguém discorda do Governo, a forma de discordância dentro da democracia é votar e não votar na pessoa que é apresentada pelo Governo ou no próprio Governo. Os que querem democracia colocam eleições periódicas para haver renovação de Governo. A sociedade não pode ficar refém de uma divergência dentro de um órgão em que não pode haver divergência.



A situação que se encontra hoje na Aeronáutica é muito grave. Errou o Governo, ao tentar fazer mediação. O aparato militar tem uma disciplina. Errou o Governo, ao tentar fazer essa mediação. Isso acabou quebrando uma hierarquia. E há condição de haver sempre esse conflito. Ele é, ao mesmo tempo, estrutural e conjuntural. Podemos amanhã conversar com um lado e com outro, tentar conjuntamente resolver um problema, o que não vai ser atendido, porque não é um problema conjuntural, é de estrutura. Há uma divergência com relação aos controladores: se mantêm aquela posição como militarizada.

Qual é o nosso papel nesse contexto? Temos como dar resposta rápida a essa situação? Não. O que podemos fazer para contribuir? Acelerar o relatório, propor uma mudança constitucional, propor uma alteração através do processo legislativo, caso o Governo resista a essa posição. A interferência nossa nesse contexto agora só vai jogar para frente e acirrar ainda mais a quebra da hierarquia dentro da Aeronáutica.

O que podemos fazer, até para ser útil, para que a sociedade não pague por esse problema estrutural que têm as Forças Armadas, que um problema sério... A quebra de hierarquia é séria. Ela é a base das Forças Armadas. Se quebra a hierarquia, acaba a Força, não há razão de existir. Talvez até venhamos a questionar se hoje, no mundo moderno, existem Forças Armadas com esse modelo de organização, se não poderia haver outro modelo; mas é o que existe neste momento aqui. Então, para sermos úteis, o que podemos fazer — e entro pelo lado mais difícil — é tensionar aqueles que podem decidir, a fim de que tomem decisão.

Este papel da CPI, de fazer um trabalho de interlocução entre o Governo, os controladores e as Forças Armadas, neste momento, acho contraprodutivo, porque não resolve, fortalece uma posição de quebra de hierarquia. Isso vai levar para frente, até que haja um outro problema localizado, até que um sargento, um controlador, ao discordar de um oficial no comando, venha a gerar uma outra crise, porque começou a haver costume, a haver um hábito nessa quebra.

Não quero dizer, também, que eu concorde com que o sistema de controle do espaço aéreo deva ser militar. Acho até que o regime civil poderia torná-lo mais flexível e cabível a decisões mais rápidas. A decisão de dar uma gratificação, olhem a complexidade disso: é possível dar uma gratificação e atender à questão salarial



dos controladores sem desestruturar toda a cadeia de comando, de todas as Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, de funções similares a essa? É óbvio que não. Então, obviamente, se fosse um regime civil, seria mais fácil fazer o atendimento ao pleito salarial.

Crises o Brasil vai passar, já passou. Há crise de ônibus todo dia, há crise de trem, há crise de metrô, e nem por isso o Brasil quebra, o Brasil fecha. Talvez essa crise tenha dado uma dimensão maior porque atinge a classe média, que anda de avião. Hoje o trabalhador comum pega trem, pega ônibus, atrasa, e ninguém chora por isso aqui. Há crise de transporte em todas as cidades urbanas brasileiras. Agora, é o povão, que não reclama, que não tem organização, que não tem interlocução. Então, estamos dando uma dimensão ao problema, mas há problemas similares a esse em outros cantos do Brasil.

Então, Sr. Presidente, quero divergir dos meus pares. Ouvei atentamente todos os argumentos. Indago se a nossa presença, neste contexto, agora, para buscar uma mediação entre os sargentos e os oficiais, se isso seria útil para amenizar um problema que, ao mesmo tempo, é conjuntural e estrutural; se isso não apenas iria acirrar ainda mais a situação, porque é um setor estranho à hierarquia, que talvez não tenha toda a dimensão do problema; se isso ajudaria a gente.

Acho que a história nos ensina algumas coisas. A crise militar de 1964 começou com quebra de hierarquia, uma crise que foi bipolarizada e foi estimulada por setores que, naquele momento, queriam o golpe militar. Obviamente, o contexto democrático do País hoje é muito diferente. Essa hipótese de haver uma crise militar está afastada.

A minha preocupação é se a nossa interferência, neste momento, ajudaria o comando militar a resolver o problema. Estamos colocando uma cunha, colocando um anteparo. As soluções que a lei estabelece, que o manual coloca, o procedimento rotineiro que tem cada Força: venhamos a confiar nesse procedimento, ou seja, temos que deixar que a máquina, que a corporação tome as providências que a situação requer neste momento. A interferência externa não vai ajudar a resolver um problema que temos que resolver pela política, que é a nossa atuação aqui na CPI.





A proposição, a interlocução com o Governo para tentar convencê-lo de que o outro modelo de funcionamento do sistema aeroportuário é melhor do que este que está sendo adotado, acho que nossa contribuição será nesse sentido, e não tentar, neste momento, pontualmente, mediar um conflito que é de estrutura militar. Isso pode afetar e deteriorar ainda mais a já corroída relação existente entre os controladores e o comando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, nobre Deputado Eduardo Valverde.

Vamos ao próximo inscrito, nobre Deputado Vic Pires Franco.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Presidente, não preciso repetir e falar que não me sinto da Oposição, não me sinto Governo, longe de ser Governo. Hoje queremos que esta CPI resolva esse problema. Tenho que dar os parabéns a V.Exa. pela condução dos trabalhos, não posso deixar de fazê-lo. Sua condução tem sido exemplar, tirando alguns problemas pessoais de nunca me dar a palavra. (*Risos.*) Como condutor desta CPI, V.Exa. tem sido exemplar. O Relator também tem sido exemplar no seu trabalho, na condução, na imparcialidade.

Concordo com o Deputado Vanderlei Macris. Ontem eu fiquei muito abismado. Deixei para falar mais tarde porque eu estava na dúvida, Sr. Presidente, se realmente eu iria falar ou não, porque fico muito dividido nessas horas entre ser Deputado e ser jornalista. Como jornalista, gostaria muito de falar algumas coisas que eu vi ontem, que nós vimos ontem, que com certeza nos deixaram extremamente preocupados. Como Parlamentar, tenho que tentar fazer essa conciliação, essa interlocução. É importante que se faça isso.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu gostaria de ouvi-lo falando como jornalista.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu gostaria de falar como jornalista. Eu nunca deixei de ser jornalista, sou muito mais do que Deputado, apesar de alguns jornalistas acharem que não.

A gente não pode fazer milagre, milagre não podemos fazer. Eu acho que o Governo — e quando eu digo “Governo” não me refiro ao Governo por inteiro, mas a alguns membros importantes do Governo, Sr. Relator —, parece-me, está no mundo da lua. Eu acabei de ouvir uma entrevista do Ministro Guido Mantega, Ministro da



Fazenda. Para mim, S.Exa. só pode estar no mundo da lua, em outro mundo, porque diz claramente — e V.Exa. pode confirmar isso — que não há causa. Eu ouvi, ninguém me contou. Então, não aceito contestação, porque eu ouvi na rádio. S.Exa. disse que não existe, na opinião dele, caos aéreo nos aeroportos. Muito pelo contrário, o que S.Exa. vê é que, com a prosperidade econômica neste Governo, aumentou a demanda e que por isso os aeroportos estão tendo esse tipo de problema. É um maluco, maluco de internamento! Desculpe-me, já que V.Exa. quer que eu fale como jornalista.

Depois, a gente volta lá atrás e vê o Presidente da ANAC, o Dr. Milton Zuanazzi — não sei nem se falei certo o nome dele —, que chama os controladores de verdadeiros “Bin Ladens”, claramente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Quando foi isso?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Saiu no *Correio Braziliense*, na *Folha de S. Paulo*. Perguntei para ele aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Está certo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sim, mas na crise.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu estava com receio de ser...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ontem? Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) -... uma reincidência.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, não.

Depois, vem a Ministra Marta Suplicy — e acho que tem que se fazer no pinel uma ala para todos —, que é a Ministra do Turismo, e diz que os passageiros têm que relaxar. Eu não vou usar o segundo termo, nego-me a fazê-lo. Quer dizer, isso foi outra irresponsabilidade do Governo.

Por último, o Brigadeiro Presidente da INFRAERO vem aqui dizer que os controladores são verdadeiros boicotadores, que eles estavam boicotando a aviação. O Ministro da Defesa disse hoje que só daqui a um ano resolve. Meu Deus! Depois de 9 meses da crise, eu não sei mais em que país estou! De quarto, quinto, sexto, sétimo mundo? Não sei! Eu sou Oposição, mas eu não posso ser irresponsável, eu não serei irresponsável.



Quero voltar para a visita que nós fizemos ontem ao CINDACTA. Assistimos ao vídeo e depois fomos para algumas reuniões. Sinto-me no dever, Sr. Presidente — desculpe-me V.Exa. —, de relatar alguns fatos. Desmintam-me, por favor, se for mentira, mas não será.

A primeira reunião que tivemos lá foi com os técnicos. Nós ouvimos os técnicos, e a minha nobre Deputada Luciana Genro contestou a matéria da *Rede Globo*. Vou falar da primeira matéria, de anteontem — não vou falar da de ontem —, da matéria do jornalista Eraldo Pereira, em que ele, muito acertadamente, disse que o problema de anteontem teria sido a falta do foco, por assim dizer, eu não sei o termo técnico.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu vou chegar à que V.Exa. contestou.

A falta do foco nos monitores. Todos aqui viram que eu fiz uma pergunta para um dos técnicos: se ele tinha conhecimento dessa falta de foco.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Ministro Vic.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Antes de V.Exa. entrar nesta...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Como o tempo é indeterminado, eu vou deixar a V.Exa. o tempo que quiser.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu chamei V.Exa. de Ministro porque fiquei chocado com a afirmação e fui verificar aqui na Internet essa afirmação.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É mentira?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Não, V.Exa. tem completa razão. Eu quero dizer que concordo...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Então, nomeie-me Ministro da Fazenda logo, já que me chamou de Ministro. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Chamei pela precisão da informação. Que bom se os Ministros não fizessem esse tipo de comentário.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É melhor que fiquem calados.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sim, que fiquem calados, porque...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Porque só fazem atrapalhar.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - ... ao invés de ajudar, eles atrapalham o processo e criam uma visão, na sociedade, de descrédito do seu próprio trabalho, ao fazer este tipo de afirmação. Então, eu queria corroborar com V.Exa.: é um comentário desnecessário, descabido e fora de propósito, na minha avaliação...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** -... porque nós estivemos lá e temos exatamente a noção do que está acontecendo neste País, neste momento.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu agradeço a V.Exa. a confirmação e quero ainda, mais uma vez, parabenizar o Relator, que tem feito esse grande trabalho, imparcial. E olha que o Ministro é do partido dele!

Então, essa reunião com os técnicos, ela nos deixou bastante... Porque eu fiz uma pergunta clara sobre a história do foco. Lá, na hora, eles disseram que havia o problema do foco e que, realmente, na véspera... Na hora, ele disse que não sabia, vocês lembram. Na hora, ele disse que não sabia. Depois, contestado, ele disse que, realmente, havia o problema do foco.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Deterioração. Aqueles 3 que estavam sentados assim, bem na nossa frente, Deputada Luciana Genro, os técnicos. Mas aquele que estava em pé, um gordinho, ele disse que não tinha a informação. Depois ele foi lá para trás e, realmente, confirmou.

Depois, nós subimos e fomos até lá, onde ficam os controladores. A Comissão toda foi, junto com o Presidente e com o Relator, assistir a uma demonstração. Eu fiquei calado, no meu canto, atrás de um console que estava sendo comandado por uma controladora militar de vôo — acho que sim, militar. Fiquei olhando ali como é que funcionava. Ela estava controlando o vôo da Alitalia, com um inglês fluente, diga-se de passagem, controlando o vôo da TAM, controlando vários vôos. De repente, ela usou este termo, que estava com a imagem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Falta de nitidez.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Falta de nitidez. E eu, de óculos — eu mudei o meu grau há menos de 30 dias —, disse: "*Onde, onde é que está essa falta de nitidez?*" Na verdade, pensei, porque eu não queria atrapalhá-la, porque nós



somos os culpados de tudo neste mundo. Não queria nem que ela soubesse que eu estava ali atrás. Pensei: *"Onde é que está?"* Ela repetiu para o companheiro, falou: *"Poços de Caldas"*. Eu chamei um major que estava perto e disse: *"Major, ela está tendo dificuldade, há falta de nitidez"*. Então chamaram um supervisor, que veio até onde eu estava. Ele olhou e disse assim: *"Realmente, ali, naquela área, está com falta de nitidez"*. Eu pirei. Em pé, eu disse assim: *"Daqui eu não vejo, mas eu vou, então, ficar de cócoras, vou abaixar-me, para ficar na direção dos olhos da controladora"*.

Estou-me alongando, Sr. Presidente? V.Exa. já vai me cortar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - De maneira nenhuma, isso é fundamental.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Permita-me um aparte depois, Deputado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu fiquei olhando e vi que estava perfeito o foco. Ela me deu uma resposta, e até o major estranhou a resposta que ela deu. Ela disse: *"Para o senhor pode está no foco, mas para mim não está, que é o que interessa"*. Mas, tudo bem, é uma resposta correta.

Mas então, o que eu fiz? Fui chamar os colegas, porque depois poderiam dizer que eu era o louco único ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Chamou a mim.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Chamei o Presidente, que na beira dos seus 70 anos — desculpe-me, 60 anos —, sem óculos... (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - E sou um senhor...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Bem feito, Presidente, V.Exa. me chamou de velho outro dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sou um senhor de 57 anos, e não uso óculos. Por isso, tenho uma vista não perfeita. E para mim estava perfeitamente normal, perfeitamente dentro do foco.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Perfeito. Não satisfeito, eu chamei o Relator.



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E este Deputado que V.Exa. chamou, que está com seu óculos atrasado no mínimo uns 6 meses, também enxergou perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E outros, outros daqui da Comissão, da Oposição, diga-se de passagem, nós não vimos nenhum tipo de problema. Naquele momento, nós não vimos. Depois, no outro, viram um traço, alguma coisa, mas eu não vi.

Depois, nós descemos e nos reunimos com os controladores de vôo. Na reunião dos técnicos, o Presidente fez uma pergunta muito dura, mas muito direta: *“Eu quero saber de vocês aqui qual é o problema? Qual é o problema e o que está causando esse apagão aéreo?”* E um dos técnicos, também muito direto, disse: *“O senhor quer saber o problema? Eu vou dizer qual é o problema: é o problema salarial.”*

Estou mentindo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Aí eu completei: *“Quer dizer que, se melhorar o salário, a nitidez fica perfeita?”*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Mas esse é o problema de todos os brasileiros, não só dos controladores.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu concordo plenamente, há um problema salarial. Eu concordo plenamente, quando a gente vê que existem controladores que também têm que estudar para completar um curso melhor, para poder ganhar um salário melhor, como também existem controladores que têm que fazer, às vezes, trabalhos extras, motoristas de táxis. Há controladores que são motoristas de táxi também, ou seja, durante o dia ele trabalha como controlador ou taxista; durante a noite, o contrário. Então, já fica uma situação muito complicada.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Permita-me só fazer um adendo: há também problemas técnicos. Eu pude sentir isso num outro console...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Deputado Vic Pires Franco, permita-me um aparte depois.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** -... que fui visitar com a engenheira chefe lá do CINDACTA. Num dos consoles, mostraram-me uma aeronave com um



número — era 378, se não me falha a memória. Quando me mostraram o console que estava desativado — foi exatamente no momento em que começou a crise ontem de paralisação das aeronaves, de espaçamento de aeronaves —, pude ver que havia o número 3 muito parecido com o número 8. Então chamei a engenheira chefe. Quando ela me mostrou aquilo, ela falou: *“Olha, realmente está com problemas aqui”*. Então ela falou: *“Mas é possível você fazer mudanças aqui, etc., para melhorar o foco da informação”*. No dia anterior àquele problema que aconteceu, os técnicos também mostraram que havia problemas nos consoles, tanto que trocaram os consoles.

Então, é importante que se diga que também houve problemas técnicos. Está havendo problema técnico para que os controladores conduzam o seu trabalho.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas em nenhum momento estou dizendo que não há nenhum tipo de problema. Eu estou apenas dizendo aquilo que eu vi. Eu não posso chegar aqui e dizer aquilo que eu não vi. Eu não posso chegar...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Mas é preciso deixar claro que isso não é impedimento para o funcionamento do sistema adequadamente.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Permite-me um aparte?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Vou permitir com certeza, e com a maior honra, porque é quem mais entende.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos deixar a palavra com o Deputado Vic Pires Franco.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Esse tipo de julgamento não ajuda a CPI a cumprir esse papel de mediadora que o Deputado Vanderlei Macris quer que nós cumpramos. Se nós começarmos a dizer que os controladores estão agindo de forma errada, nós não vamos ter condições de mediar nada, porque nós vamos estar tomando partido.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Nós não podemos dizer aqui, Deputada Luciana Genro, que as milhares de pessoas que estão nos aeroportos estão lá porque existem problemas de equipamentos, se nós não vimos lá problema de equipamento que justificasse isso.



**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Não estou pedindo a V.Exa. que diga nada.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Deputado Marco Maia, permita-me V.Exa., mas a avaliação não deve ser de Deputado.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Deixe-me concluir minha questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Essa não é avaliação de Deputado

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Eu não estou pedindo que V.Exa. diga o que não pensa, mas estou pedindo que diga que a CPI quer buscar a solução, e não julgar qual dos lados está certo ou errado, porque, se nós julgarmos qual lado, nós não poderemos mediar.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu não estou julgando qual lado está errado ou está certo.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Está julgando, está julgando.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Não, não, estou fazendo aqui uma afirmação de que a situação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos restabelecer a palavra ao nobre Deputado Vic Pires Franco.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** -... vivenciada nos aeroportos no momento não tem justificativa. É uma constatação. Eu não estou falando aqui da justeza das reivindicações.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - É um julgamento subjetivo. E eu não concordo com a sua posição.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nós estávamos tão tranquilos e serenos. Por favor, Deputado Marco Maia e Deputada Luciana Genro, vamos restabelecer a palavra ao nobre Deputado Vic Pires Franco.

Deputado Vic Pires Franco, por favor.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Deputado Vic Pires Franco, estou aguardando a concessão do aparte.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu peço até desculpas, porque eu nunca imaginei que dois ex-companheiros pudessem digladiar-se tanto aqui. Mas eu





respeito os dois, respeito a posição de cada um, e continuarei respeitando. Mas eu não estou fazendo julgamento, até porque não sou juiz.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - PFL não, Democratas.

Eu estou apenas relatando o que eu vi.

Ao Deputado Miguel, que para mim é o maior entendedor desse assunto, faço questão de dar um aparte, com muita honra.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Quero agradecer e fazer só um aparte, no seguinte sentido: quando a gente faz o curso de controlador de vôo, a primeira coisa que a gente aprende, e que é ensinada, e em que nós somos treinados, é califasia, para que uma palavra pronunciada seja claramente entendida do outro lado. Evitamos palavras com dubiedade de interpretação.

Segundo, quando nós falamos uma letra, usamos o alfabeto fonético, não se fala “b”, porque o “b” pode ser entendido por “d”, pode ser entendido por “c”, quando você fala na fonia.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Fala “bravo”.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Isso significa dizer que há detalhes que, para um leigo, não têm a menor importância, mas no tráfego aéreo pode provocar um acidente. Então, quando eu falo “bravo”, “charlie”, “delta”, faz-se isso para que haja uma compreensão mais clara do outro lado. O que o Deputado Vanderlei Macris disse aqui... Para um leigo olhando ali — e nós ficamos 10, 15, 20 minutos apenas —, isso pode não ser importante, mas para aquele operador, que tem que ficar ali durante todo o seu turno de trabalho — e ele sempre vai ter dúvida, por exemplo, se aquilo é 3 ou se aquilo é 8, e ser 3 ou ser 8 significa muito na aviação —, é uma informação, isso é lógico.

Então, eu pediria o seguinte: que nenhuma dessas avaliações fosse feita por nenhum Deputado. Nem eu, que sou controlador de vôo, que trabalhei no tempo, posso fazer uma avaliação se aquele equipamento está em condições de trabalhar ou não, porque eu não estou vivendo aquela realidade. Qualquer julgamento que qualquer leigo faça sobre aquele assunto é um julgamento absolutamente incerto, inseguro, e não deve ser feito.



Segundo, quando alguém faz uma avaliação dizendo que isso é por causa salarial, não foi um controlador que disse isso; foi um técnico que disse a respeito de outro profissional, que é o controlador de vôo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Deputado Miguel Martini, eu fiz questão de dizer que foi um técnico, na nossa reunião com os técnicos.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu sei, é isso o que eu estou dizendo. Os atritos que existem entre controlador, técnico, comando, etc., não resolve o problema trazê-los a público agora. O que ajuda, neste momento, é nós serenarmos os ânimos daqueles que estão lá, não fazermos aqui nenhum prejulgamento e nenhuma avaliação precipitada, porque ela é indevida.

E nós ouvimos — o Deputado Vic Pires Franco disse isso, e eu ouvi também — os 3 técnicos responsáveis dizendo: *“Realmente houve problemas nos 3 ‘scopes’”*. Nós ouvimos isso. Agora, o nível de risco e de problema ou não, isso não cabe a nós avaliar.

O que V.Exa. disse eu entendi perfeitamente: era um leigo, atrás de um *scope* radar, tendo uma visão leiga sobre o assunto.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas tudo o que eu vi ali eu enxerguei.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu sei, mas V.Exa. estava atrás de um *scope* radar que a controladora estava utilizando e estava operando, apesar de ela reconhecer que havia uma certa deficiência, na visão técnica dela. Ela não eliminou aquele *scope*. Ela estava trabalhando. Por isso, V.Exa. ficou atrás dela. Então, mesmo que ela considerasse que ali estava fora de foco, ela estava trabalhando.

O que nós precisamos, neste momento, é um pouco jogar essa água na fervura. E a fervura só vai poder diminuir na medida em que cada um comece a respeitar a instância de cada um. Nós, Parlamentares, temos a nossa avaliação política, mas, se houver um assunto técnico aqui sobre psiquiatria, é claro que o nosso Presidente estará abalizado para dizer o que é ou não é. Contudo, a mim não cabe dizer sobre psiquiatria. Ao sapateiro, não ir além do sapato. Ouvimos isso aqui na Comissão.



Quero somente chamar atenção para isso, porque começamos a fazer prejulgamentos, uma avaliação leiga, que não é mais do que uma avaliação pessoal. Ela não encontra necessariamente um eco na avaliação profissional.

Eu quis pontuar essa questão, Deputado Vic Pires Franco. V.Exa. estava atrás de uma controladora que estava operando com aquele equipamento, apesar de ela ter observado que estava fora de foco, na visão profissional dela. Ela não deixou de operar por causa disso.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Era isso que eu queria dizer.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Deputado Vanderlei Macris, se S.Exa. permitisse.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É claro que permito.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Deputado Vanderlei Macris, são, aliás, 2 questionamentos. O 3 — o que V.Exa. disse que parecia ser 3, e não 8 — era um 3 que identificava “três, oito, zero” ou era...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Exatamente, eram 3 números, para identificar a altura.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sim, mas o 3 estava na frente...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Na frente, primeiro número.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Se ele fosse 8, seria 880, por exemplo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não sei, talvez mudasse a altitude.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Estou perguntando: é possível andar numa altitude de 880, por exemplo, uma aeronave comercial?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não sei, isso é técnico. Mesmo respondendo sob juramento aqui, quero dizer que sou leigo no assunto. Foi o que a engenheira me informou naquele momento.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Por mais leigo que sejamos, por mais que não tenhamos as informações, por menos informação tenhamos, existem fatos que saltam aos olhos e que nós temos compreensão sobre eles.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Deputado Marco Maia, quando ela trouxe essa informação numérica lá — acho que era uma etiqueta de uma aeronave —, ela trouxe uma situação...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, pergunto se tenho tempo de ir à toailete e voltar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Gostaria de restabelecer a palavra ao nobre Deputado Vic Pires Franco.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Quando ele trouxe para uma situação de visibilidade melhor, é evidente que ficou diferenciada, que ficou muito mais clara a etiqueta que foi levantada.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Quero dizer que, se há uma situação que é “três, oito, zero” e aparece “oito, oito, zero”, mas que seria impossível uma aeronave andar a “oito, oito, zero”, eu diria: “*Não, aquilo ali é um 3*”, porque há situações que não são...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - É porque foi 3, mas e se fosse 2 ou 1?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Estou falando desse caso específico.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu queria dizer apenas que havia dificuldade de visualização.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Agora, eu posso atrasar todos os aeroportos, porque eu olho aquele 3 e acho que pode ser um 8, e isso pode trazer problema. Então, eu atraso todos os aeroportos do País.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - V.Exa. está simplificando demais, Sr. Relator. Não é assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Quero restabelecer a palavra ao nobre Deputado Vic Pires Franco, por favor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Após a fala do Deputado Vic Pires Franco, quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Eu também, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu disse no início que eu estava em dúvida se eu deveria falar ou não, mas continuando, Sr. Presidente, quero dizer que, depois dessa reunião com os técnicos, nós subimos e depois nós voltamos



para uma reunião com os controladores de vôo. Essa reunião com os controladores de vôo, confesso a V.Exa., foi uma reunião que me assustou bastante, porque ali realmente vi que a situação estava tensa e que não havia mais a confiança dos controlados de vôo nos seus comandantes, não havia mais a hierarquia dentro da Aeronáutica. E a coisa ficou muito complicada, porque ali eu vi que nós não poderíamos fazer absolutamente nada, a não ser se nós pudéssemos fazer aquilo que foi uma grande idéia do Deputado Vanderlei Macris: tentar fazer uma interlocução junto ao Governo, para tentar obter essa solução, que acho muito difícil.

Apesar disso, na minha opinião, essa crise poderia ter terminado lá atrás, se o nosso Presidente não tivesse dado uma contra-ordem ao Ministro da Aeronáutica, para que o Ministro da Aeronáutica fizesse aquilo que fosse necessário, dentro da hierarquia da Força Aérea. Essa é uma opinião que tenho. Eu não sou juiz, não quero fazer prejulgamento. Quero deixar muito claro que temos que resolver o problema, porque não pode um controlador de vôo precisar ser motorista de táxi para completar o seu orçamento. É importantíssimo isso, Deputada Luciana Genro, não tenho dúvida nenhuma. Tem que ser feita alguma coisa, mas acho que tem que se restabelecer, em primeiro lugar, a hierarquia dentro da Aeronáutica.

Depois tivemos uma última reunião que, para mim, foi a mais assustadora de todas.

Quero deixar registrado também, Deputado Vanderlei Macris, que durante a reunião com os controladores de vôo... Não, depois, já com os oficiais. Foi-nos informado que caiu uma... não sei os termos técnicos.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Um canal.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Um canal da EMBRATEL. Isso estaria ocasionando uma série de problemas. Também não posso deixar de registrar isso. Não foi isso, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Que os aviões ficariam no pátio, não decolariam.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Que os aviões não decolariam por conta disso.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Havia uma canal...



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E a engenheira lá nos informou que havia um outro canal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Mais dois canais.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sim, mas não senti muita segurança nela, Presidente, quero dizer isso.

E também lembrei-me, Deputado, de que eles falaram de outro canal, o TELESAT. Quem é técnico aqui pode dizer. Também tinha caído esse sistema. A EMBRATEL é uma empresa privada. Caiu, mas tinha uma outra coisa.

Mas, quanto à última reunião, realmente eu saí de lá muito desiludido, muito preocupado. Foi com os oficiais. O Coronel Raulino, que é... Ajudem-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Chefe do CINDACTA 1.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sim, chefe do CINDACTA 1. Ele estava num estado de desespero, que me preocupou como Parlamentar e como cidadão brasileiro. Ele não tinha condições físicas — V.Exa., que é psiquiatra, pode desmentir-me — e psicológicas de...

*(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu estou com a palavra. Depois vocês podem...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu quero fazer uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - S.Exa. vai terminar a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu gosto muito do Deputado Vic Pires Franco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. vai pedir uma questão de ordem depois que S.Exa. terminar.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Deputado Ivan Valente, eu tenho um respeito imenso por V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu também, até porque V.Exa. nos presenteia sempre com bombons de cupuaçu, mas já se passou meia hora.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Vou acabar. Estou apenas passando para a opinião pública... Vou encerrar.



Só acho — e o Presidente me corrija — que ele não tinha condições psicológicas de comandar aquilo que ele estava comandando. Daí surgiu a proposta do Deputado Vanderlei Macris, porque ele literalmente colocou a mão na cabeça e ficou assim. Eu pensei: *“Meu Deus do céu! Um comandante fazer um negócio desses! Ele perdeu o comando, perdeu tudo”*. Imagino os passageiros! Daí surgiu essa proposta.

Mas nós não vamos poder fazer milagres. Se o Governo não ajudar nessa interlocução, se os controladores também não tiverem uma posição que também nos dê a possibilidade de fazer essa interlocução, nós não vamos poder fazer nada. E essa crise vai aumentar. Continuo achando isso, e foi isso que aconteceu. Desmintam-me aqueles que acharem que eu falei alguma inverdade, a não ser o juízo do Presidente sobre o problema psicológico do nosso comandante Raulino, que estava desesperado ontem.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires Franco, ao contrário, tudo que V.Exa. disse aqui foi visto por todos. V.Exa. fez um relato verdadeiro dos fatos que ocorreram, com absoluta precisão jornalística, como é peculiar a V.Exa.

Vamos conceder a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Ivan Valente. Em seguida, passaremos a palavra ao nosso Relator.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, seria bom estabelecer tempo, senão ficará difícil.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - E que o Presidente informasse a que horas pretende terminar a sessão. Há mais um assunto que eu gostaria de apresentar.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu falei muito? V.Exa. pode dizer-me por quantos minutos eu falei?

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Sr. Presidente, vamos apreciar propostas concretas, sobre as quais vamos decidir hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vou passar a palavra ao Deputado Ivan Valente, para formular sua questão de ordem.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Minha questão de ordem é a seguinte: nós já estamos aqui em reunião há 2 horas. Eu acho que há propostas de encaminhamento na mesa. Precisamos ser objetivos, precisamos tirar um encaminhamento, inclusive porque daqui a pouco as pessoas vão esvaziar a reunião e não tiraremos o encaminhamento necessário da reunião.

Só falta o Relator para falar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Há propostas na mesa.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Eu apresentei propostas por escrito, Sr. Presidente, que eu gostaria fossem apreciadas pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida, Deputada.

Faltam falar os Deputados Marco Maia, Dr. Ubiali, Miguel Martini, Eduardo Cunha e Rocha Loures, que se reinscreveu.

Com a palavra o nobre Deputado Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então estabeleça um tempo, Presidente.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Minha questão de ordem era justamente essa, Sr. Presidente, para que nós passarmos à discussão de propostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, o Deputado Ivan Valente levantou uma questão de ordem para...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Para a gente fazer o encaminhamento de propostas já.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, as pessoas que estão inscritas aqui... A não ser que abram mão da inscrição. Eu tenho outra maneira de proceder?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, não. Então, V.Exa. estabeleça um tempo básico... Quando o Deputado Gabeira começou a falar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos pedir aos próximos oradores que sejam sucintos.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Mas eu quero dizer que acho que o debate está bom. Todos falaram aqui livremente. Por que nós vamos limitar agora?





**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Relator, é que reunião política sem conclusão não é uma boa reunião.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Mas esta terá conclusão, com certeza.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, questão de ordem.

Eu acho que o encaminhamento do Deputado Ivan Valente está na lógica de produzir um resultado. Já são 15h50min e alguns colegas vão viajar. Então, eu acho que se todos resolverem tirar...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Se nós tivéssemos...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Nós poderíamos, se fosse o caso, retirar a inscrição e deixá-la para depois. Nós faríamos uma discussão do encaminhamento que vai ser dado, concedendo o tempo de 3 minutos para cada, se houver necessidade de encaminhamento, mas já na busca de uma alternativa, de uma solução. Caso contrário, vamos desperdiçar esta reunião.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o assunto é tão sério, é tão grave o que está acontecendo nos aeroportos que eu tenho todo o tempo do mundo para ficar aqui para discutir, debater — viajo amanhã, no sábado, no domingo —, para tratar desse tema, por sua importância. Eu não queria apressar as discussões.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Mas nós não estamos apressando. Se me permite, nós estamos apenas querendo ordenar os trabalhos, para um melhor resultado.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu já fiquei sexta-feira e segunda-feira sozinho nesta CPI para tratar de temas importantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Senhores, por favor. Vamos deixar... Um dos motivos...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ficamos aqui dependendo de encaminhamento.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Mas então temos que...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Por isso é que temos que encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Um dos motivos pelos quais nós estamos demorando na nossa reunião é a interferência. Quando um orador está com a palavra, logo outro faz o aparte, e outro faz o aparte do aparte, e



daí a demora. Portanto, vamos restabelecer já a palavra ao nobre Deputado Marco Maia para fazer a sua exposição.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu serei rápido, Sr. Presidente. Primeiro, quero reafirmar o que tenho dito desde ontem, quando estive no CINDACTA: nós temos uma tarefa. Concordo com as afirmações dos companheiros Deputadas e Deputados de que esta CPI adquiriu, nos últimos 40 dias, credibilidade, pela firmeza, pela forma como tratou todos os temas, para intermediar um processo de negociação para a resolução do conflito que neste momento está estabelecido, principalmente, na minha avaliação, no CINDACTA I, mas que diz respeito a todos os controladores de vôo e ao Comando da Aeronáutica. Parece-me que esta CPI tem a responsabilidade e tem condições políticas, condições objetivas de intermediar essa negociação.

Segundo: parece-me muito claro que o que estamos vivendo neste momento específico, que assistimos na terça-feira, na quarta-feira e estamos assistindo hoje, quinta-feira, não é uma questão relacionada a uma crise do setor aéreo em função da infra-estrutura aeroportuária, em função dos temas relacionados aos equipamentos da Aeronáutica, por aquilo a que nós assistimos ontem lá dentro do CINDACTA. Aliás, nós não fomos ao CINDACTA ontem para produzir o conjunto de reuniões que nós produzimos. Não era essa a nossa intenção. Nós íamos lá para observar os equipamentos, para identificar possíveis falhas, para saber do funcionamento efetivo desses equipamentos, e acabamos sendo surpreendidos por todo esse caos, que nos levou a nos reunir com técnicos, com controladores, com oficiais, com os comandantes e a olhar *in loco* aquilo que estava acontecendo dentro do CINDACTA, do centro de controle operacional. Então, eu acho, Sr. Presidente, que a tarefa que nos cabe neste momento é a tarefa de minimizar essa crise que está assolando os aeroportos brasileiros e que tem um impacto enorme sobre os usuários do sistema de transporte aéreo brasileiro, que, neste momento, na minha avaliação, vive um conflito entre os controladores de vôo e o Comando da Aeronáutica. Eu não estou aqui fazendo juízo de valor sobre os equipamentos, se os equipamentos são bons ou não são bons, se os equipamentos funcionam ou não funcionam. Mas, por aquilo que eu enxerguei lá ontem, por aquilo que estes olhos enxergaram, não existe motivo para que estejamos enfrentando esse



seqüenciamento de atrasos de vôos que estão acarretando tantos problemas nos aeroportos.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Relator, permita-me só um aparte de 5 segundos — eu já fico até preocupado.

Mas V.Exa. precisa levar para o Governo, como membro do PT, a sugestão de que o Governo pare de falar besteira — ou alguns Ministros. Porque senão não vai adiantar essa nossa interlocução. Isso é muito importante.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Vamos tocar a parte legislativa do problema...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos deixar o Relator fazer sua exposição, porque se ficar... Essas interferências é que terminam atrasando mais ainda.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu não estou aqui, de forma alguma, entrando no mérito. Eu sou defensor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Já quebra o raciocínio e ele vai começar o raciocínio de novo.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu acho que as reivindicações dos controladores de vôo são legítimas, são reais. As questões salariais, o tema da militarização ou desmilitarização, os problemas que eles têm no relacionamento, nas suas condições de trabalho, são reivindicações legítimas. São legais essas reivindicações. Agora, eu posso ter uma compreensão de que não é possível que aconteça essa crise toda, que promove esses atrasos todos nos aeroportos em função dessa situação. Nós temos que ter um regramento para isso. Nós precisamos fazer um acordo para isso. Até porque as principais questões que estão colocadas e sendo investigadas por esta CPI não se resolverão no médio e longo prazos. Até o tema da desmilitarização, se for esta entendida como a melhor opção a ser implementada, não acontecerá de forma automática, e também não há uma garantia aos controladores de que eles serão os contratados para exercerem as tarefas num sistema desmilitarizado, porque nesse caso até a legislação terá que ser mudada. Mas eu não estou querendo fazer juízo de valor a respeito dessa situação ou dessas questões. É que nós temos uma situação concreta, que enxergamos no dia de ontem, relacionada à quebra de hierarquia: esse problema de



relacionamento entre os controladores de voo e as autoridades da Aeronáutica. Parece-me, Sr. Presidente, que nossa tarefa é a de tentar ajudar na resolução desse problema para que se possa, no médio e longo prazos, solucionar os outros problemas que têm impacto na crise do sistema de controle aéreo brasileiro. Para isso, eu queria fazer uma outra consideração preliminar, antes de fazer uma proposta de encaminhamento a esta CPI.

Dois bicudos não se beijam. Portanto, não adianta nada esta CPI tentar intermediar uma solução harmoniosa para o conflito se não houver interesse das partes em que isso efetivamente aconteça. Não adianta nós quisermos fazer uma intermediação se não houver interesse, se não houver predisposição, se não houver vontade política, técnica de que isso efetivamente aconteça. Então, eu acho que a nossa primeira tarefa, partindo desse pressuposto, é perguntar se existe interesse das partes em construir um processo de entendimento para o curto prazo nessa questão, que pode ser avalizado por esta Casa, pode ser avalizado por este Parlamento.

A partir daí, a minha proposta de encaminhamento é de que a gente realize o mais rápido possível uma audiência com o Ministro da Defesa, num primeiro momento, que pode ser imediatamente estendida ao Comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro Juniti Saito, para que a gente faça uma primeira consulta sobre essa questão e, ao mesmo tempo, que a gente faça uma reunião com as lideranças dos controladores. Porque um outro problema identificado, na minha percepção, no dia de ontem, é a falta de uma liderança, de uma coordenação que possa representar, falar em nome dos controladores, com condições de tomar posições em relação a esse processo, porque também não adianta o processo ter negociação se não houver os interlocutores que tenham condições de falar e de deliberar acerca das questões com respaldo, com condições efetivas de assinar, inclusive, acordos que possam ser formulados ou firmados no curso de um processo de conversas como esse que nós estamos propondo.

Então, o segundo passo seria nós estabelecermos um processo de conversa com os controladores ou com as suas possíveis lideranças no qual nós poderíamos, aí sim, dizer: "Olha, tem espaço para que se possa estabelecer esta questão". Tudo isso com o cuidado de não ferir as questões relacionadas à hierarquia, que estão,



em alguma medida, colocadas também nesse processo. O comportamento que é adotado nesse processo pode levar a uma crise maior. Portanto, precisamos ter cuidado para que isso não aconteça, porque pode piorar a situação, em vez de ajudar, de contribuir para a solução do conflito.

Então, eu queria fazer aqui essas premissas, Sr. Presidente, encaminhar essa proposta de que a primeira iniciativa a tomarmos fosse a de procurar o Ministro da Defesa e nos colocarmos à sua disposição para tentar buscar uma aproximação que permita produzir uma solução, no curto prazo, para essa situação que vivemos neste momento, mas que vai significar, é claro, que todas as partes queiram efetivamente fazer o acordo, porque não existe acordo quando só um o aceita. É preciso que todos tenham a disposição de, num curto espaço de tempo, formular, formatar uma proposta que possa dar perspectiva para a solução desse problema para o futuro.

Era isso o que eu queria propor aqui, com a tranqüilidade de quem quer mais contribuir do que atrapalhar o processo de construção desse acordo, dessa negociação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, nobre Dr. Ubiali, pedindo, em nome de todos, a brevidade possível.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas, na condição de cirurgião, vou ser muito rápido, direto. Esta Comissão, esta CPI tem realmente, como foi dito por alguns colegas aqui, uma única e exclusiva vinculação, que é com os passageiros, com os usuários. Controlador, Força Aérea, Governo, não são uma preocupação que tem que ser prioritária para nós. E de forma contumaz, sistemática, há algum tempo os passageiros vêm sendo prejudicados.

Começou com o acidente envolvendo o avião da Gol. Já havia o problema, o acidente foi transformado e buscou-se preservar de culpabilidade e transformou-se o caso numa questão salarial que foi colocada a limpo, ontem, na reunião do CINDACTA, como foi relatado — eu não estive lá — aqui pelo Relator e pelo Presidente. Portanto, trata-se de uma reivindicação salarial, em primeira instância; em segunda instância, de problemas do setor do tráfego aéreo, que, de fato, podem existir, mas não são o fator principal.

O problema maior dessa questão salarial é a quebra de hierarquia do sistema militar. Eu concordo com o nosso Relator quando diz que uma negociação, para ser



iniciada, precisa ser aceita pelas partes envolvidas. Ambas as partes têm o que negociar. Só quem não tem o que negociar é o usuário. Esse não tem nada, não tem voz, a não ser a nossa voz.

Nesse sentido, Sr. Presidente, faço proposição semelhante à do Relator, mas eu acho que não toda a CPI, porque é muita gente. A gente deveria nomear uma comissão de negociação para ir às 2 partes buscar essa interlocução, sempre entendendo que a quebra da hierarquia militar sempre piora o problema. E a gente tem que saber do acordo que vai ser construído para que essa quebra não exista. Existem formas de não se quebrar essa hierarquia e fazer um acordo para que todo mundo saia razoavelmente bem dessa crise. Colocar isso na forma de uma desmilitarização rápida, eu acho que, de fato, vai ser colocar o problema nas mãos de pessoas que não souberam lidar com ele, com a primeira crise, com a primeira oportunidade; é uma solução que me parece temerária, porque nada nos garante que, daqui a algum tempo, se o salário de 3, 4, 5 mil não for suficiente, na concepção dessas pessoas, nova greve seja feita. Preocupa-me muito esse tipo de coisa. Eu não sou a favor nem de “A”, nem de “B”, nem de “C”, a não ser do povo, que está sendo prejudicado no seu transporte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, nobre Deputado Miguel Martini.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, vou ser breve para que nós tenhamos um encaminhamento, para que seja decidido sobre os encaminhamentos que já devem estar na Mesa. Mas eu queria dizer que todos, todos — controladores, Aeronáutica, comandantes e comandados, CPI, técnicos —, todos estão querendo resolver esse problema. Não conheço nenhum dos atores envolvidos que não queira resolver os problemas existentes no sistema de tráfego aéreo. A dificuldade existe porque há interesses conflitantes, e, quando muita gente começa a opinar sobre o assunto, a opinião diversificada acaba piorando a situação, em vez de ajudar.

O que está havendo com os controladores de vôo é que, de certo modo, eles precisaram começar a se proteger, se defender, porque foram acusados até de crime doloso. Na CPI do Senado, o Relator já apontou culpados. Em razão dessa



ameaça pairando sobre suas cabeças, eles tiveram que se proteger. E se proteger significa ter documentos que os respaldem e, ao mesmo tempo, mais segurança nas suas operações. Então não é, como pode parecer para uns e outros, apenas má vontade; não, na medida em que eles têm que responder pelos atos que estão praticando, exigem que os equipamentos estejam em condições para prestar o serviço e se proteger, porque depois ninguém vai perguntar se o equipamento estava ruim, vai perguntar por que eles aceitaram operar com o equipamento se ele não tinha condições adequadas de trabalho. Então, o que está acontecendo é isso.

Então, o que, neste momento, eu percebo que é possível? Mas aí — desculpem-me — tem que ser longe das câmeras de televisão, ouvindo uma parte, ouvindo a outra, com serenidade, tentando distender as tensões, restaurar a confiança mútua que sempre existiu. Com o medo que cada um está, não se vai resolver facilmente o problema.

Então, o meu encaminhamento, Sr. Presidente, é no sentido de que V.Exa., dono de uma moderação exemplar, de uma imparcialidade própria da presidência mas característica de V.Exa., na condição de Presidente desta CPI, procurasse tanto uma parte quanto a outra e identificasse entre essas partes quem eles consideram melhor para intermediar esse conflito. Não adianta a CPI dizer que é “A”, “B” ou “C”, se esse “A”, “B” ou “C” não é bem aceito por uma parte ou por outra parte. A intermediação supõe que as partes envolvidas confiem, acreditem que esse interlocutor ou intermediador possa gozar de confiança das 2 partes. Então, se é para distender, é preciso fazer isso. E isso não se faz nos holofotes. Isso tem de ser feito fora dos holofotes, porque quando uma opinião é emitida publicamente gera avaliações, gera conseqüências.

Então, esse é o encaminhamento. Se nós não distendermos esse momento, nós não seremos capazes de enxergar as melhores soluções. Todos perderemos. Na medida em que serenam-se os ânimos — aí V.Exa. é especialista no assunto, e o outro neurocirurgião aqui também pode dizer. Aqui falo como leigo, mas quando estamos tensos, não somos capazes de enxergar e ter uma boa racionalidade.

Nesse sentido é que peço a V.Exa. que faça essa intermediação. A Comissão, acho, confiaria no papel de V.Exa. E de minha parte V.Exa. tem essa confiança. Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Vamos ao próximo inscrito, o nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero lamentar que não pude estar presente ontem a esta importante visita, ainda mais tendo sido eu o autor do requerimento, porque fui guindado pelo meu partido a participar da discussão do substitutivo da emenda da reforma política. Estou envolvido desde ontem nisso e não tive condições. Como havia perspectiva de votar ontem, não pude ir. E estava agora a manhã toda discutindo os detalhes, na tentativa de acordo. Então, peço desculpas. E obviamente não pude sentir o clima que os nossos companheiros que lá estiveram sentiram. Só posso me aperceber da discussão que se está travando aqui. E quanto a esta discussão, estou com uma opinião um pouco divergente, talvez até em função da minha ausência e da minha ignorância de alguns fatos. Peço que os meus companheiros me compreendam se não concordarem com a minha opinião. Eu acho que todos nós temos opiniões, algumas convergentes, outras divergentes sobre as causas e possíveis culpas de participantes desse processo. Uns acham que os controladores são vítimas, outros acham que os controladores podem estar fazendo algo para pressionar, outros acham que o Governo poderia estar fazendo alguma coisa diferente, outros acham que... Existe uma divergência de opiniões. Não existe uma convergência de que todos estão com as mesmas opiniões. Somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Preocupa-me quando o Relator diz: *“Vamos ao Ministro e ao Comandante da Aeronáutica”*. Eles estão convocados para vir depor nesta Comissão e ainda não vieram. Então, temos de nos colocar no nosso devido lugar, em primeiro lugar. Em segundo lugar, se vamos partir para uma intermediação, como bem disse o Relator, como bem disse o Miguel Martini, que as partes têm de concordar — e eu não sei se o Governo quer que a gente faça essa parte, nem tampouco os controladores — então, eu estou querendo me oferecer, em alguma coisa que não fui convidado, como mediador. Segundo ponto, temos 24 membros titulares e 24 membros suplentes. Somos quase 10% da Casa presente. Vão 48 pessoas querer participar de uma negociação, de uma intermediação. Se 1 às vezes já não consegue, que dirá 48? E outra coisa, se vamos partir para uma intermediação, estamos assumindo aqui que já conseguimos identificar quais as





causas do apagão aéreo, a divergência entre os controladores e o Governo. Resolvendo isso, resolveu-se o apagão aéreo.

Então, poderíamos fazer um relatório, encerrarmos a CPI, criar uma Comissão de Acompanhamento e tentar mediar. Temos de escolher o caminho que vamos seguir. Estou achando esse caminho muito perigoso. Estamos numa completa desvirtuação. Hoje, há aviões 12, 14 horas parados, em função do que aconteceu ontem. Um problema que já levantamos aqui, por exemplo, foi o caso da Gol, que começa o voo no Sul e termina no Norte, aí começou o atraso em cascata, e houve gente que dormiu à noite no aeroporto por causa disso.

Então, há outros problemas que são decorrentes, inclusive, pela falta de previsão de como se pode agir em relação a um problema como esse. A coisa é um pouco mais complexa.

Então, primeiro, não fomos convidados para mediar nada. Segundo, não sabemos se eles querem que a gente faça qualquer tipo de mediação. Terceiro, se fracassarmos na mediação, a CPI acabou, a CPI fracassou. Não é esse o papel a que nos propomos aqui. Então, temos de tomar muito cuidado com aquilo que vamos fazer, sob pena de a gente jogar fora toda a credibilidade, que eu concordo que a gente vem adquirindo, pela forma séria, como o Governo e a Oposição se comportam na CPI, levantando aquilo que são realmente problemas, pela forma séria, técnica que se tem buscado obter as informações dos depoentes. Ninguém aqui está fazendo *show* político. Pode até haver uma ou outra tentativa de querer aparecer um pouco mais, mas efetivamente todos estão imbuídos do espírito de apurar, de conhecer o que está acontecendo, de buscar a solução, o conhecimento e a proposição. Então, estamos num caminho bom. Vamos jogar fora esse caminho?

Então, a minha ponderação é para que V.Exas., efetivamente, reflitam, e a gente não caia nessa armadilha, que pode ser uma armadilha muito boa para 3 ou 4 que viriam numa comissão de mediação, porque essa comissão de mediação vai estar todo o dia na televisão tentando mostrar que está fazendo algo, mas o fracasso vai ser dos 48.

Então, estou muito preocupado, e era essa a ponderação que queria trazer para todos os senhores. E peço desculpas por não estar no mesmo clima, em função de não ter assistido a toda a reunião.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra o próximo inscrito, Deputado Otavio Leite.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou procurar ser objetivo. O controle do espaço aéreo me parece que se dá, é executado, é exercido por meio de um somatório, que inclui equipamentos, *software* e recursos humanos. Basicamente isso. Quero oferecer aqui uma sugestão imediata, já que não nos sobram dúvidas de que é preciso que se estabeleça, que se proceda a uma auditoria técnica nos equipamentos e nos *software*. E essa auditoria, poder-se-ia imaginar, a empresa as mais diversas, capacitadas para essa atividade, para esse mister. Mas não penso que deva ser por esse caminho. Sr. Presidente, o Brasil tem um parque universitário na área de engenharia de sistemas, de análise de sistemas dos mais importantes do mundo. Há várias oportunidades, há várias universidades à disposição, mas se unificássemos... A proposta é a seguinte, Presidente. A PUC do Rio de Janeiro, a UNICAMP, a USP e a UFRJ cada uma indicaria 2 profissionais master em engenharia de sistemas para a dedicação durante 1 mês, a fim de que se procedesse a um exame desse equipamento, desse *software*. Eu não tenho dúvidas de que eles poderiam produzir um trabalho extremamente rico e precioso para termos como subsídio, a fim de que o nosso discernimento mais adiante tenha um embasamento sólido, eficaz, sério. Aqui não há analista de sistema com essa perspectiva de conhecimento. Então, apresentei um requerimento sugerindo que se fizesse uma auditoria. Hoje, eu acho que é emergencial. A CPI pode contratar, se for o caso. Eu acho que, inclusive, esses custos, dado o interesse nacional envolvido, as próprias universidades hão de glosá-lo ao máximo. Esses profissionais estão à disposição: professores PhDs. Enfim, são titulares de um conhecimento que nos dão segurança, pelo compromisso público que têm com os interesses do Brasil, pela independência que tem a universidade. Em um mês, no máximo, visitando 10 ou 4 CINDACTAS, com 10 ou 20 horas de observações etc., eles são capazes de produzir um belo documento. E aí, em função disso, sabemos o que precisa ser mudado. O *software* está errado? Em que ponto? Como ele pode ser aperfeiçoado? É o caminho A, é o caminho B, é a solução Y? Enfim, nós não teremos essa solução se não tivermos embasamento técnico. Ficaremos, enfim, só constatando que o Brasil é o país dos diagnósticos. Sim,



diagnosticamos. É preciso mergulhar com muita precisão, identificar qual é o remédio para solucionar algo que já está, a nós, leigos, nitidamente diagnosticado, que precisa ser, com mais minudência, avaliado. Então, esse é o ponto. Acho que é urgente isso. E acho que as universidades brasileiras estão postas. Volto a repetir: PUC do Rio de Janeiro, UNICAMP, USP, UFRJ. Pelo que eu levantei são *top* de linha. Enfim, o que se possa imaginar no mundo que a natureza humana possa produzir de conhecimento científico e análise de sistema, engenharia de sistema, ali nós dispomos.

Enfim, com esse compromisso de interesse nacional. Ponto 1. Agora, se nós estamos falando de um problema que também tem, portanto, os recursos humanos — eu falei de equipamentos de *software*, de solução, uma auditoria através da universidade brasileira; é fácil isso, é só querer —, essa CPI pode, e pode gastar inclusive se quiser.

Outro problema que está aí é o problema dos recursos humanos. Todo mundo, em uníssono, compreende que se ganha muito mal, que ia ter uma série de fatores para serem discutidos. Agora, esse problema não é simples, porque é uma questão militar. E, por sê-lo, é uma questão de Estado e que nos impõe também tomar as decisões. Agora, há um Governo, que é titular de uma vontade popular para, em 4 anos, conduzir o País, e nesse aspecto também tem responsabilidade. E não sei até hoje — eu não quero entrar pelo viés da disputa política, não é isso — qual a proposta do Governo sobre esse assunto. Até hoje nós não tivemos sequer um indicador: se é pela desmilitarização, se é pelo caminho de se criar um quadro específico em que possam os controladores ter proventos mais adequados etc. Enfim, qual é a proposta do Governo? Não há proposta do Governo. Essa inércia, essa ausência é que tem gerado cada vez mais essa dramatização, esse problema seriíssimo, e num setor que não pode ter arritmias, porque é um setor de Estado, que tem que funcionar de maneira perene, tranqüila. E nós temos que viver a cada dia com esses transtornos, com esses tumultos, e com o perigo que isso traz em si, sem contar os prejuízos econômicos indiscutíveis.

Então, sinceramente, eu não quero fazer nenhuma ilustração de questão política, ou falar do que o Presidente disse, lá atrás: *“quero dia, hora, para que nós tenhamos uma saída para a crise etc. e tal”*, porque ele já falou, o Ministro falou,



outro fala daqui, outro fala lá. Não há solução. Devia ter um “gabinete de crise”, instituído hoje, no Palácio do Planalto, para tentar resolver isso. Agora, o que que nós podemos fazer em relação à mediação? Eu acho que, no primeiro momento, pode-se até examinar essa possibilidade, Eduardo Cunha. Mas, no primeiro momento, o certo é chamar o Ministro aqui. Nós somos um Poder da República e precisamos saber qual a proposta do Governo para esse problema. É deixar como está? Pronto! É uma proposta. E vamos examinar sobre ela o que que pode ser feito, o que que pode ser aperfeiçoado, ou qualquer outra idéia e contraponto que possa existir. Mas qual a proposta do Governo? Quem tem que responder a isso é o Governo. Se nós vamos ao Governo perguntar qual é a sua proposta, não é adequado. Que o Governo venha à CPI e informe o que que está acontecendo, como se pretende superar esse problema. Nós podemos ser úteis? Queremos estar aí. E acho que sobre essa questão do desgaste ou não desgaste, nós somos homens públicos, é uma questão de Estado, e temos que ajudar o Brasil a superar esse problema, e aí vamos avaliar, se será necessário ou não.

Então, Presidente, quero agradecer a complacência de V.Exa. com o tempo. Mas volto a sublinhar:

1 - chamar imediatamente a universidade brasileira para nos ajudar nessa questão — PUC, UNICAMP, USP, UFRJ. Com quatro telefonemas se resolve imediatamente. E é factível. A Câmara pode, inclusive custear, e eles glosariam com tranqüilidade, em se tratando de uma questão tão nobre, tão importante para o Brasil;

2 - eu acho que nesse instante temos que imediatamente chamar uma autoridade da República, para que nos informe qual a proposta para sair dessa crise e em que nós podemos, com pleno espírito público, contribuir para que isso se solucione. O que não dá é ficar como está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O último que está inscrito para falar é o nobre Deputado Rocha Loures — reinscrição.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Sr. Presidente, por tudo o que foi dito e ouvido aqui, eu, embora simpático à proposta do Deputado Vanderlei Macris, compreendo que a fratura que lá fora está grassando — porque, me parece, até o



Deputado André Vargas falava que o avião dele para o Rio de Janeiro, que deveria sair por volta de uma e meia da tarde, não saiu até agora, e não há previsão —, provavelmente é em função de um quadro de desorganização do sistema.

Acho que esta fratura não pode se sobrepor à nossa Comissão. Portanto, eu compreendo, e esta é a minha posição, eu encaminho nessa direção — e já concluo, para apresentar um outro assunto, rapidamente: eu acho que, lembrando dos ausentes que aqui não estão, é temerário para esta CPI, sob pena da perda de autoridade dela, nós nos envolvermos num ambiente em que, me parece, será difícil até mesmo entre nós podermos distinguirmos aqueles temas que nos unem e que possivelmente, nos desunirão em função das argumentações feitas aqui — falhas de equipamentos, questões salariais, questões de Governo, questões militares. E, ou nós confiamos na República e nos seus Poderes ou nós entramos em um campo de ausência de fé. Portanto, a minha posição com relação a esse tema, simpático que era ao começar essa discussão... Eu votaria contrário ao fato de esta CPI tentar, neste momento, fazer e cumprir atribuições para a qual ela não foi criada.

E já indo para a conclusão, Sr. Presidente, eu queria também informar, na qualidade de autor do requerimento propondo a criação de uma Subcomissão, aprovado por esta nossa CPI, da constituição de um grupo para examinar e levar o nosso inquérito a nossa oitiva aos 2 pilotos norte-americanos Lepore e Paladino... Eu estou aqui com a cópia do processo que foi protocolado na Justiça norte-americana, no Estado de Nova Iorque. Falei hoje pela manhã com os representantes do escritório de advocacia que representa 54 famílias das 154 famílias. Segundo a conversa com o Dr. Amarante, ele, nesta tarde, informa que — e compartilho com a Comissão — no dia 30 de maio passado já foi feito o julgamento para que a Justiça americana escolha em que foro será discutida a litigância entre as 102 famílias...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Sr. Presidente, isso é outro assunto. Os requerimentos...

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Eu sei, eu só quero encaminhar, viu, Luciana, eu só quero encaminhar para os senhores, porque, como nós não tivemos oportunidade de nos reunir ainda essa semana, e esse é um tema que eu acho relevante, porque conclui uma parte da nossa Comissão, eu queria passar aos senhores que temos um caminho legal, Presidente, para fazer, conforme nos



propúnhamos, o encaminhamento dos questionamentos participando destas oitivas que serão realizadas, só faltando agora a nomeação do juiz norte-americano. Eu estou com todas as informações aqui. Gostaria de passar essas informações, a pedido da Deputada Luciana — não vou me estender — para aqueles que aqui permanecerem, até porque os aviões parece que não decolam de Brasília. Eu queria, permanecendo aqui aqueles interessados, compartilhar essa informação na seqüência da conclusão desse tema.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Tendo ouvido a todos, nós vamos, então, passar a tomar decisões. Então, ontem, como já foi relatado aqui desde o início, foi sugerido pelo Deputado Macris a possibilidade de nós formarmos uma comissão para fazer a interlocução, essa intermediação entre as partes, na busca de um distencionamento imediato para superar este problema que está acontecendo de maneira tão grave no Brasil. Então, por que isso surgiu? Porque ficou, para nós que estávamos ontem no CINDACTA, muito clara a radicalização entre as partes. E aí, naquela hora, nosso instinto, digamos assim, patriótico, disse: como é que vamos fazer? Vamos ficar de braços cruzados? Porque do jeito que está aqui não vai ter solução, porque vão botar uma console na frente do controlador, ele vai dizer que a console está desfocada. E aí, tá, não tá, tá, não tá, e o avião não levanta vôo.

Agora, hoje foram feitas aqui nessa reunião — por isso é que se diz que várias cabeças pensam melhor do que uma só — várias ponderações ao contrário. Começou pelo Deputado Valverde, o Deputado Eduardo Cunha, o Deputado Rocha Loures, que acham que não é essa propriamente a nossa missão e que nós poderíamos, inclusive, jogar fora esse crédito, essa condição que a CPI, acreditamos, tenha adquirido ao longo do seu trabalho. Então, nós vamos pôr em discussão isso daí. Quer dizer, essa é a pergunta: vamos fazer ou não essa interlocução? Aí nós vamos ter que decidir sobre isso. Se formos fazer, aí nós vamos definir como fazer, quantos farão. Porque, como muito bem disse o Deputado Eduardo Cunha, nós somos 48. Não é bem inconcebível 48 pessoas tratarem de um assunto tão delicado, tão melindroso quanto esse.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, eu vou, em primeiro lugar, colocar em discussão a proposta do nobre Deputado Vanderlei Macris e constituir uma Comissão para intermediar, interlocutar este conflito que existe entre os controladores, entre o Comando da Aeronáutica, evidentemente, chamando para dentro desse processo o Ministério da Defesa que é a instância a qual se sobrepõe a todas as outras.

Então, vou colocar em discussão essa proposta.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Sr. Presidente, houve um requerimento com relação a esse assunto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Em primeiro lugar,...

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - O Deputado Vanderlei Macris, já encaminhou para V.Exa. o requerimento dando delimitação?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Já. Nós estamos fazendo tudo isso aqui formalmente e verbalmente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Inscreva-me, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, o Deputado André Vargas pediu a palavra, em primeiro lugar,...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Pela ordem, também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ... depois o Deputado Eduardo Valverde, depois a Deputada Luciana Genro, depois o Deputado Eduardo Cunha, Deputado Rocha Loures...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - E, por último, o Deputado Vic Pires.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - E, por último, o Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Bom, Sr. Presidente, sobre essa proposta que o Deputado Vanderlei Macris, apresentou, eu acho que, também, mesmo que informalmente, principalmente os Deputados da base do Governo têm procurado Ministros, exatamente para fazer um apelo para que as negociações se restabeleçam. Exatamente porque houve um momento em que o Presidente da



República estava fora do País, o Ministro do Planejamento foi instado a lá estar. Depois houve uma crise de competência, vamos dizer assim, pelo que aparentou, não posso dar a informação oficial, mas as negociações foram para o campo do Ministério da Aeronáutica, porque a grande maioria dos controladores são militares. Se estamos em um processo de reivindicação salarial, de greve, operação padrão, crise de relação, isso está-se dando nesse campo, mas afeta todo o País e o conjunto do País. Isso é claro e, por isso, nós temos uma CPI. Nós já ouvimos aqui todas as partes, no que concerne à questão do espaço aéreo, do controle aéreo. E me parece que apenas falar do problema não tem avançado, não se tem feito avançar. Então veja, no meu entendimento, se nós cumprirmos com essa missão que a CPI, que uma Comissão possa dar curso, essa CPI terá cumprido a sua tarefa. O Deputado Vanderlei Macris quando fez essa proposta, na verdade, nós estávamos aqui, nós fomos os 2 primeiros a chegar e já conversávamos sobre isso. Se precisarmos parar ou suspender temporariamente — é claro, temos um cronograma, mas a CPI... Para que buscássemos essa solução teríamos cumprido nosso papel. E só essa CPI tem condições de fazê-lo. Por quê? Porque, nesse momento, os aeroportos estão aparentemente paralisados, há uma ameaça tácita de uma greve prevista aí para o comecinho de julho, afetando as férias inclusive da moçada, o Pan etc. Quer dizer, então, estamos em uma situação difícil. Talvez, para que se evite exatamente... Por que eu falo só desta CPI? Exatamente porque a outra CPI já condenou os controladores. Isso eu falei de manhã. Mais do que isso, a outra CPI está-se atendo a outros fatos que não exatamente aquilo que é o mais relevante do ponto de vista da Nação, que é a questão do tráfego aéreo. Esta CPI está focada, está bastante equilibrada. Por mais que, de vez em quando, tenha aí uma tensãozinha, mas isso é natural.

Então, veja, eu sou favorável à criação, se não da Comissão, mas que o nosso Relator e o nosso Presidente... Para que se evite essa coisa de quem vai escolher: nós vamos escolher aqui no voto? Quem serão os membros desta Comissão? Como é que vamos fazer? Qual, não é? Vai ter momentos em que vai precisar de um maior número de Deputados? vai ter momentos em que vai precisar de uma interlocução, uma visita rápida ao Comando da Aeronáutica? É bom dizer.





Ou bem é militar, ou bem é civil. Nós não temos mais como conviver com essa situação. Há uma quebras de hierarquia. Se o Presidente da República der reajuste salarial para esses sargentos, tem que dar para todos os sargentos, senão daqui a pouco terá operação padrão na entrada de armas, aí nas fronteiras. Tem sargentos lá também, sargento pára-queda.

Então, veja, sou favorável, por conta da oportunidade histórica, e oportunidades passam, podem não passar para os indivíduos e para a CPI, e os problemas tendem a aumentar sua temperatura e a temperatura nos aeroportos.

Vamos agora para os aeroportos. O Deputado Rocha Loures citou... Eu não fui para o aeroporto porque estava com a informação de que não estaria confirmado. O avião não saiu e não se sabe se vai sair. Mas, veja, nós vamos voltar para os aeroportos agora. Todo mundo aqui é Deputado e tem muito orgulho de ser Deputado. Vamos passar por tudo aquilo que passam os passageiros, mas a nossa responsabilidade é maior. Somos a CPI do Apagão Aéreo, e há uma crise. Por mais que uns digam: *"Ah, porque o Governo"*..., por mais que um Ministro diga isso ou aquilo... É real. Se não existisse não teria nem pedido de CPI, nem CPI e não teria essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Contra fatos não há argumento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Então, vamos aos fatos e vamos a uma visão proativa. Se arriscarmos eventualmente a nossa credibilidade e ainda assim fazer evoluir para uma equação do problema, teremos feito um ato de ousadia, mas pelo bem do Brasil, pelo bem da equação desse problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, meus caros colegas, sou contrário, neste momento, a nós botarmos a colher numa situação delicada. A nossa ação espontânea pode, em vez de ajudar, atrapalhar. Imaginem, os senhores: vamos conversar lá com o Comando da Aeronáutica e pedir: não puna o controlador que iniciou o movimento paredista, que iniciou o movimento paredista contrário às regras a que ele está sujeito. E pedir: faça vista grossa em relação a isso, em nome da paz social, em nome de uma possível estabilização do processo e do conflito. É possível isso? Façam um chamamento à consciência. Se isso for



possível, estará despedaçada toda a estrutura hierárquica das Forças Armadas, toda ela, toda, toda. Não é possível obviamente, nem acho que o Comando da Aeronáutica, o Estado-Maior das Forças Armadas vai ter condição de fazer esse pacto conosco, porque isso é fazer vista grossa, e amanhã vai ter outro motivo. Acho que a sociedade brasileira não pode ficar refém de situações similares como esta, principalmente quando está quebrando uma estrutura hierárquica. Falo isso como ex-sindicalista, que já fez greve à beça, mas neste contexto agora existe uma estrutura de poder que está fragilizada. Estimular essa fragilização neste momento agora é ruim, com proporções mais graves do que nós estamos pensando, porque um dia de paralisação nos aeroportos, um dia de desconforto... Eu acho que se nós queremos fazer alguma coisa de concreto, temos de utilizar a credibilidade que nós temos neste momento para dialogar com aqueles que têm o poder de tomar decisões e pedir a eles que tomem a decisão mais sensata possível para contornar o problema. E, dentro daquilo que nós estamos nos propondo a fazer, num relatório, estabelecer a posição da Comissão — se essa a posição, não sei —, de que talvez o modelo do controle do espaço aéreo do Brasil não seja o melhor, porque leva o País a essas situações de crise. Obviamente que isso foi estimulado por um piloto maluco que desligou a caixa-preta. Se não tivesse desligado a caixa-preta, talvez esse problema não estivéssemos discutindo aqui nas suas entranhas. Simplesmente se desligou a caixa-preta, um ato irresponsável. Olha o transtorno que causou ao País! Desligou-se a caixa-preta. Se não tivesse desligado a caixa-preta, não haveria o problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, foi o *transponder*.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - O *transponder*, desculpem-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - (*Risos.*) Tá certo. A intenção valeu. Todo mundo entendeu o que V.Exa. quis dizer.

Nós vamos ao próximo inscrito: a nobre Deputada Luciana Genro. Fazendo uma observação: S.Exa. apresentou aqui, por escrito, uma série de propostas, mas vamos discutir depois.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Certo. Eu vou me ater à proposta do Deputado Vanderlei Macris.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A questão agora é se nós vamos formar uma comissão para fazer essa intermediação.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Eu vou me ater à proposta do Deputado Macris porque as propostas que apresentei aí, por escrito, a V.Exa., dialogam também com a proposta do Deputado Macris, e quem sabe eu, por um milagre dos céus, possa conseguir encontrar um caminho de conciliação entre a posição dos Deputados que se colocaram contra o Deputado Macris e a posição do Deputado Macris.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Contra a posição..

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - A proposta. Contra a proposta dele. Claro que eu, com fama de radical, seria até um contra-senso conseguir chegar a esse acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Fama injustificada, não é, Deputada?

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Mas, eu vou tentar, e não vou aqui fazer juízo de valor a respeito do movimento dos controladores, até porque eu acho irresponsabilidade julgar se eles estão fazendo um seqüenciamento certo ou não dos vôos. Ele sé que tem a capacidade técnica de fazer esse julgamento. Então, eu acho que não cabe a nós, leigos, dizer que o seqüenciamento está lento demais e que essa é uma forma de provocar o caos aérea. Ou não cabe a nós dizer: o seqüenciamento está certo porque os controladores são infalíveis. Cabe a nós buscar e encontrar a solução para as pessoas que estão sofrendo nos aeroportos. Então, eu acho que, quem sabe, se o Deputado Vanderlei Macris concordar e os demais, ao invés de formarmos uma comissão formal, que vai ser a mediadora deste processo... Porque eu acho que ficou claro para quem foi lá, que tanto os oficiais como os controladores, querem a nossa intermediação. Necessitam da nossa intermediação. Se o Ministério da Defesa se propuser a fazer essa intermediação, ótimo. Perfeito. Mas, até agora, ele não se propôs a fazer e não está fazendo. Nós fomos até lá e ouvimos esse apelo de ambas as partes: dos oficiais e dos controladores. Então, eu acho que há interesse das partes. A premissa para que entremos nesta seara, está colocada. Acho que poderíamos propor, enquanto CPI — não enquanto uma Comissão Especial de negociação — nos dirigirmos ao



Comando da Aeronáutica e aos controladores, solicitando a ambas as partes que apresentem propostas emergenciais. Não propostas para daqui a um ano, desmilitarização total, proposta de que novos equipamentos vão ser comprados daqui a um ano. Não. O que de objetivo, emergencialmente, poderá ser feito, por ambas as partes? O que o Comando da Aeronáutica oferece aos controladores para que eles façam e o que os controladores se propõem a fazer para minimizar o problema dos aeroportos? Se nós dirigirmos esse apelo ao Comando e aos controladores, nós estaremos cumprindo, exatamente, esse papel de interlocução que o Deputado Macris se propôs, sem, entretanto, ter que constituir uma comissão especial que vá buscar holofotes ou coisas do gênero para fazer essa intermediação. Vamos, enquanto CPI, fazer esse apelo: qual é a proposta emergencial? O que pode ser feito agora, nos próximos dias, para minimizar a situação trágica a situação trágica dos passageiros nos aeroportos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Como V.Exa. propõe que isso seja feito?

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Proponho que isso seja feito através de um ofício da CPI, dirigido ao Comando da Aeronáutica, dirigido à Associação dos Controladores, fazendo essa solicitação de apresentação de propostas emergenciais. E que, a partir da apresentação dessas propostas — se eles aceitarem o nosso apelo — que façamos uma reunião onde se possa debater essas propostas com a CPI, com os controladores, como Comando da Aeronáutica e com o Ministério da Defesa, que eu considero ser um órgão fundamental nesse processo todo. Então, acho que, dessa maneira, nós cumpriríamos esse papel de interlocução, sem passar por cima de ninguém, sem criar celeumas em torno de uma Comissão Especial, quem é que participa, quem é que não participa. A CPI faz esse apelo a ambas as partes. Propostas emergenciais: onde vocês estão dispostos a ceder, o que vocês têm a propor à outra parte para que os problemas nos aeroportos sejam minimizados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito. Próximo inscrito, nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, vou tentar colocar alguma coisa concreta e dizer que efetivamente não concordo em fazer qualquer



deliberação, primeiro porque estamos informalmente aqui e informalmente terminaremos, até porque não temos presença, não temos requerimento nenhum para votar e não podemos votar nada. Podemos é ter uma sugestão para apreciarmos numa reunião deliberativa que...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Se houver acordo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não pode ter acordo com 5 pessoas, que existem aqui. Acordo... Tem que ter acordo com uma coisa representativa da Comissão. O que sugeriria de forma concreta seria que V.Exa. marcasse o depoimento do Ministro da Defesa, se possível para terça-feira, e que V.Exa. e o Relator procurassem as partes e vissem se as partes querem algum tipo de intermediação. E, aí, trouxesse um requerimento para ser deliberado pela Comissão. Ou marcasse com o Ministro da Defesa para terça-feira. O Comandante da Aeronáutica... E, se for o caso, faz uma outra convocação com os controladores e o Ministro e o Comando da Aeronáutica, conjunta, aqui, sentados na CPI, e vamos tentar esclarecer a situação, para ver se efetivamente a gente pode ou não chegar a algum lugar. Eu acho que nós temos de exercer nosso papel de CPI, não podemos abrir mão do nosso papel de CPI! Então, não vou discutir uma intermediação que não sei se eles querem que faça. E, para discutir, quero discutir de forma formal, com a Comissão convocada, com requerimento presente e que a gente possa deliberar. Mas acho que V.Exa., em função dessa crise, deveria antecipar para imediatamente o depoimento do Ministro da Defesa e do Comandante da Aeronáutica, para que a gente possa, aí, sim, já fazer essa pergunta, se ele quer... se o Governo aceita essa intermediação, o que eles poderiam ceder. E, se for o caso, convoca para o mesmo dia um representante dos controladores. Acho que tem de se fazer uma atitude de CPI. Não, aqui, a gente ficar discutindo uma situação que não vai poder ter efetivação prática nenhuma. Não sabemos se eles querem, e estamos diminuindo o nosso valor como CPI. Então, é esse o encaminhamento que queria dar e a proposição a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Próximo inscrito, nobre Deputado Rocha Loures.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para acrescentar...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Dr. Ubiali.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Não, é só para acrescentar que essa convocação... Se fosse feita de forma secreta, poderíamos buscar essa solução.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Poderia ser em sessão secreta. Acho que a idéia é válida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Com a palavra o nobre Deputado Rocha Loures.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Sr. Presidente, já havia me manifestado. Abro mão. Não tenho nada a acrescentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu quero dialogar, aqui, Sr. Presidente, com...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Já dou a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ah, pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Só para dialogar sobre um acordo, aqui, e para nós tentarmos chegar a um entendimento sobre essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Acho que, antes de tomarmos essa decisão de convocar...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Já está convocado!

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Já está convocado, mas antes de tomarmos a decisão do momento em que vamos fazer isso, porque acho que, aí, teremos de reconvocar controladores, reconvocar...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Precisa saber, primeiro, quem fala pelos controladores, para ser convocado. Sequer sabemos, vocês mesmo falaram isso aqui.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Isso. Mas, aí, acho que poderíamos deliberar aqui, nesta visão que foi levantada por V.Sa., que o Presidente fizesse esse contato com o Ministério da Defesa, com o Comando da Aeronáutica e com as representações dos Controladores para aferir essa vontade de chegar a um



entendimento, a um acordo. Mesmo que tenha sido ontem, Deputada Luciana Genro, meio que expresso, feito um apelo tanto pelos controladores quanto pelos oficiais, mas não foi um apelo feito pelo Comando da Aeronáutica, que é quem tem a responsabilidade, nem, enfim, pelas Associações dos Controladores. Então, que fosse... deliberássemos aqui fazer esse comando em direção às entidades para saber da sua vontade, da sua expectativa...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Fazer propostas emergenciais.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - É, e podemos, inclusive, perguntar se têm o interesse e a intenção de fazer, o que se propõe? E, a partir disso, na semana que vem, a gente vota aqui os requerimentos necessários para dar vazão a essa situação, que pode ser, inclusive, na negativa de que haja uma solução, que a gente tome posições inclusive mais fortes, mais duras no sentido de entrar a fundo no debate sobre essa situação aqui, convocando, fazendo acareação ou outras coisas que sejam necessárias ao processo. Acho que, nessa posição, podemos ter um acordo, aqui, em relação a esse tema, que não é proposta diferente. Acho que, só a forma de tratá-la, que seria, talvez, o Presidente... Posso acompanhar o Presidente se ele tiver de fazer alguma diligência disso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sugerir, Presidente, ao Relator procurar as partes e ver se quer essa intermediação e traga formalmente para a Comissão deliberar.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - E os termos em que querem.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - E os termos em que querem, exatamente.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - E fazer propostas emergenciais, insisto nisso. Porque querem intermediação, sim, mas o que é que tem de proposta concreta que se possa negociar.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, naquele momento da reunião, naquele clima de sem saídas, ali, foi colocado. Na hora, perguntei — acho que tem um dos controladores que estava lá — e disse o seguinte: “*Me dê 5 alternativas*” — acho que V.Exas. se lembram — “*5 alternativas de solução para essa crise, aí*”. E eles começaram a pensar e falaram: “*Nós vamos mandar depois*”. E ficaram de entregar para a gente uma proposta nesse sentido. Então...



**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Com essa visão colocada pela Deputada Luciana Genro, que não pode ser aquela coisa, não: *“tem de desmilitarizar amanhã”*.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não, claro. Isso é uma coisa mais à frente.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Emergenciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos ao nobre Deputado Vic Pires, o próximo inscrito.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, serei muito breve, para alívio geral.

Presidente, eu discordo — não discordo —, mas o Deputado Eduardo Cunha, quando fala a palavra convocar, vai na contramão da conciliação, vai na contramão da interlocução. Eu acho que...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Falei convocar porque eles já estão convocados, o Ministro e o comandante.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois, então. Mas se ele vem na qualidade...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Convocar para vir para o depoimento. Mas ele teria de vir.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sei disso, claro. Mas se ele vem aqui na qualidade de convocado, automaticamente, ele não vem na qualidade de um conciliador para tentar fazer essa interlocução. Acho que tem de haver um passo anterior nisso aí para distensionar, para a gente poder fazer. V.Exa. não participou ontem, estava numa missão também importante, mas, se tivesse participado, estaria hoje com o mesmo pânico, sentimento de pânico que nós estamos hoje de que esse caos aéreo vai continuar se não fizermos alguma coisa. A Câmara quer ajudar, quer fazer alguma coisa. Agora, é claro, se o Governo disser que não quer ajuda, aí, vai nos restar continuar a fazer o nosso trabalho. Agora, o problema todo é que isso pode cair no nosso colo, porque a nossa CPI é CPI do Apagão Aéreo, é o apelido, mas é CPI da Crise do Tráfego Aéreo. Se nós não resolvermos nada aqui, nós vamos sair mais desmoralizados do que já estamos perante a sociedade brasileira. A sociedade espera da gente uma solução, a nossa ajuda, e estamos aqui nos





propondo a isso. E com certeza, o Governo vai aceitar essa interlocução. Não tenho dúvida nenhuma.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Deputado Vic Pires, permita-me só um aparte.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Nós temos é que, na verdade, pedir ao Comando da Aeronáutica e aos controladores que liguem o *transponder*.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois, então! Exatamente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Deputado, eu só queria fazer uma ressalva à ponderação do nobre Deputado Vic.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Depois não vão dizer que estou falando muito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É só dizer o seguinte, Deputado: nós temos a obrigação de investigar, de apurar e de propor as soluções. Não somos o Poder Executivo, não somos nós que temos o comando dos atos que têm de ser feitos para poder resolver o problema. Então, não temos a responsabilidade. Nós temos a responsabilidade no nosso trabalho de apurar, informar à sociedade, propor as soluções, todas elas possíveis. Mas não somos nós que vamos resolver.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Estou totalmente de acordo com o Deputado Eduardo Cunha. Mas o que temos visto, ao longo desses últimos tempos, é que tudo o que acontece neste Brasil vem e cai aqui. É responsabilidade do Executivo, mas cai aqui; responsabilidade de Ministros cai aqui. Então, temos de, agora... A população está aí precisando. Então, vamos mostrar que estamos aqui para tentar ajudar o Governo, já que sempre o Governo coloca os problemas todos no nosso colo. Então, agora estamos aqui nos propondo, antecipadamente, a ajudar o Governo a tentar acabar com essa crise. Não vamos poder resolver mais nada se o Governo não quiser. Se o Governo não quiser, aí é diferente. Até porque continuo achando que a crise é uma questão de hierarquia e de autoridade. Disso não abro mão, depois de tudo o que eu vi ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - E de investimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Nobre Deputado Vic Pires tem razão. A Câmara, o Congresso Nacional, termina levando a culpa por todos...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor está me dando razão para tudo, hoje, Presidente! Não sei qual é a sua intenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. sempre tem razão.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É esse chocolatinho seu! É o efeito do chocolate, Vic!

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - É o cupuaçu.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - É o bombom do cupuaçu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. (*Risos.*) Outro dia... É a participação...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Ele está num processo de recuperação de imagem. Trouxe as crianças para o plenário, agora chocolate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A participação do nobre Deputado Vic Pires nesta Comissão sempre presente, sempre diligente, da sua maneira inteligente, sempre participativa é que faz com que eu sempre concorde com S.Exa.

Mas continuando na razão que eu estava dando a V.Exa., outro dia eu estava dando entrevista num canal de televisão e havia uma interação com os telespectadores. E um telespectador esgrachou a Câmara, o Congresso, e citou uns 3 ou 4 exemplos. Aí eu fiz uma observação para ele: *“Olha, você citou uns 4 exemplos, todos negativos, nenhum relacionado com a Câmara, e a Câmara é que leva a culpa”*.

Ele estava tratando de assunto que tinha acontecido no Executivo, no Judiciário, e ele botava a culpa nos Deputados que não resolveram o problema.

Aqui foi dito, de uma maneira clara, por alguns colegas, o receio de formarmos esta Comissão e não chegarmos a um bom êxito, não termos êxito na nossa interlocução, e depois a Comissão ser responsabilizada pelo que já existe aí. Dizer: *“Olha, a Comissão se meteu no problema, fez foi piorar, agora que os aviões estão mesmo atrasados”*. Então, tudo isso são preocupações que a gente tem de ter e agir com a máxima cautela.



Eu acho que nós estamos encaminhando uma solução, fruto da inteligência do nobre Deputado Eduardo Cunha, junto com a Deputada Luciana Genro, com a colaboração de todos, o Macris, o Marco Maia, todos que estão aqui presentes, que nós poderíamos, então, fazer essa maneira aqui, que nós ajudaríamos sem precisar essa interlocução, que seria espontânea. E que as pessoas, para estarem sujeitas a isso, teriam que manifestar o seu interesse nessa interlocução. Nós chegamos lá: “Não, nós queremos intermediação”. “Não, não queremos intermediação nenhuma”. E há crise.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Exatamente. Então, o que está proposto pelo Deputado Eduardo Cunha é os que já estão convocados. Os requerimentos já estão aprovados. Convocar para a próxima semana o Ministro da Defesa.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu propus as duas. Já estão convocados. É marcar a oitiva do Ministro da Defesa e do comandante da Aeronáutica. V.Exa., junto com o Relator, procurassem as autoridades para saber se há algum interesse do Governo. Se manifestarem interesse, V.Exa. faz um requerimento formal e traz à Comissão, e a gente delibera. Senão, nas oitivas do Ministro e do comandante da Aeronáutica, nós vamos buscar...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Vamos tentar a negociação.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Presidente, a proposta que eu apresentei junto com o Deputado Marco Maia é de que nós pudéssemos já nos dirigir ao Comando e aos controladores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Exato.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Colocando-nos à disposição para fazer essa interlocução. Em havendo interesse de que nós façamos essa interlocução, que eles nos apresentem quais as propostas emergenciais que poderiam ser implementadas.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - É contrário a isso aí. É o contrário a isso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - O Presidente e o Relator fazem esse papel.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Exatamente. É isso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - A posição que estou falando aqui é outra. O que foi colocado aqui pelo Presidente é outro viés.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Presidente, eu queria fazer essa questão de ordem, porque o encaminhamento de V.Exa. foi diferente do que a Deputada Luciana disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. Mas a compreensão é a mesma.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - O meu encaminhamento, inclusive eu o retomo, é V.Exa. sozinho, como Presidente, ...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Não, junto com o Relator.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - ...procurasse os atores e dissesse que nós estamos à disposição, se eles considerarem. E eles escolheriam quem considerasse importante para esse processo. Do contrário, nós não teremos o sucesso necessário. Isso tem que ser não publicamente falado aqui, isso tem que ser longe das câmeras, longe do *flash*, tem que ser alguém que tenha a responsabilidade, como todos nós Parlamentares aqui temos, de oferecer para ajudar na solução do problema, sem nenhum ganho político para ninguém. Porque se os holofotes estiverem sendo procurados, não se resolverá esse problema. Melhor que não se entre.

Essa a minha sugestão: uma pessoa só, como o Presidente, que converse sobre isso sem que ninguém saiba, e as pessoas interessadas deverão saber.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, o encaminhamento feito de 2, o Relator e o Presidente, é porque já tem a função. Não teria por que excluir...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não. É o Presidente e o Relator. Também concordo.



**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu não tenho nada contra que vá o Relator, não. Apenas o encaminhamento que eu tinha feito...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Dentro dessa visão que a Deputada Luciana Genro quer complementar...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - ... é o mínimo de pessoas possível.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu achei que o senhor estava contra mim, Deputado (*ininteligível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, o primeiro passo seria: o Presidente e o Relator, representando a CPI, se dirigiriam ao Ministro da Defesa, ao comandante da Aeronáutica e ao representante dos controladores.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Que não é um só, Sr. Presidente. São vários pelo Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - São vários controladores, mas a gente sabe que o líder deles é o Wellington Rodrigues. Não há nenhuma dúvida disso.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - A associação é o elo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Isso aqui está claro, patente. O Wellington é que dá o comando, que tem autoridade, que coordena. Ele hoje é o representante legítimo. Concorda, Deputado Luciana Genro?

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, agora é uma questão de dúvida. Há discordância em relação a essa proposta?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Há discordância no tocante ao terceiro nome.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Não, não é o terceiro nome. Se isso não vai acirrar ainda mais a quebra de hierarquia.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - E digo mais: ele é uma liderança (*ininteligível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sim, isso é o que a CPI está decidindo. Então, se estão decidindo, se vão decidir isso aqui, eu vou ter que tomar as providências junto com o Relator...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, permita-me.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - V.Exa. vai procurar um representante do Governo, pode ser o Ministro da Defesa ou pode ser talvez a Ministra Chefe do Gabinete Civil. Talvez seja até — como a Ministra está convocada — melhor a Chefe do Gabinete Civil.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Permita-me, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - E V.Exa. vai procurar os controladores. Aí, pode procurar esse, se tiver outra liderança. Aí vai ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. Sem dúvida. Vamos procurar outros controladores. Com certeza (*ininteligível*)...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Havendo interesse em intermediação, V.Exa. vai trazer à Comissão, e a Comissão deliberará. Não há prejuízo em V.Exa. marcar a oitiva do Ministro da Defesa e do comandante da Aeronáutica para semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - E já aponta um calendário: depoimento e contatos.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, questão de ordem. Olha, eu não acho que deva ser trazido para CPI se o papel é de moderador, de intermediador. Esse é um assunto que tem de ficar desconhecido publicamente. Isso não deve ser trazido a público, porque pode sugerir rendição de alguém,...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - ... abrir mão de outro. Era isso que eu queria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Está precisando disso mesmo, viu. Rendição. Está precisando.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Desculpe-me o companheiro Miguel, que daqui é um grande professor, mas eu acho que não há motivo nenhum para se fazer uma sessão secreta por enquanto. A não ser...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Não é sessão secreta (*ininteligível*.)

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Isso é um segundo passo.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Isso é uma questão de prática.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES** - Eu estou com a palavra para contraditar. Eu tenho uma falta de sorte nesta Comissão, que eu nunca vi na minha vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos restabelecer a palavra ao nobre Deputado Vic Pires, por favor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - É uma marcação total.

Sr. Presidente, a gente está vivendo um momento... Sr. Presidente, a essa hora, o que deve ter de gente deitada por esses aeroportos pelo Brasil,...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - E nós estamos indo para lá.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES** - ... e nós estamos aqui decidindo o que é que o senhor vai fazer para a semana.

Sr. Presidente, o senhor pode pegar o telefone, o senhor e o Relator, que principalmente são do Governo, ligar para a Ministra Dilma agora e saber se o Governo tem interesse nessa nossa interlocução. A Ministra Dilma vai responder, com certeza, que tem, porque o Governo tem interesse. E nós vamos poder deliberar isso agora. Se nós esperarmos que o senhor saia daqui, na semana que vem — se o senhor conseguir embarcar para Teresina —, voltar para tentar uma interlocução com o Governo para não sei o quê, a crise vai ficar no final de semana e ninguém vai resolver nada. Eu acho que o senhor tem o poder, o dever, a obrigação, é um homem público que está dando um exemplo para este País, de pegar o telefone agora e ligar para a Ministra Dilma Rousseff e perguntar: *“Ministra Dilma, nós da Comissão queremos resolver o problema, queremos ser os interlocutores. Nós estamos autorizados a isso?”* Ela vai lhe responder, como o Ministro da Defesa. Agora deixar para a outra semana, que o senhor vá numa visita com o Relator, com o Ministro da Defesa, com o Ministro não sei das quantas, com não sei o quê, não vai acabar nunca. Nós vamos ficar na outra semana com os mesmos problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, houve um mal-entendido. Para a próxima semana, nós estamos discutindo...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - A oitava.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ... a segunda parte: a oitava do Ministro da Defesa e do comandante da Aeronáutica.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - A iniciativa seria agora.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois, então. Enquanto nós estamos discutindo, o senhor passa a presidência para o...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - ... Deputado Eduardo Valverde e liga agora para a Ministra Dilma, que ela já lhe responde.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Não é assim. Espera aí. Vamos ter o bom senso.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Por favor, só um instante. Com autorização da CPI, terminando aqui a sessão, eu vou me juntar com o Relator Marco Maia e vamos dar os devidos telefonemas. Procurar fazer e mostrar...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro, sem dúvida.

Bom, então, a primeira parte está cumprida. A CPI autorizou o Presidente e o Relator a fazerem essa intermediação, seguindo os conselhos sábios do nosso Miguel Martini, que é o nosso Líder dos controladores. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Ah, então é com ele?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ele pode me representar nessa reunião.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Acho que até vamos mantê-lo como negociador com os controladores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Fazer intermediação da maneira mais discreta possível, sem busca de holofotes, porque isso tiraria o foco, atrapalharia.

Feita essa parte, vamos para a segunda. Na próxima semana, na terça-feira e quinta-feira são dias de oitivas. Há várias personalidades já convocadas. Quer dizer, o requerimento de convocação está aprovado. E então o Deputado Eduardo Cunha sugeriu que nós já marcássemos para a próxima semana o Ministro Waldir Pires e o comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro Juniti Saito. Então, quero saber de V.Exas...





**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ... se estão de acordo com essa proposta do Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, eu já pedi.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Por favor, o Deputado Miguel Martini tinha pedido primeiro. Só um instante.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu acho que, já que nós estamos partindo, a decisão da CPI foi de buscar uma intermediação, seria bom que, na semana que vem, nem o Ministro da Defesa, nem o comandante da Aeronáutica fossem ouvidos aqui, porque de alguma maneira eles vão ser inquiridos sobre isso.

Então, que se busque essa intermediação, e aí vamos ouvir o que estava previsto ouvir. Deixamos para a outra semana, porque senão atrapalha o processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado André Vargas; depois, o Deputado Otavio Leite; depois o Deputado Rocha Loures.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, olhe bem. Acho que nós precisamos nos impor um calendário. E ao marcar esse depoimento, talvez não para terça, mas para quinta-feira, nós nos impomos, não só como CPI, mas também criamos uma dinâmica e uma agenda no Governo, para que se tenha uma visão, uma perspectiva de medidas de longo prazo, de médio prazo, mas principalmente as medidas de curto prazo.

Vejam: essa decisão, parece-me, além dessa procura, que não vai ser na semana que vem porque eu tenho certeza de que já há possibilidade de contato... E V.Exa., junto com o nosso Relator, tem condição de fazê-lo. Nós estaremos criando uma dinâmica, de forma pró-ativa, e não esperando que as coisas aconteçam ou se agravem.

Eu não acredito, Deputado Vic, por mais que isso seja só uma questão de crença — um faz uma aposta, outro faz outra, apostar com a vida dos outros é sempre um problema —, eu não acredito que nós vamos ... Acho que há um pico agora, volta à situação mais ou menos natural e, em julho, é que vem uma greve severa. Então, nós temos que ... Concordo com V.Exa., Deputado Vic Pires, no sentido de criarmos uma dinâmica e já irmos atrás hoje, amanhã, depois de amanhã,



e a partir daí, marcando o depoimento, cria-se obrigatoriamente um reposicionamento do Governo em relação a isso.

Sou do PT, mas acho que é preciso ter um reposicionamento do Governo urgente em relação a esse assunto.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Então que nós ouvíssemos somente na quinta, Sr. Presidente, o Ministro da Defesa, mas o comandante da Aeronáutica não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É preciso saber se nós estamos decidindo aqui se vamos convocar, para a próxima semana, para oitava, o Ministro da Defesa e o comandante da Aeronáutica.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - O dia nobre é quarta-feira. Talvez até mudar um pouco a lógica e não ter a reunião administrativa. Marcar para quarta ou para quinta e permitir que na segunda e terça ainda haja esse processo de negociação.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, o meu encaminhamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Segunda e terça esse processo de?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - De negociação, de articulação. Nós teríamos até quarta para ... A partir de hoje, é claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Miguel Martini.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Meu encaminhamento é de que nós ouçamos aqui o Ministro da Defesa. Não vai haver tanto problema nessa intermediação. Mas que se evite chamar para a semana que vem, já que vai haver intermediação, o comandante da Aeronáutica.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não. Eu vou trazer o homem aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Otavio Leite, por favor.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Presidente, embora eu concorde plenamente com as observações do Presidente, Deputado Vic, no que tange à qualificação do nosso querido Deputado Martini, ele de fato é um professor nosso, mas eu me permito discordar, porque a intermediação há de ser sugerida, proposta



e portanto deflagrada já, quinta-feira. Sexta, sábado e domingo, segunda... É um setor que não pára. Agora, nós estarmos de acordo com que a oitiva do Ministro, do comandante da Aeronáutica e de controladores só venha a ser feita mais adiante, não! O problema está posto. Indiscutivelmente, ele está escancarado à sociedade. Então, é preciso agir. Eu acho que a iniciativa do Presidente e do Relator de procurarem essas instâncias institucionais etc., como uma contribuição da CPI, é valorosa, vai se dar agora e pode desencadear contatos, reuniões, etc. ao sabor desses próximos 4 dias. Então, a oitiva do Ministro e do comandante da Aeronáutica, bem como de um representante dos controladores, de quem quer se seja, enfim, tem que ser o mais rápido possível. Acho que tem que ser segunda-feira ou terça, no máximo. Compreende? Não, o Presidente ir às instâncias hoje, amanhã, no máximo, o que pode ensejar a não ida a Teresina, talvez tenhas que ficar por aqui. Enfim... Agora, esperar para depois marcar a oitiva, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Como é para o bem de todos...

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - A oitiva tem que ser, no meu entendimento, o mais rápido possível.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Dr. Ubiali.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Obrigado. Eu quero dizer que concordo com a marcação das oitivas para quarta e quinta, sendo a primeira do Ministro da Defesa, na quarta, e na quinta o da Aeronáutica, até porque nesse período, se houver interesse de fato de se fazer um acordo, ele pode já estar montado. Se não houver, que fique clara a posição aqui da Aeronáutica e quais são as atitudes que eles vão tomar, para a gente poder definitivamente entender o que vai ser feito.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pode trazer junto, Sr. Presidente. Não há necessidade.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu tenho uma divergência aqui, eu queria expor agora.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Traz junto.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Deixe eu fazer um apelo à sensibilidade de V.Exas. Eu acho que todos que aqui falaram têm, em alguma medida, parte de



razão nessa questão. Se nós queremos contribuir com o processo de negociação, obviamente nós não podemos já colocar uma pressão e dizer: “*Olha, vamos fazer oitivas*”, ou coisas dessa natureza. Agora, é óbvio que, se o processo não avançar, nós teremos que seguir o curso normal do processo de investigação que está sendo realizado por esta CPI. Então, eu queria pedir a V.Exas. que, como os requerimentos já estão devidamente aprovados, dessem mais um voto de crédito e de confiança ao Presidente e a este Relator. Vamos ficar em Brasília durante o dia de hoje, amanhã e no sábado, se for necessário. Que nos dessem um voto de confiança para que pudéssemos perceber os movimentos que estarão sendo produzidos durante amanhã, o sábado e o domingo. E aí, se necessário, nós faríamos as convocações para a próxima semana. E, neste caso, manteríamos, a princípio, as convocações já existentes. Se houver necessidade de mudança, nós consultaríamos imediatamente as Sras. e os Srs. Deputados e faríamos essa mudança na pauta de oitivas da semana que vem, até para termos essa sensibilidade. Porque se nós construirmos um bom processo que aponte para uma solução do conflito, do impasse, talvez nós pudéssemos até dar um tempinho maior para que esse processo possa se constituir, então. E, portanto, seria apressado nós já sairmos daqui com a decisão de que na próxima semana, na terça, na quarta ou na quinta, nós já faríamos oitivas para ouvir o Ministro da Defesa, o Comandante Saito ou outra autoridade que nós avaliáramos como necessário.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Dado o voto de confiança.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Então, ter essa sensibilidade, deixar que nós pudéssemos avançar um pouco nas conversas que vamos fazer hoje e amanhã, para ver a sensibilidade sobre isso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Relator, nós deixamos de ouvir hoje uma testemunha. Marca o depoimento dela para terça-feira de manhã. E, à tarde, a gente reavalia isso, e marcamos para quinta, se for o caso.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Ou faz já uma reunião administrativa.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Até lá temos mais informações.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Já tem marcados para terça-feira  
(*ininteligível.*)

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, pela ordem.



**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Presidente, uma informação para a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Valverde, que havia pedido a palavra, por favor.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, eu quero aqui fazer uma ponderação. Veja bem. Chamar neste momento... Eu acho que quem deve responder pela posição política do Governo é o Ministro da Defesa. Então, se for necessário ouvi-lo vai ser feito na próxima semana.

Ouvir, neste momento, colocar, neste momento, na berlinda os controladores e o comando da Aeronáutica, seria uma atitude precipitada por quem está querendo mediar e acalmar o negócio. Quer colocar sob o holofote representantes de 2 setores que estão tendo problemas.

Então, neste momento, fazer essa convocação para semana que vem, ou até mesmo na próxima semana, neste momento, é complicado se temos esse papel de acalmar os ânimos.

Sou favorável à posição do nosso colega, pela experiência que tem, porque, se tiver que ouvir, após esse contato feito pelo Relator e pelo Presidente, que se ouça tão-somente o Ministro da Defesa, até porque ele é o responsável por isso. É o responsável pelo Governo de dar solução. Quem deve dar solução ao problema do controle do espaço aéreo e da aviação é o Ministério da Defesa.

Então, que ouçamos S.Exa., se porventura a sensibilidade do Relator e a sensibilidade do Presidente apontarem a necessidade.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente, queria oferecer uma sugestão rápida.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Mas então cancele as inscrições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos pela ordem: Deputado Otavio Leite, Deputado Rocha Loures e depois Deputada Luciana Genro.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Esse movimento da CPI, Poder Legislativo, rumo ao Executivo, com o intuito de colaborar e contribuir, com o que todos concordamos, deve ter como alvo sim o Ministro da Defesa, sem dúvida nenhuma. Mas V.Exa. deve procurar também a Ministra Chefe da Casa Civil e o Ministro da articulação política, o eminente Ministro Walfrido Mares Guia. Eu acho



que todos esses interlocutores merecem um tipo de conexão, de contato, porque eles devem, portanto, de alguma maneira, estar envolvidos nessa questão e podem ser úteis a compreender essa dialética complexa que se vive. Enfim, não só o Ministro da Defesa, não. Deve ouvir o Governo, para saber qual a proposta do Governo em relação a isso tudo. Nós não sabemos até hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Rocha Loures.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Rapidamente, Presidente.

No início da CPI, o Relator apresentou um plano de trabalho que, sendo oferecido ao conjunto dos membros da CPI, oferecia um cronograma e também uma estrutura pela qual nós iríamos encaminhar o nosso trabalho e prosseguir nessa faixa que foi estabelecida pelo Relator.

Eu queria, se possível, consultar o Deputado Marco Maia se na semana que vem, além desses temas que estão sendo abordados hoje, se nós poderíamos — preocupado que estou com as outras atividades paralelas, para que não fique parecendo que nós apenas atuamos na emergência, que nós estamos como que traqueados, pressionados apenas pelo evento das últimas horas, até porque as conseqüências do trabalho e do relatório e do conjunto dos Deputados aqui reunidos serão, provavelmente, úteis por muitos anos. Porque irá ser um novo balizamento em função da oportunidade que se abriu. Então, eu queira, em primeiro lugar, consultar o Relator e consultar o Presidente, para que, se possível, na semana próxima, nós pudéssemos, percorrido quase já um terço do tempo desta CPI, entender o concatenamento das atividades, dos requerimentos que estão correndo em paralelo e que também precisam de análise e exame por conta da CPI.

Também quero registrar que gostaria de sugerir a V.Exa, Presidente, que deixasse bem claro, em nós decidindo pela participação nessa mediação, que fosse colocado como uma oferta de colaboração patriótica pelo País, como foi aqui levantado. Estive, como vários Deputados aqui hoje presentes estiveram, ontem, no CINDACTA I, sentimos o ambiente, o clima. Mas que fique claro que essa é uma oferta de colaboração. Porque quem não quer ser ajudado não pode ser ajudado. Isso é básico.



E, finalmente, dizer também que deixemos claro, porque todos nós vamos confiar no nosso nobre Relator e em V.Exa, Presidente, que se faça essa interlocução como faz o padre no confessional, um ouvido grudado no outro, sem a televisão, sem a rádio, até para criar intimidade necessária para que haja um avanço consistente nesse campo. E deixar delimitado, para os nossos interlocutores, porque não somos super-homens, nem supermulheres... Também alertá-los de que pelo menos não é da minha intenção levantar falsas expectativas como se aqui estivéssemos capazes de resolver aquilo que o Sistema Nacional de Tráfego Aéreo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É evidente.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - ...e o conjunto das instituições não podem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Se fosse fácil já tinham resolvido.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Então, fica a proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tranqüilo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - Para mim tanto faz se o Ministro vier na quarta, na terça, na quinta, na sexta. O que eu acho importante é retomarmos o plano de vôo para que nós também não fiquemos à deriva a bordo do Zeppelin,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com o *transponder* ligado.

**O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES** - ...sem leme.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputada Luciana Genro, por favor.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Antes da informação que eu queria compartilhar com todos, eu queria dizer que, para mim, o mais importante, hoje, desta reunião é que as pessoas que estão sofrendo nos aeroportos saibam que a CPI está buscando uma solução. Que pode não ser uma solução permanente, que pode não ser a solução global para o problema do tráfego aéreo, mas uma solução emergencial para que ambas as partes do conflito possam ceder em algum ponto e que se possa encontrar um meio de minorar o sofrimento dos passageiros.



Então, eu acho que essa é a síntese da nossa reunião e eu acho que ela é muito positiva.

Em segundo lugar, compartilhar com todos os Deputados que na terça-feira será realizado, em Brasília, o Encontro Sul-Americano de Controladores de Vôo. Esse encontro vai acontecer na Câmara Distrital de Brasília, o dia inteiro de terça-feira.

Então, eu acho que é muito importante que cada Deputado possa se deslocar até lá em algum momento. O encontro é aberto, é aberto à imprensa também. Acho muito importante que a imprensa vá lá também ouvir os controladores, que normalmente não falam com a imprensa, até porque vão presos se fazem isso.

Vai ser um evento muito importante. Eu acho que se nós conseguirmos construir um diálogo com os controladores até terça-feira, quem sabe esse encontro pode até ser um momento de referendar uma proposta de entendimento que resulte numa solução pelo menos emergencial para o problema dos aeroportos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sendo assim...

Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não tenho mais nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Sr. Presidente.

Objetivamente, primeiro, com relação à semana que vem — por isso que já alerta --, pelo que vi hoje, V.Exa. criou 3 tipos de requerimentos: os votáveis, os não votáveis e os polêmicos. E coincidentemente, os nossos estão enquadrados nos polêmicos.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - E os meus nos não votáveis.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Exato.

Gostaria de insistir com V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Os da Deputada Luciana Genro já estão todos aprovados.

Esta CPI tem um privilégio exagerado, injustificado com a Deputada. *(Risos.)*

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Menos os importantes. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Então, se for possível, na semana que vem, insistir, até em razão do depoimento de hoje, na solicitação de





informações à CGU, todas as auditorias do Tribunal de Contas. É o tempo necessário para que em 30 dias se possa fazer essa avaliação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, isso aí está dentro dos requerimentos catalogados, polêmicos para nós, em reunião, decidirmos se colocamos em pauta ou não.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Uma reunião prévia para decidir o que será votado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Exatamente.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Quando seria isso, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Presidente quer democraticamente dividir as responsabilidades.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pode ser agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Por mim, tudo bem.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Quando a gente definiria isso?

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Presidente, mas enfim, insistir nisso, insistir na...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Mas não vai ter *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É a segunda vez que eu marco, mas nós não conseguimos nos reunir para discutir. Sempre aparece...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Insistir, Presidente, na questão da convocação, o convite do Dr. Lucas Furtado; na reconvocação do Presidente da ANAC, Milton Zuanazzi.

Nesse caso, como houve um compromisso tanto do Presidente da INFRAERO, quanto do Presidente da ANAC, solicitar para que informem à Comissão quando foi solicitada a obra de reparo no Aeroporto de Congonhas e quando foi dada essa autorização.

O segundo ponto, hoje foi pedido, e de ato espontâneo a declarante, a Dra. Terezinha, colocou à disposição os seus dados.

Nós não estamos tratando de titularidade ou de algo que não possa ser cedido por vontade unilateral. Não se trata de pedir requerimento ou votar requerimento. São procedimentos distintos. Até porque, se for votado o



requerimento, independe da vontade do investigado. Então, peço que solicite a ela essa autorização, caso alternativo.

E agora vamos começar também a lembrar que esta é uma CPI. Que se peça uma representação, se for o caso, por falso testemunho, até para deixarmos bem delimitado qual tem sido nosso papel.

O terceiro ponto é, ser for possível, marcar audiência com os familiares, uma data, evidente, a ser negociada por V.Exa. ou o Relator.

E o quarto ponto, Presidente, lembrar que, hoje, a CPI deixou de realizar uma audiência para discutir a possibilidade ou não de assumir o risco de estabelecer uma interlocução. Efetivamente, não é o papel da CPI. Eu sou muito crítico com relação às restrições desta CPI, mas compreendendo a possibilidade de avançar, como se vem avançando, até pelo trabalho do Relator, inclusive com relação a fatos, porque num primeiro houve até um bloqueio. Então nós entendemos que está havendo esse avanço, e reconheço em público. Mas isso foi feito...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Só um segundo, Deputado Gustavo Fruet, para melhor compreensão. Já está pronto um esboço sobre como será o relatório ou como eu penso que será o relatório. A minha intenção era ter apresentado isso na reunião de ontem à tarde, aqui, para que V.Exas. pudessem ter conhecimento e, a partir disso, contribuir também com questões que precisam ser melhor trabalhadas ou melhor articuladas no relatório. Mas o meu compromisso é na primeira reunião de trabalho, na primeira reunião de votação de requerimentos, pedir uns 20 minutos ao nobre Presidente para que eu possa apresentar isso. Nós vamos apresentar numa transparência, o esboço do roteiro de como este Relator pensa que será produzido e formatado o relatório final desta CPI.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - É oportuno e até por honestidade também no diálogo a nossa disposição de colaborar. Nós já estamos trabalhando, também no PSDB, com o relatório, não com a intenção de apresentar relatório paralelo, mas para podermos ter e não perder a memória de todos os depoimentos e dos fatos que estão sendo discutidos na CPI. A idéia é justamente apresentar isso também ao Relator, para que possa ser incorporado com a disposição de colaborar e não de estabelecer essa divisão.



Mas lembrar que isso hoje ocorreu porque ontem aqueles que tiveram a oportunidade de ficar até o final da visita ao CINDACTA — e lamentavelmente não pude ir pela manhã, junto com o Deputado Rodrigo Rocha Loures; estávamos em reunião, a bancada do Paraná com o Governador do Paraná, o que efetivamente gera grandes emoções, Deputado Rodrigo, nós só pudemos comparecer à tarde —, mas quem teve a possibilidade de ficar até tarde, testemunhou, e eu tomei esse cuidado hoje até de não me manifestar, até por conversas reservadas que houve ontem tanto com controladores quanto com oficiais de várias graduações, um clima inacreditável e de muita gravidade, o que justificou esse pedido hoje.

Então, quando nós corremos o risco de propor essa interlocução, primeiro, da nossa parte, não é para tirar responsabilidade do Governo. E até reforço, com muita preocupação, as palavras do Deputado Vic Pires — por favor, sem provocação —, até porque o Relator se manifestou com relação ao depoimento do Ministro da Fazenda, com relação ao depoimento do Ministro da Defesa, há 9 meses na crise, e alega-se um ano para que ela seja solucionada, com relação ao depoimento da Ministra do Turismo, com relação ao depoimento do Presidente da INFRAERO, que, em vez de contribuir, esses fatos, e o próprio Presidente da ANAC, parece que a CPI está na contramão, parece que é só a CPI que está tendo uma visão e que não está acontecendo absolutamente nada de grave no País nesse momento.

Então, isso serve até para uma inflexão dos trabalhos. O momento ontem testemunhado foi muito grave. E nós verificamos como é possível paralisar o sistema e como é possível, em poucos minutos, e nós tivemos pelo menos 3 exemplos disso, fazer com que o sistema volte ao funcionamento. Não se trata de achar culpados, o bom o mau mocinho. Há vítimas e cúmplices nesse processo. Há profissionais do maior respeito entre os controladores e também entre os oficiais da Aeronáutica. Nós vimos o grau de tensão entre os oficiais e o grau de tensão entre os controladores.

É uma proposta em razão de um vazio, um vazio que foi criado por quem deveria ter assumido. E não há solução de curto prazo sem dor. Não é mais efeito dominó, nós estamos num jogo de xadrez, qualquer peça que for movimentada vai provocar reação. Inclusive, há possibilidade de o Governo, através de medida provisória, estabelecer uma gratificação aos controladores para evitar crise nos



Jogos Pan-Americanos. Poderá provocar efeito em todos os demais setores das Forças, conforme dito até pelo Deputado André Vargas, do PT.

Então, a nossa disposição é de responsabilidade. Seria muito cômodo, em especial proposição, colocar lenha na fogueira nesse momento. E ontem ficou, pelo menos para nós, evidenciado que seria possível sair de lá com essa possibilidade.

Mas nós queremos dar uma demonstração também de responsabilidade, correr o sério risco de tentar estabelecer essa interlocução e transmitir essa responsabilidade ao Presidente ao Relator, que legitimamente representam a Comissão neste momento, até para mostrar que nós não queremos partidarizar este processo. Mas isto é uma trégua, porque nós estamos levantando todos esses elementos, que estão, inclusive, nesse nosso trabalho que vamos entregar oportunamente ao Relator, para uma crítica consistente, contundente com relação à omissão e à irresponsabilidade na condução desses 9 meses de crise como tivemos oportunidade de testemunhar.

Nem o melhor opositor seria capaz ontem de estabelecer o roteiro do que nós vimos entra as 15h até às 19h, quando viemos para esta Comissão. E fatos continuaram hoje, segundo informações que recebemos de brigadeiro, de coronel, de major e de controladores, sargentos do tráfego aéreo. Há uma crise, ela é grave, e queremos neste momento dar uma trégua e procurar contribuir.

Então, faço esta manifestação, Presidente, só para que o silêncio não caracterize omissão, mas fazendo esses pedidos para que, na próxima reunião administrativa, V.Exa., se possível, inclua também em votação, sem a necessidade da reunião prévia, até para termos tempo hábil para receber esses documentos para poder trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, acho que a condução está correta. O que é possível deliberar hoje é essa questão da interlocução. Acho que essa questão dos depoimentos do Ministro da Defesa e do Comando da Aeronáutica fica na sensibilidade do Relator e do Presidente; já é inclusive tarefa, principalmente do Presidente.

No que se refere à abertura do sigilo por parte da Dra. Eleuza, precisamos saber, a CPI vai ter que, no seu momento, manifestar se tem interesse em que ela,



de fato, faça isso. Houve o pedido de um Deputado, se ela abrisse esse sigilo, ela disse que sim, mas temos que saber se, ao conjunto da CPI, isso interessa e para quê. Se há alguma investigação, qual é a questão; se há um relatório, uma denúncia de uma pessoa lá, tem-se que verificar e, eventualmente, ouvir aquela pessoa, ter um requerimento em relação a isso. É preciso ter esse cuidado porque eu, por exemplo, não estou seguro. Para quê? Então eu acho que a CPI teria que se manifestar em relação a isso, o conjunto da CPI, e não apenas um Parlamentar. É natural que ela disponibilizasse isso, mas a avaliação tem que ser do conjunto da CPI, não só de um Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida.

Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, eu só queria discordar do que o companheiro aqui manifestou. Houve uma manifestação de vontade da Sra. Terezinha, que abriu a possibilidade de entregar o seu sigilo bancário e fiscal. Eu, inclusive, sugeri que fosse entregue também o sigilo telefônico, e ela concordou. Portanto, aqui não se trata de quebrar sigilo; apenas de que a Comissão seja a intermediadora de uma solicitação ao Banco Central e outros para que o sigilo dela seja remetido à CPI.

Isso foi feito motivado por uma manifestação em depoimento ao Senado Federal da Sra. Silvia Pfeiffer, que acusou fortemente a Sra. Terezinha de articulações — e a imprensa amanhã vai, com certeza, levantar essa questão — e nós tivemos conhecimento prévio dessa manifestação.

Então, há motivação, sim, para que esta CPI tenha informações a respeito do assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Macris, por favor. O depoimento da empresária Silvia Pfeiffer...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Nem terminou lá, inclusive. Parece que ela fugiu de todas as questões...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nós não temos essa informação oficialmente.



Para se quebrar o sigilo de uma pessoa, sigilo bancário, telefônico, fiscal, é preciso que haja indícios contundentes, bastante plausíveis, justificáveis, para não se violar a intimidade da pessoa, e isso está na Constituição Federal.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Mas, Sr. Presidente ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Há jurisprudência no Supremo Tribunal Federal.

O que houve aqui hoje foi o seguinte: perguntada se ela tinha recebido dinheiro, ajuda, contribuição de alguém, de empresário, não sei o que lá, ela respondeu: nunca recebi nada, nunca entrou um centavo na minha conta; na minha conta só entra o meu dinheiro, do meu salário e do salário do meu marido, que passa para lá — ela disse que administra o salário do marido. Aí lhe foi perguntado, acho até que pelo nobre Relator, se ela abriria mão do seu sigilo bancário. Prontamente, ela disse que abriria, pronto.

O que foi que eu manifestei aqui no final da reunião? Que é da exclusiva vontade dela, do arbítrio dela, se ela quiser, se ela achar conveniente. Ela pode colocar o seu extrato bancário à disposição da Comissão se achar conveniente. Qual a outra maneira de se fazer isso? A CPI apresenta um requerimento, segue o rito regimental, ele é aprovado e aí ela é obrigada a quebrar o seu sigilo bancário.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Mas, Sr. Presidente ...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Faz tudo logo. O Cássio Taniguchi também pode quebrar o sigilo bancário...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Esse é um ato de vontade dela, se ela quiser. Não há outra maneira de agir nessa questão. Então, ela disse claramente...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, em outras Comissões, se me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ela disse claramente...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Nós temos que ver se o relatório, se lá o depoimento da Silva Pfeiffer terminou, se ele foi consistente, fazer essa avaliação, se vamos convocá-la aqui, e aí sim...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Alguém vai apresentar um requerimento, esse requerimento vai ser votado...



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Isso, que se faça um requerimento.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ele vai ser feito, Sr. Presidente, mas eu só queria dizer o seguinte.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - E dê os motivos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Esse é um ato de transferência da Sra. Silvia, voluntariamente. Ela não está sendo pressionada.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não confunda a Silvia com a Eleuza.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não está sendo proposta a quebra de sigilo. É um ato de transferência. Isso já foi feito em outra CPI, Sr. Presidente. Ela só assinaria a autorização e a CPI solicita as informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro, lógico, voluntário, se ela quiser fazer isso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Mas ela já manifestou essa vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ela disse que está à disposição.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ela manifestou.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Nós vamos pedir ou não?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Então o que a CPI tem que fazer é um ato de transferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos aguardar então. Não tem outra maneira de fazer. Vamos aguardar que ela se manifeste. Não tem outro jeito.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não vou polemizar, Sr. Presidente. Não quero polemizar com V.Exa., mas respeito...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - A cada passo as pessoas mostram as suas verdadeiras vontades. É isso aí, política.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, nada mais havendo a tratar, vamos encerrar...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, o senhor não vai dar a nossa agenda de segunda e terça?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos formar essa reunião daqui a pouco com o Relator.

Vou encerrar a reunião, antes convocando reunião para a terça-feira, às 9h da manhã.

Está encerrada a reunião.